ORGANIZADORAS

**GEORGIANA MÁRCIA OLIVEIRA SANTOS**
**LUCIANA PISSOLATO**
**THECIANA SILVA SILVEIRA**

# LINGUA(GENS), LÉXICO E ENSINO:

## DIÁLOGO E INTERFACES

VOLUME 1

EDUFMA

# LINGUA(GENS), LÉXICO E ENSINO:
diálogo e interfaces

Volume 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares

EDUFMA

**EDITORA DA UFMA**

**Coordenadora** Dra. Suênia Oliveira Mendes
**Conselho Editorial** Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Profa. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Profa. Dra. Luma Castro de Souza
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa
Profa. Dra. Raimunda Ramos Marinho
Prof. Dr. Ubiratane de Morais Rodrigues
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.
Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.
Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

**ORGANIZADORAS**

**Georgiana Márcia Oliveira Santos**
**Luciana Pissolato**
**Theciana Silva Silveira**

# LINGUA(GENS), LÉXICO E ENSINO:

## diálogo e interfaces

Volume 1

São Luís
EDUFMA
2024

Copyright © 2024 by EDUFMA

**Editoração:** Maurício José Morais Costa
**Normalização:** Maurício José Morais Costa
**Capa:** Maurício José Morais Costa

Publicação financiada por auxílio financeiro da CAPES (Código Financeiro 001) de acordo com a CAPES Portaria 206. De acordo com o Edital Interno de Auxílio Financeiro do Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras/UFMA) da Universidade Federal do Maranhão.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237l

Santos, Georgiana Márcia Oliveira

Lingua(gens), léxico e ensino: diálogo e interfaces : volume 1 [e-book] / Georgiana Márcia Oliveira Santos, Luciana Pissolato e Theciana Silva Silveira (organizadoras). – São Luís: EDUFMA, 2024.

286 p.; il. color.

Modo de acesso: World Wide Web.
ISBN: 978-65-5363-437-4.

1. Linguagem - Estudos. 2. Léxico. 3. Léxico - Teoria. 4. Análise do Discurso. 5. Língua Portuguesa - análise e descrição. 6. Literatura. I. Pissolato, Luciana. II. Silveira, Theciana Silva. III. Título.

CDD: 400.370
CDU: 81:37

*Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário*
*Maurício José Morais Costa CRB 13/833*

Criado no Brasil [2024]
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

**EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**
Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga
CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil
Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

*“A palavra é o próprio homem. Somos feitos de palavras. Elas são nossa única realidade ou, pelo menos, o único testemunho de nossa realidade".*

*Octavio Paz*

## APRESENTAÇÃO

O livro **Lingua(gens), léxico e ensino: diálogo e interfaces** é resultado da parceria firmada, no âmbito da internacionalização acadêmica, entre o Programa de Pós-Graduação em Letras - PGLetras, da Universidade Federal do Maranhão, Campus Dom Delgado/São Luís-MA, e o Programa de Pós-graduação em Tradução, da Pontifícia Universidade Católica do Chile.

Nesse sentido, reúne pesquisas desenvolvidas, sobretudo, por professores, discentes ativos e egressos tanto das três linhas de pesquisa do PGLetras/UFMA: Linha 1 - Descrição e Análise do Português Brasileiro e de outras Línguas Naturais, Linha 2 - Estudos de Linguagem e Práticas Discursivas e Linha 3 - Estudos Teóricos e Críticos em Literatura, quanto das linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Tradução - PUC/Chile: Tradutologia e Linguística Aplicada à Tradução, com ênfase em terminologia e tecnologias da tradução. Mas também contempla estudos desenvolvidos em outros Programas de Pós-Graduação do Brasil e de instituições de fora do país.

Considerando o título **Lingua(gens), léxico e ensino: diálogo e interfaces**, ressaltamos que este livro congrega pesquisas que estabelecem diálogos e exploram as interfaces entre os múltiplos e heterogêneos aspectos das lingua(gens), em especial, do léxico, com possibilidades de aportes ao ensino.

Os capítulos que compõem o volume 1 deste *e-book*

encontram-se organizados em três seções. Iniciando a seção ANÁLISE E DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DE OUTRAS LÍNGUAS NATURAIS, o capítulo *A etnoterminologia como recurso para fortalecimento identitário e cultural do terecô de Codó-MA,* de autoria de Laryssa Francisca Moraes Porto em co-autoria com Georgiana Márcia Oliveira Santos, apresenta um recorte do glossário etnoterminológico dos terecozeiros do município de Codó-MA, produto de dissertação defendida no PGLetras/UFMA, com a finalidade de registrar as especificidades denominativas e conceptuais do terecô de Codó-MA antes que caiam em desuso ou se percam pelo processo de umbandização do terecô e, sobretudo, de compartilhar a visão de mundo desses terecozeiros, reforçando, assim, que estudos etnoterminológicos sobre o terecô são de suma importância para o resgate, preservação e valorização da história e da cultura do Terecô de Codó/MA.

Em seguida, há o capítulo *Neologismo e textualidade: terminologia dos jogos digitais e seu contexto cultural,* de autoria de Gisele Maciel Damasceno e de Lucimara Alves da Conceição Costa, cujo propósito foi analisar, em especial, os neologismos da terminologia do jogo Free Fire para identificar como são constituídos os termos utilizados nesse ambiente virtual e o processo da criação de sentidos, por meio do contexto de ocorrência dessas interações. Os resultados obtidos confirmaram que, entre os diversos processos de formação apresentados nesse ambiente, há formações com derivação e composição, truncamentos e empréstimos, especialmente, da língua inglesa.

O capítulo *Metáfora induzida pelo contexto: um olhar para a sororidade*, produzido por Hanna Gabrielle do Vale Almeida, Monica Fontenelle Carneiro e Cássius Guimarães Chai, objetivou analisar as metáforas da sororidade no discurso de mulheres vítimas de violência doméstica, a partir dos dados públicos disponíveis na tese de Damacena (2021), comprovando que essas metáforas são mais que um mero conjunto de conceitos de combate à violência estrutural em si, são construções cognitivas que revelam o significado simbólico dado à historicidade das lutas femininas por direito, respeito e voz, ligadas ao frame de sororidade, que tem um papel relevante para ajudar a entender a teia de significados e interpretações que a metáfora perspectivada/situada da sororidade pode integrar.

Finalizando essa seção, o capítulo *A hidronímia indígena na ilha de Upaon-Açu*, de Layane Kessia Sousa de Carvalho e de Gabriel Pereira Castro, investigou e analisou a influência cultural e linguística das comunidades indígenas na formação dos hidrônimos ludovicenses, com base na taxonomia proposta por Dick (1990), comprovando uma forte presença de nomes de plantas e animais de origem indígena, ou seja, de fitotopônimos e zootopônimos, respectivamente, o que reflete a conexão do homem com o ato de nomear os elementos a partir da natureza ao seu redor.

Integrando a seção ESTUDO DE LINGUAGENS E PRÁTICAS DISCURSIVAS, o capítulo *Representaciones sociales de las muertes de manifestantes durante el estallido social chileno de 2019: un análisis comparativo de noticias de ciberprensa*

*chilenas e Internacionales*, de Millaray Hurtado, em co-autoria com Luciana Pissolato, teve o propósito de analisar as representações sociais das mortes de manifestantes ocorridas durante o *Estallido Social Chileno* de 2019 presentes na ciber imprensa, comparando um corpus de notícias da ciber imprensa chilena e outro da ciber imprensa internacional em inglês. Concluiu-se que, enquanto no noticiário chileno predominaram estratégias de elisão e segmentação de acontecimentos e agentes, no corpus internacional há uma tendência para estratégias de inclusão, com a integração explícita dos agentes responsáveis pelas mortes.

O capítulo *"Porque pra vocês, mulheres, tudo é uma histeria": análise textual-argumentativa sobre humor e referenciação no esquete histérica, do porta dos fundos*, de Suzana Maria Petrus Fonseca de Almeida e Marize Barros Rocha Aranha, objetivou analisar o esquete *Histérica*, do *Porta dos Fundos*, a partir dos conceitos da Linguística Textual Brasileira, para compreender como o humor é capaz de promover críticas sociais acerca de estereótipos de gênero. A partir de um plano de argumentação, os resultados apontaram que o esquete desconstrói a representação cristalizada (Amossy, Pierrot, 2022) da *mulher histérica.*

A produção *Representação da violência urbana no jornalismo policial: uma análise sociológico-discursiva*, de autoria de Cláuberson Correa Carvalho, Marize Barros Rocha Aranha e Antonio Paulino de Sousa, se propôs a discutir algumas representações da cobertura policial no jornalismo a fim de evidenciar a noção de violência no cenário de

problematizações sociológicas. A análise feita apontou dois conjuntos de ordens discursivas: a maneira sensacionalista do meio jornalístico de espetacularizar a violência urbana e a estigmatização dos agentes sociais envolvidos em situações de violência urbana.

Por sua vez, o capítulo *A inscrição do discurso xenorracista da mídia brasileira: o caso das vinícolas*, das autoras Maísa Ramos Pereira, Jorcemara Matos Cardoso e Theciana Silva Silveira, teve o objetivo de analisar a inscrição do discurso xenorracista na mídia brasileira, enfatizando as formulações linguísticas contidas em notícias sobre o acontecimento referente ao caso das vinícolas. Como resultados, foi possível identificar contradições de classe, tensões raciais e conflitos sociais diversos produzidos, o que possibilita uma desestabilização de sentidos frente à naturalização de formas simbólicas que reproduzem opressões em sociedade.

Encerrando esta seção do livro, o capítulo *Un análisis retórico de la construcción del concepto de intención en la teoría del delito: desarrollo histórico y aprehensión lingüística de los acontecimentos*, dos autores Juão Vitor Santos Silva, João Maurício Adeodato e Cássius Guimarães Chai, objetivou discutir o problema da reflexão sobre o conceito de intenção na teoria do crime, com o objetivo central de analisar a construção desse conceito. Como resultado, ressaltou-se a importância de considerar, além do texto da lei, a diversidade de perspectivas e experiências humanas para um direito penal mais justo, equitativo e democrático.

Finalizando este volume, e representando a seção

ESTUDOS TEÓRICOS E CRÍTICOS EM LITERATURA, o capítulo *O eu e o outro: um estudo da escrita de si e da memória em O Filho Eterno, de Cristovão Tezza*, de Jéssica Souza Pereira Marques, em co-autoria com Rita de Cássia Oliveira, foi gerado a partir de inquietações em relação à escrita e às estratégias narrativas utilizadas por Cristóvão Tezza para a composição do romance *O filho eterno (*2007), apresentando como conclusão principal que esse texto é um atestado de uma pluralidade de técnicas narrativas que ampliam o conhecimento da Literatura Contemporânea, como espaço de desdobramentos narrativos, revelando um ato confessional.

Pelo exposto, este livro contempla uma diversidade de estudos gerados pelo convênio firmado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMA) e pelo Programa de Pós-graduação em Tradução (PUC/Chile), abrangendo todas as linhas de pesquisas dos referidos programas, com maior ênfase, neste volume 1, para o léxico e suas interfaces, em diálogo com diversas áreas do saber. Os textos que aqui se encontram se entrecruzam nos aspectos que envolvem a lingua(gem), apresentando orientações teórico-metodológicas sob diversos prismas e refletindo os estudos desenvolvidos pelos programas que têm contribuído de forma significativa com o fazer científico.

Manifestamos, por fim, nossos agradecimentos aos pesquisadores/autores pela disponibilidade em contribuir com esta obra por meio do envio de seus textos. Além disso, registramos nossos agradecimentos ao PGLetras pela destinação de verba de auxílio financeiro do Edital Chamada

Interna 001/2023 - PGLetras/UFMA, que possibilitou os trabalhos gráficos de editoração, e à editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA) por garantir esta publicação, como também à Pontifícia Universidade Católica de Chile (PUC) pela parceria.

*As organizadoras*

Georgiana Santos (UFMA)

Luciana Pissolato (PUC/Chile)

Theciana Silveira (UFMA)

# PREFÁCIO

"Lingua(gens), léxico e ensino: diálogo e interfaces" é uma obra que se propõe a explorar as múltiplas facetas do léxico e suas interações com áreas essenciais do saber. Este livro reúne uma diversidade de pesquisas que exploram diferentes aspectos da linguagem, do campo da Linguística ao dos Estudos Literários, contribuindo não apenas pela sua abordagem multifacetada, mas também pela forma com que se insere no debate contemporâneo sobre as complexas relações entre linguagem, cultura e sociedade. Organizado a partir de uma série de pesquisas em diferentes perspectivas de investigação, o volume 1 reúne trabalhos que exploram, com profundidade e rigor metodológico, tópicos que vão desde o léxico especializado até as questões mais amplas de discursos sociais e políticos e textos literários.

A primeira parte do livro, destinada à Linha 1 - *Análise e descrição do português brasileiro e de outras línguas naturais*, é composta por quatro capítulos. Os estudos apresentados nessa linha exploram fenômenos da lingua(gem), que podem ser descritos e analisados, sobretudo, por meio do léxico, como forma, por exemplo, de fortalecimento da identidade cultural, demonstrando como o uso da linguagem pode ser um meio de afirmação e preservação de valores e tradições de grupos específicos. Além disso, há uma análise do impacto dos neologismos e como eles podem refletir mudanças sociais, políticas e culturais, além de influenciar a maneira como as pessoas se comunicam e percebem o mundo ao seu redor. Outro aspecto abordado é a influência das metáforas

no discurso, uma vez que essas figuras de linguagem desempenham um papel crucial na construção do significado, moldando a percepção que temos de conceitos complexos, como identidade, pertencimento e diversidade. E, ainda, a influência de outras línguas na constituição do léxico do português, na nomeação nos nomes de mares, rios. Assim, essa linha de estudos examina como esses diferentes elementos interagem e contribuem para a formação e transformação das identidades individuais e coletivas ao longo do tempo.

A segunda parte trata de textos da Linha 2, intitulada *Estudos de Linguagem e Práticas Discursivas*, é composta por cinco textos. Os trabalhos dessa linha exploram como as representações sociais e as construções discursivas influenciam a percepção de eventos sociais, culturais e políticos, por meio de diferentes formas de mídia. Esses estudos se dedicam a analisar como diferentes formas de discurso – seja no jornalismo, no humor, nas ciências sociais ou no direito – têm o poder de influenciar e transformar a maneira como entendemos os eventos e as questões sociais, a partir de textos diversos que circulam na sociedade. Ao adotar uma abordagem crítica, os estudos dessa linha demonstram a importância da linguagem na construção de significados e na formação de identidades coletivas e individuais.

Na terceira e última parte, que representa a Linha 3 - Estudos Teóricos e Críticos em Literatura, discute-se o tema da memória. A teoria de Paul Ricoeur sobre a memória, ao ser aplicada no contexto literário de *O Filho Eterno,* revela a complexidade dos processos de autoconhecimento e a maneira como os personagens lidam com suas lembranças,

sejam elas controladas ou fugidias. A literatura, ao explorar essas dimensões da memória, oferece uma rica reflexão sobre a identidade, o tempo e as relações humanas.

Em sua totalidade, esta obra reflete um esforço coletivo para compreender a dinâmica da lingua(gem) como um elemento fundamental por meio de diferentes metodologias e enfoques. Os autores aqui presentes oferecem uma contribuição significativa ao campo dos estudos linguísticos e literários, desafiando o leitor a refletir sobre os complexos jogos de poder, memória, identidade, cultura e expressão que permeiam nossos discursos cotidianos.

A riqueza e a diversidade de temas explorados neste livro revelam a profundidade de pesquisa e a acuidade analítica dos textos que o compõem. Cada capítulo, com sua abordagem única e interdisciplinar, expande horizontes de conhecimento, trazendo à tona uma reflexão crítica sobre questões contemporâneas que permeiam a sociedade, a linguagem, e a cultura. A obra não apenas analisa, mas também oferece novas perspectivas, desafiando o leitor a pensar de forma mais ampla e crítica sobre os fenômenos que o cercam.

Naiara Sales Araújo
*Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras)*
*Universidade Federal do Maranhão (UFMA)*

## SUMÁRIO

**Apresentação** ..... 7
*Georgiana Márcia Oliveira Santos, Luciana Pissolato, Theciana Silva Silveira*

**Prefácio** ..... 14
*Naiara Sales Araújo*

***Linha 1 - Análise e Descrição do Português Brasileiro e de outras Línguas***

**A etnoterminologia como recurso para fortalecimento identitário e cultural do terecô de Codó-MA** ..... 20
*Laryssa Francisca Moraes Porto, Georgiana Márcia Oliveira Santos*

**Neologismo e textualidade:** terminologia dos jogos digitais e seu contexto cultural ..... 42
*Gisele Maciel Damasceno, Lucimara Alves da Conceição Costa*

**Metáfora induzida pelo contexto:** um olhar para a sororidade ..... 66
*Hanna Gabrielle do Vale Almeida, Monica Fontenelle Carneiro, Cássius Guimarães Chai*

**A hidronímia indígena na ilha de Upaon-Açu** ..... 90
*Layane Kessia Sousa de Carvalho, Gabriel Pereira Castro*

***Linha 2 - Análise do Discurso***

**Representaciones sociales de las muertes de manifestantes durante el Estallido Social chileno de 2019:** un análisis comparativo de noticias de ciberprensa chilenas e internacio-

nales ..... 114
*Millaray Hurtado, Luciana Pissolato*

**"Porque pra vocês, mulheres, tudo é uma histeria":** análise textual-argumentativa sobre humor e referenciação no esquete histérica, do Porta dos Fundos ..... 141
*Suzana Maria Petrus Fonseca de Almeida, Marize Barros Rocha Aranha*

**Representação da violência urbana no jornalismo policial:** uma análise sociológico-discursiva ..... 159
*Cláuberson Correa Carvalho, Marize Barros Rocha Aranha, Antonio Paulino de Sousa*

**A inscrição do discurso xenorracista na mídia brasileira:** o caso das vinícolas ..... 184
*Maísa Ramos Pereira, Jorcemara Matos Cardoso, Theciana Silva Silveira*

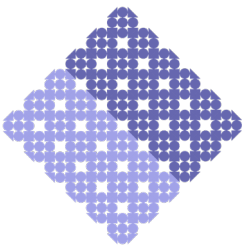
**Un análisis retórico de la construcción del concepto de intención en la teoría del delito:** desarrollo histórico y aprehensión lingüística de los acontecimentos ..... 214
*Juão Vitor Santos Silva, João Maurício Adeodato, Cássius Guimarães Chai*

***Linha 3 - Literatura***

**O eu e o outro:** um estudo da escrita de si e da memória em O Filho Eterno, de Cristovão Tezza ..... 247
*Jéssica Souza Pereira Marques, Rita de Cássia Oliveira*

**Sobre as organizadoras** ..... 274

**Sobre os autores** ..... 276



# LINHA 1 - ANÁLISE E DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E DE OUTRAS LÍNGUAS

# A ETNOTERMINOLOGIA COMO RECURSO PARA FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO E CULTURAL DO TERECÔ DE CODÓ-MA

**Laryssa Francisca Moraes Porto**
Universidade Federal do Maranhão

**Georgiana Márcia Oliveira Santos**
Universidade Federal do Maranhão

**Resumo**: Esta pesquisa teve como objetivo principal produzir um glossário etnoterminológico da linguagem em contexto especializado de uso pelos terecozeiros do município de Codó-MA com a finalidade de registrar as especificidades denominativas e conceptuais do terecô de Codó-MA antes que caiam em desuso ou se percam pelo processo de umbandização do terecô e, também, de compartilhar a visão de mundo desses terecozeiros. Para fundamentar os estudos antropológicos sobre o terecô, foram usados os trabalhos de Ferretti (2000; 2007), Araújo (2008), Ahlert (2013; 2012), Centriny (2015). No que diz respeito aos aspectos linguísticos, foram usados os fundamentos da Etnoterminologia (Barbosa, 2004, 2006, 2009; Latorre, 2011, Santos, 2013). Quanto à metodologia, foi produzido um questionário etnoterminológico com 47 (quarenta e sete) questões que foram aplicadas com oito colaboradores dos sexos masculino e feminino. Após terem sido gravadas em formato Mp3, as entrevistas foram transcritas grafematicamente e os vocábulos-termos coletados foram organizados e analisados em fichas etnoterminológicas que subsidiaram a produção do glossário etnoterminológico do terecô em Codó-MA. Como resultados, identificamos vários vocábulos-termos como espumosa, manjar, manjar do céu, sangue de cristo que revelam a visão de mundo dos terecozeiros codoenses.

**Palavras-chave:** Terecô; Etnoterminologia; Glossário.

**Abstract**: This research aimed to create an ethnoterminological glossary of the specialized language used by Terecô practitioners in Codó, Maranhão, Brazil. The primary goal was to share the worldview of these practitioners. Specific objectives included: i) identifying and documenting the unique terminology and concepts associated with Terecô in Codó before they become obsolete or are lost due to the process of umbandization. To ground the anthropological studies on Terecô, the works of Ferretti (2000; 2007), Araújo (2008), Ahlert (2013; 2012), and Centriny (2015) were used. Regarding linguistic aspects, we focused on Ethnoterminology (Barbosa, 2004, 2006, 2009; Latorre, 2011, Santos, 2013). Methodologically, an ethnoterminological questionnaire with 47 questions was developed and applied to eight male and female participants. After being recorded in MP3 format, the interviews were transcribed and the collected terms were organized and analyzed in ethnoterminological cards, which served as the basis for the creation of the Terecô glossary in Codó, Maranhão. The results identified the terms and concluding remarks "espumosa," "manjar," "manjar do céu," and "sangue de cristo" that reveal the worldview of the terecozeiros from Codó.

**Keywords**: Terecô; Ethnoterminology; Glossary.

## 1 INTRODUÇÃO

O Maranhão é um estado brasileiro que faz parte da região Nordeste, limitando-se à esquerda com a região Norte e à direita com o Piauí. A diversidade geográfica e a presença

de inúmeros grupos étnicos fizeram que essa unidade federativa tivesse grande diversidade cultural, social e linguística. Pensando nisso, a dissertação de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, debruçou-se sobre o universo léxico-cultural dos terecozeiros de Codó-MA.

Codó[1] é um município localizado no leste do estado do Maranhão, mais especificamente, na região dos Cocais. Geograficamente, a região apresenta clima tropical, ou seja, com temperaturas elevadas e temporadas de chuva. A população, majoritariamente, é negra (preta e parda) e, de acordo com os dados do IBGE (2022), 20.195 se autodeclararam negros, ao passo que 78.036 reconheceram-se pardos.

A grande estimativa de negros e pardos deu-se devido à numerosa exploração de mão de obra escravizada, principalmente, nas fazendas de algodão e arroz da região. As marcas da escravidão negra estão presentes na cidade de Codó que ainda guarda monumentos do Período Colonial. Machado (1999) afirma que, no ano de 1873, Codó recebeu cerca de 6.550 escravizados, sendo 3.198 do sexo masculino e 3.352 do sexo feminino.

A presença de várias etnias negras na cidade de Codó ajudou na construção sociocultural e religiosa da cidade. O terecô é uma religião de matriz africana praticada, sobretudo, no Maranhão, Pará e Piauí. Segundo a professora Mundicarmo Ferretti (2007), a origem do terecô está entrelaçada

1 Devido à grande quantidade de terreiros na cidade, pela presença do maior pai de santo do Brasil, Bita do Barão, e por algumas reportagens de cunho estereotipado, a cidade de Codó é considerada a "Terra da Macumba", "Cidade da magia negra".

à história do quilombo rural Santo Antônio dos Pretos, em Codó-MA. Com o êxodo rural, muitos jovens saídos das zonas rurais do município ocuparam as periferias da região central de Codó. Com isso, o culto do terecô invadiu a área urbana codoense e foi além, para os estados do Pará e Piauí.

Destacamos, também, que a ida de Maria Piauí para o centro da cidade de Codó foi importante para a implementação do terecô na área urbana codoense. Próximo à linha do trem, a casa de Maria Piauí era um reduto de várias pessoas que a viam como auxiliadora de seus incômodos físicos e espirituais. A fama de Maria Piauí incomodava a classe dominante da cidade, tal fato determinou o fechamento de sua casa de culto afrorreligioso pela polícia da época (Centriny, 2015).

A perseguição contra a religião preta motivou dona Maria Piauí a filiar-se à Federação de Umbanda e Cultos africanos do Estado de São Paulo e recrutar outros participantes de terecô (Centriny, 2015). A partir disso, a umbanda deu legitimidade para as práticas de terecô e, assim, tiveram a liberdade de realizar seus cultos sem tanta intromissão policial.

De acordo com Araújo (2008), foi possível identificar no discurso dos terecozeiros de Codó que foi por meio da umbanda que o terecô deixou mais de ser perseguido. Apesar dos avanços, essa religião afro-maranhense ainda passa pelos obstáculos da intolerância e do racismo religioso.

Ressaltamos, ainda, que o terecô foi a primeira religião afro-brasileira de Codó. Com o passar do tempo, chegaram as religiões neopentecostais e outros cultos religiosos de ma-

triz africana, a exemplo do tambor de mina e da umbanda[2] (Centriny, 2015).

Pela singularidade cultural e religiosa do terecô, muitas pesquisas foram desenvolvidas nas áreas da Antropologia e das Ciências Sociais. Dentre elas, destacamos os estudos desenvolvidos por Ferretti (2000, 2007), Ahlert (2013) e Lima (2019).

Diferente das pesquisas produzidas pelas autoras destacadas, esta investigação de base etnoterminológica teve como objetivo principal produzir um glossário sobre a terminologia usada pelos terecozeiros de Codó-MA e, como objetivo específico, levantar e registar as especificidades denominativas e conceptuais do terecô, em Codó-MA, antes que caiam em desuso ou se percam pelo processo de umbandização do terecô. Reforçamos, ainda, que pesquisas de cunho linguístico/etnoterminológico, até onde os nossos estudos puderam nos levar, ainda não tinham sido desenvolvidas.

Justificamos, a partir do exposto, que esta pesquisa destaca a linguagem, a sociabilidade e a vivência dos terecozeiros de Codó-MA. Para esta investigação, a presente pesquisa foi desenvolvida na área urbana da cidade de Codó; as localidades rurais serão estudadas em trabalhos futuros.

Metodologicamente, realizamos pesquisas bibliográficas e entrevistas-testes para procedermos à elaboração do questionário etnoterminológico com 47 (quarenta e sete) questões que foi revisado por Cícero Centriny, importante pesquisador sobre o terecô no estado. Antes de aplicar o

2 Ressaltamos também a presença do Candomblé na cidade.

questionário com oito colaboradores distribuídos igualmente entre os sexo masculino e feminino, com o seguinte perfil: nascidos em Codó-MA e que não tivessem passado mais de 1/3 de sua vida em outra localidade; praticantes de terecô há mais de 10 anos e que desenvolvessem atividades nos terreiros que frequentam. A pesquisa foi submetida à análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão.

Após aprovação desse Comitê e antes de realizarmos as entrevistas, os colaboradores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a Autorização de Uso de Imagem e Som[3]. Tais documentos explicavam os objetivos desta pesquisa e o uso do material para fins científicos. Após a aprovação e coleta dos materiais para composição do banco de dados, organizamos os prováveis vocábulos-termos-entradas em fichas etnoterminológicas. Posteriormente, investigamos prováveis vocábulos-termos nos dicionários Aulete e Aurélio, *online*, por serem fontes confiáveis e pela grande circulação de dados que ofertam. Essa fase da investigação foi necessária para validar os dados, pois verificamos se os dados estavam ou não dicionarizados e se os semas formadores do discurso dos terecozeiros eram distintos dos da língua geral ou comum. Em seguida, foram realizadas as análises da formação conceptual, ou seja, do conceptus, do metaconceptus e do metametaconceptus.

Logo que finalizamos a parte conceptual, discutimos, ainda nas fichas, a construção redacional do verbete por meio do gênero próximo - hiperônimo do vocábulo-termo investi-

3 Materiais de pesquisa de campo.

gado; características intrínsecas - correspondentes à natureza, material ou tema que trata; e, por último, características extrínsecas – referentes à função, modelo de operação, origem, destino e referente. Ressaltamos que o material produzido não tem o caráter normalizador, mas tem o propósito de registrar o saber denominativo e conceptual dos terecozeiros, de Codó-MA, que revelam sua visão de mundo.

## 2 A ETNOTERMINOLOGIA COMO DISPOSITIVO TEÓRICO

A Etnoterminologia é um ramo de estudos da Terminologia que foi desenvolvido pela professora Maria Aparecida Barbosa. Em seus escritos, essa pesquisadora se dedicou a estruturá-lo teórica e metodologicamente. Essa disciplina tem como objeto de investigação os discursos etnoliterários, ou seja, "literatura oral, literatura popular, literatura de cordel, fábulas, lendas, mitos, folclore e os discursos das linguagens especiais com baixo grau de tecnicidade e de cientificidade" (Barbosa, 2009, p. 1). Mais à frente, nos estudos seus etnoterminológicos, Santos acrescenta que esses discursos são "produto do sistema dos saberes produzidos, herdados e compartilhados por um grupo étnico, sociocultural e linguísticamente idiossincrático" (Santos, 2013, p. 75).

Assim, devemos compreender que o mundo natural é construído semioticamente por meio das concepções que são partilhadas entre os distintos povos, comunidades, grupos etnolinguísticos e socioculturais. É na troca dos saberes

herdados de seus ancestrais que o mundo ganha significados particulares para esses grupos. Essas significações são importantes para se compreender que as construções sociais se dão por meio da linguagem e das histórias compartilhadas. Dessa forma, afirmamos que as representações extraídas das experiências revestem as funcionalidades dos noêmas[4] antropoculturais que revestem as unidades lexicais.

Cabe, aqui, ressaltarmos que compreendemos como unidades lexicais[5] "o saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo socio-linguístico-cultural" (Oliveira; Isquerdo, 2009, p. 9).

O acervo vocabular do grupo é revestido da visão de mundo dos seus usuários. Para compreender de que forma isso funciona, é essencial considerar que os itens lexicais apresentam determinadas funções a depender do discurso em que estão sendo utilizados. Por isso, consideramos que o léxico é, antes de tudo, plurifuncional: ora unidades lexicais estão termos, ora estão vocábulos, ora estão vocábulos-termos, a depender do contexto discursivo em que se encontram.

Defendendo esse prisma, Barbosa (2006, p. 50) salienta que

> [...] uma unidade lexical não é termo ou vocábulo em si mesma, mas, ao contrário, está em função 'termo' ou em função 'vocábulo' ou seja, o universo de discurso em que se insere determina seu estatuto, em cada caso.

4 Traços semânticos conceptuais.

5 Unidade mínima de significação dos estudos do Léxico. Aqui, usaremos como sinônimos item lexical, lexia.

Barbosa (2007) considera que há uma tensão nos dois universos de discurso, ou seja, o da língua geral ou comum e o da linguagem especializada de uso. Dessa forma, no primeiro, os itens lexicais estão vocábulos; no segundo, estão termos. No contexto do discurso etnoliterário, o grau de especialidade é muito alto e, por isso, a autora defende que está vocábulo-termo. Barbosa (2007) afirma que as unidades lexicais inseridas nos discursos etnoliterários apresentam características peculiares, isto é, são vocábulos metassemiótico[6].

Dessa forma, compreendemos que o vocábulo, disposto na língua geral, é entendido por grande parte dos falantes que compartilham uma mesma língua; o termo, inserido no contexto especializado de uso técnico-científico-laboral é de entendimento de quem compartilha aquele saber específico; já o vocábulo-termo denota a conceptualização de mundo dos sujeitos e de seus pares, envolvido por conceptus cultural de alto grau de especialidade e que se distancia tanto do discurso técnico-científico-laboral quanto do discurso da língua geral.

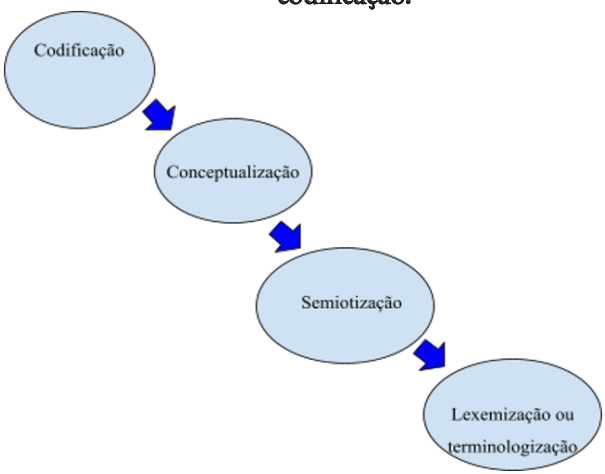
Barbosa (2006) acrescenta que é preciso compreender as histórias, familiarizar-se com os sistemas de valores culturais para que, de fato, se interprete essa outra linguagem de forma correta. É importante que o pesquisador da etnoterminologia tenha esse cuidado para que não reforce estereótipos ou, ainda, desenvolva produtos analíticos que, de fato, não representem a visão de mundo singular dos sujeitos investigados.

6 São considerados vocábulos metassemióticos aqueles que são revestidos de ideologias e axiológicas que são compartilhadas pelo grupo.

Outro ponto que devemos mencionar é o percurso gerativo da enunciação e da codificação. É por meio dele que se inicia a percepção do mundo natural que o organiza semioticamente, tal construção varia de grupo para grupo, pois cada um atribui concepções compartilhadas entre si, saindo do campo estruturável para o campo estruturado. Dessa maneira, compreendemos que a realidade fenomênica percebida e apreendida pelo homem se converte em estruturas semânticas, atribuindo traços culturais à base lexical (Barbosa, 2004; Latorre, 2013).

Estruturalmente, o percurso gerativo da enunciação e da codificação se dá da seguinte forma:

**Imagem 1** - Estrutura do percurso gerativo da enunciação e da codificação.




Fonte: Porto e Santos (2024).

1º) Codificação: percepção do mundo natural. Essa percepção se dá pela organização semiótica que é construída cognitivamente, cuja construção varia de grupo para grupo, pois cada um atribui as concepções compartilhadas entre si, passando do campo estruturável para o campo estruturado.

2º) Conceptualização: conduz o que foi percebido na primeira etapa e o transforma em conceito. Nessa etapa, considerada pré-linguística e pré-semiótica, os fatos apreendidos ganham forma por meio das *latências* (biofatos percebidos/observáveis que têm seus traços identificáveis); *saliências* (traços semânticos, observáveis nas latências, que são potencializados) e *pregmências* (noêmas que correspondem aos recortes culturais).

3º) Semiotização: a transposição do conceptus virtual para o modelo mental/semiótico, o que produz um recorte cultural e, assim, manifesta os *conceitos*. Os conceitos são a manifestação da percepção interpelada pela cultura, por isso o mundo natural é visualizado por diferentes ópticas.

4º) Lexemização e a terminologização: se referem "à conversão do conceito em grandeza-signo, em que se deixa o nível cognitivo para se passar ao nível semiótico propriamente dito" (Barbosa, 2004, p. 57).

Conforme o apresentado anteriormente, o processo gerativo da enunciação de codificação e decodificação é estabelecido por meio das relações atribuídas no processo de conceituar algo do mundo natural ou imaginário mediante os modelos mentais que são reflexos de concepções culturais e que, em seguida, se reflete na estrutura léxica.

## 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Antes de iniciarmos as pesquisas de campo, realizamos pesquisas de cunho bibliográfico para melhor estruturar os materiais para estudo de campo, ou seja, o questionário etnoterminológico. Após estruturação por meio de leituras e entrevistas-testes, retiramos e acrescemos questões a este questionário[7]. Em seguida, o enviamos ao pesquisador sobre terecô, Cícero Centriny, que deu valorosas contribuições. Depois disso, enviamos o trabalho e os materiais de pesquisa de campo, como, por exemplo, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Ficha dos colaboradores e Termo de autorização de uso de imagem e som, para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão. Só iniciamos as investigações depois do aceite dado por essa comissão.

Foram convidados a participar das entrevistas oito colaboradores[8] (quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino), conforme os seguintes pré-requisitos: (i) ter nascido em Codó e não ter passado mais de 1/3 fora do município; (ii) ser participante de terecô há mais de dez anos; (iii) exercer atividades no terreiro que frequenta. Acreditamos que tais critérios são fundamentais para que o colaborador pudesse

7 Ao fazer as entrevistas-testes observamos que algumas questões não foram produtivas, ou seja, não encontramos variedades denominativas ou conceptuais.

8 Utilizamos o termo colaboradores para nos referir às pessoas que participaram das entrevistas. O termo foi elencado após a leitura do livro *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história,* da autora Giovana Xavier. Partimos de uma perspectiva ideológica de que pessoas negras, na área das ciências humanas, devem ser vistas a partir do lugar social e ter as suas subjetividades respeitadas.

fornecer informações confiáveis sobre esse culto e, mais especificamente, sobre a terminologia do terecô em Codó.

Como ponto de partida para a participação dos colaboradores, eles deveriam participar de terreiros com mais de dez anos de fundação e esses espaços sagrados deveriam estar localizados no centro da cidade de Codó. Elencamos esse critério temporal por acreditarmos que era um importante fator de ampliação do repertório linguístico-cultural dos participantes.

Por meio do uso do gravador, as entrevistas foram gravadas em formato Mp3. O questionário foi organizado em 47 (quarenta e sete) questões distribuídas em semasiológicas[9] (17 questões) e onomasiológicas (30 questões). O questionário foi organizado conforme os campos semânticos a seguir: ancestralidade, mediunidade e entidades religiosas; convívio e comportamento social; instrumento musical; comida e bebidas e vestuário e acessório. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas grafematicamente.

Em alguns casos, mediante autorização, gravamos vídeos de alguns momentos da nossa conversa com os terecozeiros. Esse material audiovisual compôs um curta-metragem disposto no *web site* No Toque do Terecô (tereco.com.br).

Realizamos, como percurso de análise, o uso das fichas etnoterminológicas desenvolvidas por Maria Aparecida Barbosa (2004) e posteriormente adaptadas por Latorre (2011)

9 São consideradas questões semasiológicas aquelas que investigam os significantes para obtenção do fenômeno de significação. De maneira oposta, as onomasiológicas partem da significação para a identificação do(s) significante(s) (Biderman, 1984 *apud* Gava; Babini, 2012).

e Santos (2013). Por termos outras necessidades de análise, fizemos adaptações para atender às demandas de construção do glossário etnoterminológico. O objetivo da ficha foi, sobretudo, analisar os contextos que sustentam e manifestam a complexidade dos traços conceptuais formadores do vocábulo-termo.

Dessa forma, mediante as análises, para a melhor construção da redação definitória, organizamos a microestrutura dos verbetes considerando as contribuições de Rodrigues (2020). Salientamos que, em algumas situações, preferimos usar os sinônimos para compor a definição terminológica a fim de promover um material adequado e de fácil compreensão aos terecozeiros.

Para a melhor construção da definição terminológica, organizamos a microestrutura do glossário etnoterminológico do terecô de Codó-MA da seguinte maneira: o **vocábulo-termo-entrada** em negrito, em fonte *times* na cor vermelha, com letra inicial maiúscula; em seguida, o **campo semântico** ao qual pertence em negrito e itálico; na linha abaixo, a **definição** do vocábulo-termo-entrada; em colchete, o **contexto de uso**; depois, os **dados dos colaboradores** (a saber: iniciais, sexo e data de realização da entrevista); nos casos em que houve mais de uma denominação, dispusemos as **variantes** separadas por duas barras; e, por último, nos casos em que houve necessidade, inserimos o sistema de remissivas *(Ver).*

Para este capítulo, trouxemos os dados que compõem, especificamente, o campo semântico *comida e bebida* do Glossário Etnoterminológico do Terecô de Codó. Ressaltamos que essa escolha se deu porque, nos rituais do terecô, as comidas e

bebidas fazem parte do sistema de compartilhamento entre os praticantes dessa religião. Quando uma casa é convidada a participar de uma *baia de terecô* (sessão religiosa) em outro espaço religioso distinto do qual frequenta, os anfitriões oferecem comida e bebida às entidades religiosas e aos médiuns. Ao participar desses momentos de trocas, pudemos observar que o alimento é tido como sagrado e que deve ser compartilhado entre seus pares.

## 4 GLOSSÁRIO ETNOTERMINOLÓGICO DO TERECÔ

### E

**Espumosa.** *Substantivo.*
Comida e Bebida

Cerveja.

**Contexto de uso:** [A cerveja, as entidades costumam chamar de escumosa ou espumosa, como as pessoa chamam. (A.J.P.F., sexo masculino, 06/09/2023) [Cerveja eles chamam de espumosa, é, é assim (W.A.S., sexo masculino, 01/05/2023)].

### M

**Manjar do céu.** *Sintagma nominal.*
Comida e Bebida.

Água.

**Contexto de uso:** [INQ.- E água tem algum nome específico? COL.- Tem, dentro do espiritismo é chamado de manjá do céu. (A.F.P.F., sexo masculino, 08/09/2023)]

**Manjar.** *Substantivo.*

Comida e Bebida.

Bebida não alcoólica feita com arroz e coco da praia, ou coco babaçu, oferecida em cerimônia religiosa às entidades e às pessoas em geral.

**Contexto de uso:** [Manjar é a bebida do santo. Quando a gente vai dar a bebida do santo, que vai dar o manjar que é uma cerimônia a gente canta: *oh, manjá oh! Tindolêlê, manjá oh!* (W.A.S., sexo masculino, 01/05/2023)]

//Variante: Mocororó//

## Q

**Quebra-bucho.** *Substantivo.*

Comida e Bebida

Bebida não alcoólica de sabor adocicado, gaseificada, dada para sanar a fome dos médiuns quando estão incorporados.

**Contexto de uso:** [O refrigerante algumas entidades chamam de quebra-bucho, porque só enche né?! Não tem reação de álcool não tem nada aí por esse motivo eles chamam de quebra bucho ou bicho doce (A.J.P.F., sexo masculino, 08/09/2023)]

//Variante: Bicho doce//

## S

**Sangue-de-cristo.** *Substantivo.*

***Comida e Bebida***

Bebida alcoólica feita de uva.

**Contexto de uso:** [INQ.- E como se chama a bebida alcóolica feita de uva? COL.- Sangue de Cristo…tem vários nomes…Sangue de Cristo… bebida doce, depende. (W.A.S., sexo masculino, 01/05/2023)]

//Variante: Bebida doce//

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações elaboradas sob o viés da Etnoterminologia contribuem para a formação de materiais de análise que revelam a organização sociocultural e racial de grupos humanos distintos. A pesquisa desenvolvida sobre o universo discursivo dos terecozeiros proporcionou trazer à tona a diversidade semântico-lexical e semântico conceptual desse contexto religioso-cultural.

Os materiais produzidos sobre a terminologia dos terecozeiros serão uma importante fonte de pesquisa, disseminação de informações e combate das visões estereotipadas e racistas do senso comum que ainda vigoram sobre o terecô e sobre a cidade de Codó. Para além disso, é mais uma contribuição para o fortalecimento e aplicação da Lei nº 10.639/2003.

O campo semântico *comida e bebida* foi bastante expressivo, apresentou 5 (cinco) vocábulos-termos-entrada. No momento da entrevista, identificamos que os nossos entrevistados tinham mais receio em falar sobre as comidas, as bebidas e a forma de prepará-las. Acreditamos que isso se deu por preceito religioso.

*Manjar* é um vocábulo-termo disposto no campo-semântico *comida e bebida* que apresenta os semas [cerimônia], [bebida], [bebida do santo]. A unidade etnoterminológica está dicionarizada no dicionário Aulete (online). Apesar de estar dicionarizada, apresenta semas como [foguete infantil], [comida], [refeição]. Embora *manjar* esteja presente

no dicionário Aulete, o verbete apresentado nessa obra não representa a singularidade designada na linguagem especializada de uso dos terecozeiros. Destacamos, ainda, que a sua variante, *mocororó*, está dicionarizada e apresenta os mesmos semas formadores. A comida, segundo investigado, tem relação com os povos indígenas do Norte do Brasil. Isso revela a influência de diversos grupos étnicos para a construção do terecô.

*Manjar do céu* não foi encontrado nos dicionários Aulete e Aurélio, mas percebemos a relação que se estabelece entre o sagrado e a natureza. *Sangue-de-cristo* é a denominação dada para vinho. A referência se dá ao sangue do cordeiro apresentado nas celebrações da igreja católica, reforçando a presença do sincretismo religioso e da influência do catolicismo no terecô.

*Quebra-bucho* é o vocábulo-termo usado para denominar refrigerante. Em nossas pesquisas, não foi encontrado em nenhum dos dicionários elencados a unidade etnoterminológica quebra-bucho. A bebida *quebra-bucho* é oferecida, principalmente, às entidades infantis. Já, *espumosa*, bebida oferecida às entidades do terecô, faz referência ao aspecto da bebida que tem espuma devido à fermentação.

Concluímos que este estudo nos possibilitou constatar a importância de pesquisas sobre as linguagens de grupos alvo de racismo religioso no Maranhão, com o intuito de valorizá-las e catalogá-las antes que caiam no esquecimento ou desuso. Dessa forma, confirmamos que estudos etnoterminológicos sobre o terecô, como este, são de suma impor-

tância para o resgate, valorização e preservação da história e da cultura dos terecozeiros codoenses.

## REFERÊNCIAS


AHLERT, Martina. **Cidade Relicário:** uma etnografia sobre terecô, precisão e encantaria em Codó (Maranhão). 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. **Umbandização, Candonbleização:** para onde vai o terecô? [Curitiba: s.n.], 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINORELIGIO SO/artigos/7umbandizacao.pdf. Acesso em: 8 de abr. de 2022.

BARBOSA, Maria Aparecida. Cultura popular amazônica em etno-terminologia. In: **Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC**, Manaus-AM, 2009.

BARBOSA, Maria Aparecida. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de atuação. *In:* ISQUERDO, Aparecida Negri; ABBADE, Cecília Márcia de Sousa. **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. Tradução. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

BARBOSA, Maria Aparecida. Maria Aparecida.Estrutura e formação do conceito nas línguas especializadas: tratamento terminológico e lexicográfico. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Minas Gerais, v. 4, n. 1, p. 55-86, 2004.

BARBOSA, Maria Aparecida. Maria Aparecida. Para uma etno-terminologia:recortes epistemológicos. **Revista Ciências e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 48-51, 2006.

BARBOSA, Maria Aparecida. Maria Aparecida. A construção do conceito nos discursos técnicos-científicos, nos discursos literários e nos discursos sociais não-literários. **Revista Brasileira de Linguística.** São Paulo, Editora Plêiade, v. 11, n. 1. p. 27-36, 2001.

CENTRINY, Cícero. **Terecô:** uma religião a ser descoberta. 1 ed. São Luís: Zona Z Fotografias Ltda, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo Brasileiro de 2022.** São Luís: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 27 de março de 2023.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Encantaria de Barba Soeira:** Codó, Capital da magia negra? São Paulo: Siciliano, p. 190, 2000.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. Mundicarmo. Formas sincréticas das religiões afro-americanas: o Terecô de Codó (MA). **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 14, n. 2, p. 95-108, jul./dez. 2003. (Retoma texto apresentado no Seminário: Religiões afro-americanas e diversidade cultural, promovido pela UNESCO e Fundação Palmares, no Rio de Janeiro, de 19 a 21 de dezembro de 2001).

ISQUERDO, Maria Aparecida; KRIEGER, Maria da Graça. **As ciências do léxico:** Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. V. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

LATTORRE, Vanice Ribeiro Dias. A dialética entre os extremos: da terminologia à etnoterminologia. *In:* **Caderno Seminal Digital,** Rio de Janeiro, v. 19, nº 19, ano 19, p. 70-94 , 2013.

LIMA, Conceição de Maria Teixeira. **Pagamento de tambor:** conexões e visitas no terecô de Codó (Maranhão). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SANTOS, Georgiana Marcia Oliveira. **Um saber semioticamente construído: a visão de mundo no léxico do quilombo Jamary dos Pretos – Turiaçu/MA.** 200f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, 2013.

MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. São Luís: FACT/UEMA, 1999.

# **NEOLOGISMO E TEXTUALIDADE:** terminologia dos jogos digitais e seu contexto cultural

**Gisele Maciel Damasceno**
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

**Lucimara Alves da Conceição Costa**
Universidade Federal do ABC

**Resumo**: Os espaços de comunicação que conhecemos são diversos, todos os dias, milhares de textos e mensagens são compartilhadas, principalmente na internet. Essa comunicação rápida e dinâmica se tornou possível, devido ao avanço da tecnologia. Um dos reflexos dessa evolução são os jogos online e a interação propiciada por meio deles, valendo-se de uma terminologia própria que permite a comunicação entre jogadores de diferentes países, faixas etárias e idiomas. Nesse sentido, neste trabalho tivemos por objetivo analisar a terminologia, do jogo Free Fire, em especial os neologismos, procurando identificar como são constituídos os termos utilizados nesse ambiente virtual e o processo da criação de sentidos, por meio do contexto de ocorrência dessas interações. Para o desenvolvimento desta pesquisa nos embasamos nos pressupostos da Linguística Textual (Marcuschi, 2008), Neologia (Alves, 1990; Jesus, 2018) e da Morfologia (Gonçalves, 2016, 2019) e adotamos uma metodologia que consistiu em pesquisa bibliográfica e "pesquisa de campo", por meio da coleta manual e seleção dos termos utilizados pelos jogadores em situação de comunicação, na plataforma Garena. Os resultados obtidos constataram que são diversos os processos de formação apresentados nesse ambiente, como, por exemplo, formações com derivação e composição, truncamentos e empréstimos, especialmente da língua inglesa.

**Palavras-chave**: Neologismos; Textualidade; Jogos online.

**Resumen**: Los espacios de comunicación que conocemos son diversos; cada día se comparten miles de textos y mensajes, principalmente en Internet. Esta comunicación rápida y dinámica ha sido posible gracias al avance de la tecnología. Uno de los reflejos de esta evolución son los juegos en línea y la interacción que proporcionan, utilizando su propia terminología para permitir la comunicación entre jugadores de diferentes países, grupos de edad e idiomas. Considerándose esta realidad, el objetivo de este estudio es analizar la terminología del juego Free Fire, especialmente los neologismos, en un intento de identificar cómo se constituyen los términos utilizados en este entorno virtual y el proceso de creación de significados a través del contexto de estas interacciones. Para llevar a cabo esta investigación, nos basamos en los postulados de la Lingüística Textual (Marcuschi, 2008), la Neología (Alves, 1990; Jesus, 2018) y la Morfología (Gonçalves, 2016, 2019) y adoptamos una metodología que consistió en una investigación bibliográfica y una «investigación de campo», a través de la recogida y selección manual de los términos utilizados por los jugadores en las situaciones de juego. Los resultados obtenidos mostraron que son varios los procesos de formación que se presentan en este entorno como, por ejemplo, formaciones con derivación y composición, truncamiento y préstamos, especialmente de lengua inglesa.

**Palabras claves**: Neologismos; Textualidad; Juegos online.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Linguística Textual, o texto é entendido como uma unidade de sentido, que vai além das simples

frases ou orações. Ele é o produto da interação comunicativa, caracterizado pela coesão (a forma como as partes do texto se conectam) e pela coerência (a lógica e a organização das ideias). Nesse campo de estudo, o texto que envolve não apenas a linguagem escrita, mas também a oral, e se estrutura de forma a transmitir significados que são interpretados pelos interlocutores, de acordo com o contexto e os conhecimentos compartilhados.

Assim, a Linguística Textual, por sua vez, não se limita apenas observar as estruturas internas do texto, mas também analisa o papel do contexto, a situação comunicativa e os fatores extralinguísticos na construção e interpretação dos sentidos. Isto é, o texto só adquire significado pleno quando considerado em sua totalidade e na interação com os elementos que o cercam. Isso inclui a intencionalidade do autor, as expectativas do leitor, as condições de produção e o gênero discursivo. Nesse sentido, o texto é visto como uma construção dinâmica, que varia de acordo com o uso social da linguagem e as práticas discursivas em diferentes contextos e ambientes, como o virtual, por exemplo.

A linguagem no ambiente virtual desempenha um papel fundamental na comunicação e interação entre indivíduos. Nesse espaço, os usuários utilizam textos, imagens, áudios e vídeos para transmitir ideias, expressar emoções e compartilhar informações. A ausência de elementos não verbais, como gestos e expressões faciais, exige que os interlocutores se adaptem, recorrendo a recursos como emojis, gifs e abreviações para enriquecer a mensagem e evitar ambiguidades, além de caracterizar-se pela informalidade, com o uso de

gírias e adaptações linguísticas que refletem a cultura digital, além da rapidez nas trocas de mensagens, característica essencial no ritmo acelerado da internet.

Neste trabalho, refletimos, em especial, sobre a linguagem no ambiente virtual, especificamente nos jogos online, como o Free Fire, e como se dá interação entre os jogadores dentro dessa plataforma, analisando não apenas o léxico, mas também as marcas de textualidade que demarcam e caracterizam o contexto cultural dessa interação.

Nos jogos multiplayer, a comunicação frequentemente ocorre em tempo real, seja por meio de mensagens de texto ou voz, permitindo que os jogadores coordenem estratégias, compartilhem informações e expressem emoções. A linguagem nesse contexto tende a ser rápida e direta, adaptando-se ao ritmo do jogo e muitas vezes incorporando jargões específicos, gírias e termos técnicos da comunidade gamer. Expressões como "GG" (*good game*), "noob" e "camping" são exemplos de como surgem vocabulários próprios que fortalecem o senso de identidade entre os jogadores.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos uma metodologia que consistiu em pesquisa bibliográfica e "pesquisa de campo", por meio da coleta manual e seleção dos termos utilizados pelos jogadores em situação de comunicação, na plataforma Garena. Essa plataforma, na verdade é um espaço virtual, idealizado pela Garena (uma desenvolvedora de jogos e editora de jogos online gratuitos de Singapura), utilizado no jogo *Free Fire*. É nesse espaço, idealizado para suprir e sustentar todo o enredo e estrutura do jogo (cenário,

armamentos, jogadores), que ocorrem as partidas e duelos do jogo online.

Nesse sentido, utilizando esse espaço virtual, selecionamos os termos, de maneira manual, por meio de anotações e prints da tela, em situações cotidianas, durante partidas de jogos realizada por uma das pesquisadoras e, também, através de lives, que, em sua maioria, são feitas por *streamers*, isto é, criadores de conteúdos digitais: digitais: vídeos, gravações ao vivo, entre outros, que são publicados na internet: vídeos, gravações ao vivo, entre outros, que é publicado na internet. Depois de coletados os dados, procuramos identificar, por meio de consultas em dicionários, como o Houaiss, Aurélio e Michaelis online, além de dicionários da língua inglesa, quais termos já se encontravam dicionarizados (para excluir os que não eram neologismos ou que não estavam diretamente relacionados ao jogo) e, a partir desta seleção, procuramos identificar os processos de formação pelas quais essas unidades lexicais foram constituídas e o contexto comunicativo (aspectos textuais), nos quais tais termos são utilizados.

Para uma melhor compreensão da proposta, o trabalho foi dividido em três partes. Na primeira, discutimos o conceito de neologismo e suas características. Na segunda, focamos na textualidade e em suas particularidades, incluindo a referenciação. Na terceira parte, tratamos do contexto cultural dos jogos online e do léxico utilizado nesses ambientes, em especial em relação à constituição dos neologismos. Por fim, passamos às considerações finais e referências.

## 2 NEOLOGISMO

A neologia é o processo linguístico que diz respeito à criação de novas palavras ou expressões em uma língua, ou à atribuição de novos significados a palavras já existentes. Esse processo ocorre de maneira contínua, sendo uma resposta natural às necessidades de comunicação em uma sociedade em constante transformação. A neologia está diretamente relacionada às mudanças culturais, tecnológicas e sociais, que desencadeiam o surgimento de novos termos para projetar novos objetos, ideias ou práticas. É uma forma de língua se adaptar às novidades do mundo contemporâneo, seja através da criação de palavras próprias, seja pela reinvenção de vocabulários existentes. A essas novas palavras ou ampliações de significado damos o nome de neologismos.

Os neologismos são os resultados concretos desse processo de neologia. Eles podem se manifestar de diversas maneiras, como a criação de palavras por derivação, composição, aglutinação ou empréstimos de outras línguas. Neologismos tecnológicos, por exemplo, são extremamente comuns em áreas como a informática e a ciência, enquanto neologismos populares podem surgir em ambientes informais, como nas redes sociais e nos jogos online. Além disso, os neologismos também podem ser temporários, desaparecendo com o tempo, ou permanentes, incorporando-se ao vocabulário da língua de forma estável.

São vários os processos de formação de palavras pelas quais são criados os neologismos. Ieda Maria Alves, na obra *Neologismos* (1990), apresenta a seguinte classificação: neolo-

gia semântica, sintática, neologia por empréstimo, entre outros. Nesse sentido, o neologismo pode se formar por meio de mecanismos vindos da própria língua (processos autóctones) ou por meio de elementos lexicais provenientes de outros sistemas linguísticos, como é o caso dos empréstimos de outras línguas, ou mesmo, termos criados por um processo de decalque ou adaptação como, por exemplo, palavras com afixos do português brasileiro e radical da língua inglesa.

Considerando a classificação apontada por Alves (1994), os neologismos fonológicos podem ser definidos como o surgimento de uma unidade léxica do qual seu significado seja novo, ou seja, inédito, o que ocorre raramente em todas as línguas, uma palavra criada dessa forma tem sua base constituída em nenhuma outra palavra existente. Mas precisamos entender que sua criação por si só, não basta para que ela se integre no sistema dos falantes, é necessário que os indivíduos de determinada comunidade linguística façam o uso frequente dessas palavras, pois essa unidade tem caráter neológico a partir da interpretação feita pelo receptor.

> Não basta a criação do neologismo para que ele se torne membro integrante do acervo lexical de uma língua. É, na verdade, a comunidade linguística, pelo uso do elemento neológico ou pela sua não difusão, que decide sobre a integração dessa nova formação ao idioma. (Alves, 1994, p. 84).

Por sua vez, os neologismos sintáticos, diferente do neologismo anterior, prevê a combinação de recursos que já existem no sistema linguístico e são classificados como derivação, compostos, compostos sintagmáticos e compostos formados por siglas. Segundo Alves (2007) temos: derivação

prefixal, derivação sufixal (sufixos nominais, sufixos verbais, sufixo adverbial, entre outros) e por composição, que são: composição subordinativa, composição coordenativa, composição satírica etc.

Em relação aos neologismos semânticos, Alves (1990, p. 62) destaca que eles podem se revelar de diferentes maneiras, seja por maneiras estilísticas, utilizando a metáfora, a metonímia e a sinédoque, vários significados podem ser inseridos a uma base, que é formal, transformando-as em novas unidades lexicais, ou seja, não altera sua escrita, mas dependendo do contexto, altera-se seu significado.

E, por fim, os empréstimos, que segundo Carvalho (1989, p. 52), podem ser classificados de várias formas:

**a) segundo a origem:** em íntimo, dialetal e externo;

**b) segundo a fase de adoção:** em estrangeirismo – que se trata de um fenômeno existente nas comunidades linguísticas, sendo elementos oriundos de outras línguas, ou seja, é o uso de palavras e expressões estrangeiras – empréstimo e xenismo;

**c) segundo a forma de derivação:** ele m direto e indireto;

**d) segundo a forma de adoção:** em calque, adaptação e incorporação e,

**e) segundo sua função, intenção ou necessidade de uso:** em conotativo e denotativo.

Conforme supracitado, são muitos os processos pelos quais os neologismos são criados, estando estes relacionados e justificados não apenas pelos aspectos lingüísticos e estrutu-

rais, mas, também, pelos contextos discursivos e interacionais que motivam o surgimento dessas unidades lexicais e permite que elas se espalhem, se solidifiquem e passem a fazer parte do léxico de uma língua, ou caiam no esquecimento por falta de aceitação dos falantes.

Assim, adiante, refletimos sobre a textualidade, ou seja, as condições de uso em que o falante faz uso desses recursos textuais para se expressar, seguindo ou adaptando as regras do sistema linguístico para suas criações lexicais e a interação por meio delas.

## 3 TEXTUALIDADE

A textualidade é a característica essencial para a formação de textos orais e escritos. É interessante como os sentidos são reconfigurados, pois uma mesma sequência linguística, seja ela falada ou escrita pode ser considerada legítima para uns e causar estranheza para outros, configurando algo sem sentido, por exemplo.

> Segundo as posições tradicionais na linguística de texto, podemos postular que um texto, enquanto unidade comunicativa, deve obedecer a um conjunto de critérios de textualização (esquematização e figuração), já que ele não é um conjunto aleatórios de frases, nem é uma sequência em qualquer ordem. (Marcuschi, 2008, p. 93).

Nesse sentido, há um conjunto de fatores que permitem a compreensão de um texto, influenciando a sua produção e interpretação, que são: coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade

e intertextualidade. Entretanto, partindo do pressuposto de que a coerência e a coesão são fatores essenciais para a escrita e compreensão de qualquer texto e, considerando o carater conciso desse capítulo, neste estudo nos atemos apenas a quatro desses fatores (intencionalidade, acetabilidade, situacionalidade e intertextualidade), uma vez que são os que mais influenciam nas situações interativas e comunicativas dos jogos online.

Assim, de forma simplificada, a **intencionalidade**, que tem a ver com a intenção criada por alguém ao se comunicar com outra pessoa, é um fator essencial na comunicação durante a partida de jogos online. Há sempre uma intenção, nem sempre explícita, na escolha de determinado termo ou expressão nessas situações de embate. Seja orientar os integrantes da equipe, oferencendo-lhes direcionamento, seja confundir, provocar ou mesmo insultar os adversários.

Em seguida, a **aceitabilidade**, que está ligada à intencionalidade, pois diz respeito à atitude que o receptor vai tomar a partir a mensagem recebida, e permite dizer que aquele texto está configurado como aceito dentro dos parâmetros da coesão e coerência, ou seja, dentro daquilo que é interpretável. É justamente a aceitabilidade que permite a progressão das ações, uma vez que é nesse entendimento e aceitação por parte dos interlocutores, que os comandos são aceitos ou não, interferindo na sequência das ações, o que pode levar à vitória ou derrota, dentro do jogo.

Em seguida, a **situacionalidade**, que é a relação entre o evento textual e a situação em que ele ocorre. Convém destacar que a situacionalidade não é contextualidade, mas

refere-se aos fatores que relacionamos, ou seja, as situações e o evento textual em que ele se realiza. "A situacionalidade não só serve para interpretar e relacionar o texto ao seu contexto interpretativo, mas também para orientar a própria produção" (Marcuschi, 2008, p. 128). Nesse sentido, é a situacionalidade que permite que, considerando o contexto interpretativo e o uso que os jogadores fazem da linguagem (texto), isto é: termos, expressões, entonação, pausas, movimentos, ocorra a interação e sejam dadas respostas esperadas, ou seja, novas produções.

Por último, temos a **intertextualidade**, que é a propriedade construtiva de qualquer texto, isto é, o conjunto de relações explícitas ou implícitas que um determinado texto ou grupo de textos têm com outros. No caso da terminologia do jogo Free Fire, notamos que, mesmo entendendo que há uma linguagem específica constituída por termos e expressões utilizadas nesse meio, constatamos que algumas dessas unidades lexicais ocorrem em outros jogos online, também, o que configura uma intertextualidade típica desse contexto de interação no ambiente virtual.

Ao entendermos esses critérios de textualidade, chegamos à referenciação. Dentro de um texto ela é fundamental, tanto para sua produção quanto para a sua compreensão. O desenvolvimento da referencialidade ocorre como apoio complexo de uma relação entre linguagem, mundo e pensamento, sendo ela a construção do objeto discursivo. Seguindo a perspectiva da textualidade, o texto é tudo aquilo que vemos como texto e dentro disso podemos contar com a referência e a referenciação.

A partir dos elementos anteriores e com base no estudo da referenciação, conseguimos analisar a relação entre o contexto cultural dos jogos online e o seu léxico, o que procuramos comprovar no próximo tópico, com o intuito de mostrar como os sentidos são reconfigurados. Tudo é um texto, a oralidade, o cantar de alguém, a letra das canções, tudo mostra como vemos o mundo e desde seu início, foi material essencial para que o homem, em sua imensa curiosidade, se tomasse de sabedorias. Os textos são vivos, e as falas são características vindas de processos textuais, e por tudo que ocorre nos dias atuais, com a evolução tecnológica, as culturas digitais tomam muito espaço, assim, cabe aos linguistas analisarem esses espaços utilizando os recursos disponíveis na ciência que estuda os fatores da língua.

## **4 COMUNIDADES VIRTUAIS E LÉXICO:** processos de constituição dos neologismos e aspectos contextuais

Com o passar dos anos, a linguagem digital vem tomando espaço. Considerando todos os meios, podemos dizer que cada área, seja ela digital ou não, tem sua linguagem, nos jogos online isso não é diferente, uma vez que há uma grande interação entre os jogadores, usando termos específicos daquele espaço.

Percebe-se que a internet foi criando uma linguagem própria, típica desse ambiente virtual, tanto na escrita como na fala, uma vez que a "web", desde seu início, foi vista como uma comunidade que, entre suas várias reuniões online,

carregava bagagens culturais, vivências e práticas linguageiras. Da mesma forma, os sites, os blogs, os microblogs e os fóruns formam grupos que são vistos como comunidades, e trazem suas linguagens próprias ou aderem a novos termos, dependendo daqueles que vão se inserindo nos espaços dessas comunidades. Seguindo esse raciocínio, consideramos que o Free Fire também pode, de certa forma, ser classificado como uma comunidade virtual, uma vez que integra um determinado grupo de pessoas que joga e cria uma linguagem específica dentro do game.

Segundo Howard Rheingold (1993 *apud* Kozinets, 2014, p. 5), esses grupos podem ser denominados como "comunidades virtuais", difinidas como "agregações sociais que emergem da rede, quando um número suficiente de pessoas empreende [...] discussões públicas por tempo suficiente, com suficiente sentimento humano, para formar redes de relacionamentos pessoais no ciberespaço".

No que diz respeito à linguagem, ao estudarmos o léxico dentro do jogo Free Fire, partindo dos termos específicos usados pelos jogadores, partimos da consideração de que, como aponta Biderman (2001, p. 32), "movidos por estímulos exteriores e interiores, o indivíduo é levado a comunicar-se, utilizando o instrumento coletivo de comunicação e expressão: a língua.". Percebe-se, então, que a língua é a forma de comunicação essencial para a relação entre o homem e o mundo, ou seja, pode-se estudar o homem e sua cultura por meio do léxico por ele utilizado.

A linguagem empregada nos jogos online se caracteriza por ser uma linguagem dinâmica, utilizada e entendida pelas

pessoas que fazem parte desse espaço, ou seja, os jogadores. Em alguns casos, esse léxico é utilizado fora desse espaço, ele se exterioriza, indo além do ambiente cibernético se tornando parte do cotidiano de pessoas que nem sempre estão relacionadas a esse universo, pois uma vez que determinada fala começa a fazer sentido para um indivíduo e se encaixa no contexto em que ele vive, ele começa a fazer uso desse recurso, e quando se trata de palavras como as do recorte, pode ser que jogadores acabem influenciando seus familiares.

Relacionado ao léxico dessas comunidades virtuais, em especial o léxico do Free Fire, que é o foco deste trabalho, constata-se que terminologia dos jogos online, ou seja, o conjunto de termos utilizados nesse ambiente virtual, se caracteriza por ter uma linguagem utilizada e compreendida por pessoas que fazem parte, diariamente, desse espaço, no caso, os jogadores. Na terminologia do jogo Free Fire, verifica-se uma grande ocorrência de neologismos.

Constatamos, também, que grande parte dos neologismos criados no jogo Free Fire são adaptações ou empréstimos de termos da língua inglesa, construindo formações aportuguesadas ou decalques, como é o caso das expressões*: tô safe, seu boot, meu duo, tô na call*, entre outros.

Algumas dessas palavras passaram também por um processo de expansão ou extensão semântica, adquirindo uma nova significação e, consequentemente, dando origem a um neologismo semântico, como é o caso de *call,* que em inglês significa ligação e, no jogo, se refere também ao local, dentro da plataforma virtual, onde os jogadores se localizam, além de poder se referir também ao microfone, que é

utilizado para comunicação, na expressão "liga a call". Alves (1990) define os neologismos semânticos, como palavras que já eram conhecidas, utilizadas e já constavam até mesmo nos dicionários com um determinado significado, mas que adquiriram nova carga semântica com o passar do tempo.

Em relação aos demais processos de formação de palavras detectados, dentre os termos selecionados, temos os criados por derivação. Segundo Gonçalves (2019, p. 136), "a derivação é o processo pelo qual uma palavra derivada é formada a partir de outra, dita primitiva (constituída de um único radical, associado ou não a vogais temáticas)". São seis os processos de formação de palavras criados por derivação, sendo eles: derivação prefixal ou prefixação; sufixal ou sufixação; prefixal e sufixal; regressiva e derivação imprópria. Apesar de serem seis os processos de derivação, nem todos foram encontrados em nosso recorte, conforme apresentamos, a seguir.

> **Derivação sufixal**: A sufixação faz uso de formativo que se coloca depois do radical de uma palavra primitiva,alterando o seu sentido e, muitas vezes, sua classe gramatical. Por meio de sufixos são criados: substantivos, verbos, adjetivos, entre outros. Sua classificação é a partir da classe de bases lexicais, vinculadas em deverbais. (Gonçalves, 2019, p. 137).

Exemplos encontrados no recorte do jogo *Free Fire*:

**1. bugado**: termo derivado de [1]*bug,* lexia da língua inglesa. Esse termo é constituído pela junção do radical da lín-

1 A palavra inglesa "bug", que se traduz literalmente como "inseto", já era usada como forma de descrever defeitos na área de engenharia desde a década

gua inglesa - bug - acrescido do sufixo da língua portuguesa -ado, que deu origem ao adjetivo *bugado.* Seu uso, no game, se refere ao erro dentro do jogo. Geralmente acontece quando a internet cai ou o celular/computador trava; também pode se referir a algum erro no jogo que pode afetar gráficos e/ou gameplay. Exemplo do uso no jogo: **"O jogo tá bugado".**

A respeito da utilização desse termo, convém destacar que o uso do adjetivo bugado é muito recorrente na comunicação cotidiana, sendo empregado, na maioria das vezes, por adolescentes e jovens, quando algo não funciona da forma como deveria, isto é, apresenta defeito. Vale ressaltar que esse termo só foi transplantado para o mundo dos computadores em 1940. Há também o registro desse termo como: *Bug do Milênio,* que foi um medo coletivo de que, na virada de 1999 para 2000, os computadores da época não entendessem a mudança e causassem uma pane geral em sistemas e serviços.

Exemplo do uso dessa palavra no cotidiano: **Meu pc está bugado/bugou. Não consigo enviar o trabalho**.

**2. Camper:** empréstimo (estrangeirismo) da língua inglesa que significa campista. Dentro do jogo se refere ao jogador que fica escondido no jogo. Ele foge da "treta", isto é, do confronto com seu inimigo, que geralmente ocorre quando o mesmo busca a patente de mestre (maior patente dentro do jogo). Nesse caso, temos a seguinte relação entre essas três

de 1870. Naquela época, não havia nem computadores eletrônicos ou softwares para bugarem. TUTORIAIS, Hostinger. **Origem do Termo Bug.** Disponível em: https://www.hostinger.com.br/tutoriais/o-que-e-bug#:~:text=do%20termo%20bug.-,Origem%20do%20Termo%20Bug,eletr%C3%B4nicos%20ou%20softwares%20para%20bugarem. Acesso: 03 de out. 2023.

unidades: (i) *camper* (substantivo) "campista ou pessoa que ca" - (ii) *camperar* (verbo) ação executada pelo camper" e (iii) *camperador* (substantivo) pessoa que campera. Dentro do jogo Free Fire é mais recorrente a utilização de *camperador* que de *camper*, embora, semanticamente, as duas palavras tenham o mesmo significado.

Em relação ao processo de formação dessas unidades lexicais, temos a seguinte classificação: *camper* - neologismo por empréstimo ou estrangeirismo, ou seja, "quando as unidades neológicas forem oriundas da adoção de uma unidade lexical de uma língua estrangeira, neste caso, do inglês. Por sua vez, *camperar* e camperador são *lexias* que passaram por um processo de aportuguesamento, ao serem acrescentadas as suas bases, os sufixos da língua portuguesa *-ear* (camperar) e *-ador* (camperador). O mesmo ocorre com as lexias: *rank, ranquear* e *ranqueada,* no exemplo a seguir.

**3. Rank:** empréstimo da língua inglesa que significa posição. **Ranquear:** verbo formado a partir do radical *rank*, acrescido do sufixo *-ear*, passando por um processo de aportuguesamento ou adaptação à língua portuguesa. **Ranqueada:** adjetivo originado do verbo *ranquear*, ou seja, que se conseguiu ranquear, que passou a ocupar um determinado lugar dentro de uma hierarquia dentro do jogo.

Essas unidades são utilizadas no modo competitivo do Free Fire. Ex: "**tô jogando ranqueada**" ou "**é rank**". Este último é utilizado quando perguntam em qual modalidade o jogador está jogando. Exemplo:

(1) - **tá jogando o quê?**

(2) - **Rank**.

Encontramos também, termos formados por composição. A composição é o processo de formação de palavras que contém a junção de duas bases que podem ser palavras ou radicais neoclássicos. Para Gonçalves (2019, p.140), as bases são "duas palavras servindo para a criação de uma terceira". São dois os processos de palavras formados por composição: composição por aglutinação e composição por justaposição. Em nosso recorte, só foram encontrados termos formados por composição por justaposição, isto é, quando os vocábulos se juntam, fazendo uma combinação entre si. Nesse tipo de formação, os vocábulos são colocados lado a lado preservando a sua independência fonética.

Exemplos encontrados:

**1. Área Azul:** também pode ser chamada de *zona perigosa*, ela é um espaço que mostra a localização de loots de alta qualidade, juntamente com armas de AirDrop, que são armamentos que não são encontrados em qualquer lugar dentro do jogo. Essa é uma área dentro do mapa que se destaca por ser azul e redonda, cujos objetos de jogo são os melhores. Ex: V**amo cair na área azul**.

**2. Zé guaritinha:** Jogador que abusa de uma estratégia de tocaia, pode ser sinônimo para *camper*, esse jogador garante seu armamento, proteção antes de ir para o confronto

e/ou jogador que fica muito dentro das casas escondido. Um termo variante para esse conceito, dentro do jogo, é a unidade Zé casinha, ou seja, que se esconde/ fica muito dentro da casa. Ex: **Ele é muito zé casinha/guaritinha.**

**3. Zé carrinho**: utilizado para se referir a jogadores que usam muito o carro dentro do jogo, causando muita morte com ele. Ex: **Lá vem o zé carrinho**. É usado quando o oponente está se aproximando dirigindo um carro.

Temos, ainda, em nossos dados, os termos formados por truncamento. O truncamento muitas vezes é confundido com a abreviação; entretanto, como destaca Belchor (2014), o truncamento tem como estrutura o encurtamento das bases de palavras, preservando seu início, ou seja, é um processo em que o lado esquerdo da palavra é fixo, já a abreviação é um processo em que não é preciso preservar necessariamente a borda esquerda, pois podem ser apagadas outras letras, inclusive da sua matriz.

Segundo Gonçalves (2019, p. 149-151), o truncamento é o processo no qual a relação palavra derivada e sua base se expressam pela falta de materiais fonéticos, ou seja, ocorre uma redução da palavra. Não há um distanciamento entre essas duas partes por esse motivo, podemos dizer que o truncamento não tem função dominadora. Há três tipos de truncamentos:

(i) o truncamento morfêmico, que se caracteriza por fazer uso de uma base presa, ou um prefixo. Nesse caso, como já dito, a base preservada é a esquerda;

(ii) o truncamento misto, que fica no meio termo, uma vez que, ao mesmo tempo que é morfêmico, pode ser não morfêmico. Esse processo tem duas características: ocorre por uma supressão de sequência fonética podendo equivaler ou não ao seu sufixo, já a segunda característica ocorre pela adjunção sistemática da vogal a se classificando por isso como um truncamento marcador;

(iii) e, por fim, o truncamento não morfêmico: sua característica vem da retirada de parte do corpo fônico do derivante. No *corpus* foram encontrados dois tipos de truncamento: o misto e o não morfêmico.

**Truncamento misto**: aqui encontramos um caso de um termo formado por uma raiz ou por parte dela, acrescentando a vogal a que não se relaciona a marcação de gênero feminino: **Diamante - dima**.

**1. Dima:** Pode se referir à patente Diamante, uma das mais altas no ranqueamento competitivo do game, mas também aos diamantes, moedas necessárias para comprar itens no jogo.

Truncamento não morfêmico: sua característica se define apenas por tirar parte do corpo fônico do derivado: **Capacete - capa.**

**2. Capa:** refere-se a tiro na cabeça "**dar capa**", "**subir capa**", que é acertar o oponente nesta região que causa mais danos, tira mais vida. Capa também é a redução de capacete dentro do jogo.

Dentre as formações neológicas por derivação sufixal, constatamos que determinadas unidades lexicais usadas no jogo Free Fire apresentam uma carga cultural machista e preconceituosa, o que não deveria ocorrer, uma vez que, em sua maioria, esse espaço é dominado por mulheres. Como exemplo do exposto, apresentamos o termo gemado/gemadão:

**3. Gemado\Gemadão:** esse termo é emprestado de outros jogos, ele também se utiliza no Free Fire. que quer dizer que o jogador gasta dentro do game, comprando novas skins ou equipamentos, ex: "nossa, você é gemadão", entre outros.

Nas interações em que usamos esse termo, só é colocado como gemado ou gemadão, no masculino, mesmo que a construção da frase possa ser feita no feminino, por exemplo "**Ela é gemadona"**. Para entender essa construção é importante entender que aqui é feita uma associação realizada pelo nível cognitivo dos jogadores, então é preciso remeter a um certo contexto sócio-cultural. Na sua construção lexical a fala tem ativadores e por meio disso os seus conhecimentos de mundos armazenados em sua memória de longo prazo, o seu co-texto, fornece a interpretação para o contexto.

Isso pode ser o reflexo de um universo machista, pois quando pensamos em jogos online de video game etc, temos a imagem de meninos jogando, a referência que fazemos como um universo masculino é automática. Ao pensar em algo criamos a imagem e fazemos relações com aquilo que pensamos, isso faz parte de todo o nosso conhecimento, o contexto em que vivemos e cenários que foram se transformando ao longo dos anos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tivemos como objetivo analisar a terminologia, do jogo Free Fire, em especial os neologismos, procurando identificar como são constituídos os termos utilizados nesse ambiente virtual e o processo da criação de sentidos, por meio da análise do contexto de ocorrência dessas interações, procurando demonstrar como os sentidos são reconfigurados nesse ambiente virtual.

A terminologia empregada no jogo Free Fire tem, em sua composição, um grande número de neologismos. Grande parte desses neologismos são empréstimos da língua inglesa ou estrangeirismos que passaram por um processo de aportuguesamento. Por se tratar de um recorte reduzido, composto por poucas unidades, muitos processos de formação de palavras não foram contemplados, como os neologismos semânticos e sua produção de sentido, por exemplo, lacuna que pretendemos corrigir em pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS


ALVES, Ieda Maria. **Neologismo:** criação lexical. São Paulo: Ed, Ática, 1990.

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo.** Criação lexical. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo:** criação lexical. 3. ed. São Paulo, SP: Ática, 2007.

BIDERMAN, Maria Tereza C. **Teoria linguística:** teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CABRÉ, Maria Teresa. A Terminologia, uma disciplina em evolução: passado, presente e alguns elementos de futuro. **Debate Terminológico,** n. 1, 2005.

CARVALHO, Nelly. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CASTELLS, Manuel. O espaço dos fluxos: **a ascensão da sociedade em rede**. In: CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Carlos A. **Processos "Marginais" de Formação de Palavras.** São Paulo: Ponte Editores, 2016.

GONÇALVES, Carlos A. **Morfologia**. São Paulo: Parábola, 2019.

JESUS, Ana Maria Ribeiro. Tipologias dos neologismos: breve percurso histórico. **GTLex**, Uberlândia, v. 4, 2018

KOZINETS, Robert V. **Netnografia.** Porto Alegre: Penso, 2014.

KOVACS, Leandro. O que é PUBG? PlayerUnknown's Battlegrounds. **Tecnoblog**, 2020. Disponível em: https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-pubg-playerunknowns-battlegrounds/. Acesso: 25 nov. 2023.

MARCUSCHI, Luiz A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. **Metamorfoses jornalísticas**, v. 2, p. 1-15, 2009.

RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual:** encontrando commection em um mundo computadorizado. [S.l.]: Addison-Wesley Longman Publishing Co., Inc., 1993.

SILVA, Carolina Nunes da. O que são as Gemas? **Jovem Explorador**, fev. 2021. Disponível em: http://jovemexplorador.iag.usp.br/?p=blog_Gemas. Acesso em: 22 de mai. 2023.

TUTORIAIS, Hostinger. Origem do Termo Bug. **Hostinger**, p. 1-5, dez. 2024. Disponível em: https://www.hostinger.com.br/tutoriais/o-que-e-bug#:~:text=do%20termo%20bug.-,Origem%20do%20Termo%20Bug,eletr%C3%B4nicos%20ou%20softwares%20para%20bugarem. Acesso: 03 de nov. 2023.

# **METÁFORA INDUZIDA PELO CONTEXTO:** um olhar para a sororidade

**Hanna Gabrielle do Vale Almeida**
Universidade Federal do Maranhão (UFMA/FAPEMA)

**Monica Fontenelle Carneiro**
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

**Cássius Guimarães Chai**
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

**Resumo**: Esta pesquisa propõe analisar a metáfora da sororidade no discurso de mulheres vítimas de violência doméstica, a partir dos dados públicos disponíveis na tese de Damacena (2021). O trabalho se insere no âmbito da Linguística Cognitiva e utiliza conceitos como dispostos na Teoria da Metáfora Conceptual Estendida, proposta por Kövecses (2020). Como objetivos temos: (i) identificar na fala das vítimas as metáforas induzidas pelo contexto; (ii) compreender o conceito de sororidade a partir do discurso de mulheres vítimas diretas de violência doméstica; (iii) mostrar o papel do contexto na produção das metáforas. Com o propósito de identificar e compreender a metáfora da sororidade pelo viés discursivo e intersubjetivo, buscamos responder às seguintes questões de pesquisa: (1) Como as mulheres vítimas diretas de violência doméstica expressam, figurativamente, sua concepção de sororidade? (2) Qual o papel do contexto discursivo na produção dessa metáfora? Nesse sentido, teóricos como Lakoff e Johnson (1980) e Kövecses (2000, 2020), são valiosos para a pesquisa. A sororidade torna-se uma metáfora induzida pelo contexto discursivo em que a dinâmica da construção identitária do sujeito feminino é abra-

çada e defendida como uma arma, ideia-força que une mulheres muito diferentes por uma prática de defesa à figura feminina.

**Palavras-chave**: Violência Doméstica; Metáfora Induzida pelo Contexto; Sororidade.

**Abstract**: This research proposes to analyze the metaphor of sorority in the discourse of women victims of domestic violence, based on public data available in Damacena's thesis (2021). The work falls within the scope of Cognitive Linguistics and uses concepts as set out in the Theory of Extended Conceptual Metaphor, proposed by Kövecses (2020). Our objectives are: (i) to identify metaphors induced by the context in the victims' speech; (ii) to understand the concept of sorority from the discourse of women direct victims of domestic violence; (iii) to show the role of context in the production of metaphors. In order to identify and understand the metaphor of sorority from a discursive and intersubjective perspective, we seek to answer the following research questions: (1) How do women direct victims of domestic violence figuratively express their conception of sorority? (2) What is the role of the discursive context in the production of this metaphor? In this sense, theorists such as Lakoff and Johnson (1980) and Kövecses (2000, 2020) are valuable for research. Sorority becomes a metaphor induced by the discursive context in which the dynamics of the identity construction of the female subject is embraced and defended as a weapon, a powerful idea that unites very different women through a practice of defending the female figure.

**Keywords**: Domestic Violence; Context-Induced Metaphor; Sisterhood.

## 1 INTRODUÇÃO

A metáfora, conforme a etimologia *metaphora,ae* 'metáfora', do grego *metaphorá,âs* (mudança, transposição), metáfora', do v. *metaphéro* (transportar), estava relacionada desde sua origem à noção de movimento e vem sofrendo grandes mudanças em sua significação, desde o período clássico até os dias atuais. A metáfora é um fenômeno estudado e conceituado, primordialmente como figura de linguagem, desde a Antiguidade Clássica. No decorrer dos séculos predominou a perspectiva da metáfora como mero adorno de linguagem ou "figura de estilo", uma visão que se contrapõe aos estudos linguísticos vigentes, trazendo novas perspectivas para sua construção e base cognitiva.

Depois da virada paradigmática, promovida pelos estudos de alguns linguistas, dentre os quais alguns dissidentes gerativistas, tais como James McCawley, Paul Postal, Háj Ross e George Lakoff e marcada pela publicação da obra Metaphors we live by, (Lakoff; Johnson, 1980), os estudos da metáfora ganharam grandes contribuições de pesquisadores e linguistas. Kövecses (2020), como um deles, em sua obra *Extended Conceptual Metaphor Theory* apresenta uma abordagem ontológica e contextual, conhecida como abordagem multinível da metáfora, em que o autor ressignifica os estudos anteriores que categorizam níveis (supraindividual, individual e subindividual) da metáfora, construindo uma teoria que viabiliza o acolhimento tanto dos aspectos da experiência, "o que" (motivação ou estímulo do uso de certas metáforas), quanto do "como" (conceituação apresentada

em uma comunidade linguística). Portanto, "as metáforas linguísticas, que têm origem nas experiências do nosso corpo no mundo físico, acrescidas de nossos valores e crenças, só existem porque há um sistema conceitual, fundamentalmente metafórico" (Carneiro, 2014, p. 81).

A dinâmica da abordagem multinível corrobora com os estudos da metáfora no discurso, já que considera o fator contextual em seus diversos aspectos (situacional, discursivo, corporal e conceptual) para a análise mais específica do fenômeno metafórico. Nesse sentido:

> A análise da metáfora discursiva inclui suas várias dimensões: a linguística, a corporificada, a cognitiva, a afetiva, a sociocultural e a dinâmica. Todas essas dimensões são relevantes quando a metáfora é utilizada como ferramenta de pesquisa porque podem oferecer informações sobre como as pessoas pensam, sobre convenções socioculturais por elas adotadas ou rejeitadas, e sobre suas ideias e sentimentos (Carneiro, 2014, p. 100).

Partindo do entendimento que o(s) contexto(s) influenciam não apenas na compreensão, mas na formação de metáforas, tomamos por lócus de pesquisa o cenário da violência doméstica contra a mulher, sendo esta uma preocupação democrática que dialoga com uma grande discussão mundial sobre as diversas formas de violência. A inclinação para um estudo linguístico com lócus na violência doméstica contra a mulher também é explicada por ser essa uma grande causa de feminicídio no Brasil e no mundo, trazendo graves consequências para a vida e saúde das mulheres.

> Dentre todos os tipos de violência contra a mulher existentes no mundo, aquela praticada no ambiente familiar é uma das mais cruéis e perversas. O lar, identificado como o local acolhedor e de conforto, passa a ser, nesses casos, um ambiente de perigo contínuo que resulta num estado de medo e de ansiedade permanentes. Envolta no emaranhado de emoções e de relações afetivas, a violência doméstica contra a mulher se mantém, até hoje, como uma sombra em nossa sociedade (Brasil, 2005).

Assim, um olhar sobre o discurso de mulheres vítimas diretas de violência doméstica, através dos relatos que constroem a discursivização da figura feminina, mostra que as metáforas, especialmente a metáfora da sororidade, constituem a intersubjetividade da mulher em condição de violência conjugal e elucida, em sua essência, o aspecto do amor-próprio como força para a batalha contra a violência. Nesse sentido:

> A dinamicidade da metáfora funda-se no processo de interação. É em decorrência não só do aspecto dialógico do discurso de indivíduos em evento discursivo, manifestando seus sentimentos e ideias, mas também da riqueza da troca e do compartilhamento de ideias e modos de expressá-las que emergem metáforas que resultam em padrões que se verificam ao longo do evento (Carneiro, 2014, p. 114).

De acordo com Kövecses (2020), os fatores contextuais sugerem metáforas induzidas pelo contexto ou geradas no discurso, que vão além de sua constituição correlacional básica da experiência, como a formação das metáforas primárias de Grady (1997). Elas são, a priori, uma construção criativa que envolve o discurso circundante, o conhecimento sobre

os principais elementos do discurso e os discursos anteriores. Sobre isso, Kövecses (2020, p. 11, traduçao nossa)[1] ressalta:

> Estas metáforas induzidas pelo contexto não estão limitadas aos tipos de correlações básicas na experiência que forma as bases das metáforas primárias. Portanto, parecemos ter um conjunto de metáforas que vão desde as metáforas primárias universais até aquelas não universais induzidas pelo contexto. Em outras palavras, as metáforas podem derivar do corpo, de especificidades culturais e também do contexto mais geral.

Por ser um fenômeno mundial complexo e de difícil compreensão, a violência tem provocado, no seu histórico, muitos sofrimentos e prejuízos de toda natureza à humanidade, tendo como suas vítimas, pessoas de todos os gêneros, etnias e cor. Sua manifestação global é motivo de preocupação para muitas nações, seus governantes e sociedades/populações, bem como para organizações internacionais, dentre as quais destacam-se a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização Mundial de Saúde (OMS), além daquelas cujo foco se volta exclusivamente para a defesa dos direitos humanos.

A palavra violência remonta ao latim como *violentia*, tendo sua raiz no indo-europeu *weie-, expressando 'querer pegar algo com tenacidade'. É composta pelos seguintes ele-

1 These context-induced metaphors are not limited to the kinds of basic correlations in experience that form the bases of primary metaphors. Thus, we seem to have a cline of metaphors, ranging from universal primary metaphors to non-universal context-induced ones. In other words, metaphors can derive from the body, cultural specificities, and also the more general context. (Kovecses, 2020, p. 11).

mentos: prefixo *vil* do latim, associado ao adjetivo *violentus*, distinguindo o comportamento violento de um indivíduo, sobre vis, por força ou vigor (Veschi, 2020). Ocorre que, em sua etimologia, a violência pode ser compreendida como o próprio abuso da força, relacionada com o verbo violar, que significa tratar com brutalidade, desonrar, abusar e ultrajar, implicando o emprego de qualquer força contra a vontade, liberdade ou resistência de alguém ou algo.

Com ancoragem na análise do fenômeno de violência doméstica conjugal, associado ao discurso dos movimentos feministas observados nos últimos anos, percebemos a produção de um discurso em que a sororidade se torna uma metáfora induzida pelo contexto discursivo.

No trajeto em que o processo imaginário de determinação se constrói, a vítima encontra na união, na irmandade, um movimento de resistência às humilhações sofridas e a sororidade torna-se uma metáfora induzida pelo contexto discursivo em que a dinâmica da construção identitária da mulher é abraçada e defendida, pois a sororidade é um sentimento múltiplo em sua constituição e, em seus discursos, é utilizada como uma arma, ideia-força que une mulheres muito diferentes com histórias diversas por uma prática de defesa a qualquer ataque contra o sujeito feminino. A realidade da violência doméstica conjugal é, também, o lugar em que a subjetivação feminina luta com as cobranças, pressões e múltiplos olhares, lugar esse em que a *mulher*, em toda sua ampla constituição, esconde ou mortifica seu próprio domínio.

Nesse sentido, sem conhecer pessoalmente as informantes, sem também entrevistá-las e sem tampouco conhecer a história dos relacionamentos conflituosos por elas vivenciados, investigam-se os sinais marcados nos discursos por elas produzidos. Em uma abordagem de múltiplos relatos de violência, significa dizer que, no contexto da violência doméstica e de gênero, o verbal configura-se tão violento quanto os atos de agressão física e as ameaças ali feitas.

Com o propósito de identificar e compreender a metáfora da sororidade pelo viés discursivo e intersubjetivo, buscamos responder às seguintes questões de pesquisa: (1) Como as mulheres vítimas diretas de violência doméstica expressam, figurativamente, sua concepção de sororidade? (2) Qual o papel do contexto discursivo na produção dessa metáfora?

## 2 A SEMÂNTICA COGNITIVA E O CONTEXTO DISCURSIVO

A abordagem cognitivista da semântica tem seus interesses pautados na concepção da linguagem como parte da capacidade cognitiva humana, ou seja, na construção dos sentidos advindos dos processamentos conceptuais. Nesse sentido, várias abordagens somam-se pelo mesmo viés, compondo a ampla relação de teorias que auxiliam na compreensão dos conteúdos da cognição pela observação da linguagem expressa/manifesta.

Muitos estudiosos contribuíram para deixar em evidência os aspectos da linguagem figurada nas suas mais diferentes perspectivas, tais como: Lakoff e Johnson (1980), que realizaram estudos pioneiros revelando a metáfora como figura do pensamento, ou seja, ligada a um processo cognitivo determinado pelo experiencialismo corporal; Gibbs (1996), que evidencia a linguística cognitiva como forma de encontrar e analisar conteúdos da cognição humana; a abordagem da Análise do Discurso à Luz da Metáfora, proposta por Cameron (2003, 2007, Cameron; Maslen, 2010), dentre outros. Tais abordagens de estudo da linguagem contribuíram de forma expansionista para reflexões sobre a metáfora.

Com base nas contribuições de Cameron (2007) a metáfora começa a ser analisada por seu viés discursivo e, com as contribuições de Kövecses (2020), a percepção do contexto discursivo contribui para análise das metáforas, considerando a construção criativa que envolve o discurso circundante, o conhecimento sobre os principais elementos do discurso e os discursos anteriores. De acordo com Kövecses (2020, p. 97):

> O discurso circundante é simplesmente o contexto linguístico – frequentemente mencionado como 'cotexto'. Visto pela perspectiva do produtor do discurso (o locutor/o falante), elementos do discurso precedente (seja pelo falante/ conceptualizador 1 ou o ouvinte/conceptualizador 2) podem influenciar a (inconsciente) escolha de metáforas, [...] (Kövecses, 2020, p. 97, tradução nossa)[2].

2 The surrounding discourse is simply the linguistic context – often referred to as "cotext." Viewed from the perspective of the discourse's producer (the speaker), elements of the preceding discourse (either by the speaker/conceptualizer 1 or the hearer/conceptualizer 2) can influence the (unconscious) choice of metaphors, [...] (Kövecses, 2020, p. 97).

Nesse sentido, o contexto discursivo, os modelos cognitivos idealizados, processos de categorização, frames, dentre outros, constituem um método de estudo metafórico que apresenta a especificidade da metáfora em níveis, através da relação discursiva em que o corpus não consiste em um mero 'recorte', mas constitui-se de unidades discursivas da linguagem em situação real. Nessa abordagem, a análise metafórica intersecciona a materialidade discursiva localizada no interacionismo simbólico, criando metáforas induzidas pelo contexto que expressam a discursivização da identidade feminina, algumas das constantes interpelações a que o sujeito feminino está exposto na sociedade e a dinâmica entre os micropoderes e as relações de gênero. De acordo com Kövecses (2020, p. 98):

> Certas formas de discurso podem adquirir status dominante em uma comunidade. Quando uma forma dominante de discurso relacionada a um tema emerge, a metáfora usada nesse discurso ou nele baseada pode tornar-se conhecida tanto temporariamente (historicamente) quanto espacialmente (interculturalmente) (Kövecses, 2020, p. 98, tradução nossa)[3].

No tocante à sororidade no ambiente das casas de apoio, a mudança de posicionamento adotada pela vítima é afirmada pelas conquistas sociais femininas ao longo do processo de intersubjetividade em que o diálogo com o *outro* estabelece um *continuum* de ressignificações. A subjetividade

3 Certain forms of discourse can acquire dominant status in a community. When a dominant form of discourse related to a subject matter emerges, the metaphor used in or based on this discourse can become widespread both temporally (historically) and spatially (cross-culturally) (Kövecses, 2020, p. 98).

construir-se-á dentro das relações intersubjetivas que colocam o sujeito *feminino* em aceitação de sua nova identidade e que incentivam a formação discursiva de amor-próprio como um paralelo ao amor conjugal que ocupava a instância superior na aceitação pessoal.

## 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser definida como uma investigação qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, na qual o método adotado é o indutivo. É considerada qualitativa, pois, nesse tipo de pesquisa, "o conjunto inicial de categorias em geral é reexaminado e modificado sucessivamente, com vista em obter ideais mais abrangentes e significativos" (Gil, 2002, p. 134) e também por termos o intuito de seguir por uma investigação mais detalhada acerca da metáfora de sororidade. Como procedimentos metodológicos, temos: (i) identificar, na fala das vítimas, as metáforas induzidas pelo contexto; (ii) compreender o conceito de sororidade a partir do discurso de mulheres vítimas diretas de violência doméstica; (iii) mostrar o papel do contexto na produção das metáforas.

Para obter as respostas de nossas questões de pesquisa, traçamos como percurso: investigar as metáforas induzidas pelo contexto discursivo, especificamente as metáforas da sororidade, no material colhido da tese de Damacena (2021), intitulada "VIVAS NOS QUEREMOS! OS DISCURSOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA QUE FORAM EM BUSCA DE AJUDA", como forma de

buscar a expressão das ideias sobre a sororidade no discurso das vítimas portanto, a coleta contou com os dados públicos disponibilizados pela autora de acordo com a estrutura de entrevistas feita por Damacena (2021) na Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal, situada em Porto Alegre/ RS.

Nesse aspecto, levando em conta a Abordagem Lexical, apontamos para uma identificação metafórica e de frames baseada no método lexical para a análise. A pesquisa também poderá ser classificada como seletiva, uma vez que a seleção das palavras identificadas em cada análise metafórica será feita a partir do interesse em mostrar que algumas colocações implicam em certas características do sentido metafórico dessas palavras. Também é importante ressaltar que a abordagem multinível de análise proposta por Kövecses (2020) é composta por uma hierarquia esquemática e que o método lexical é importante para a seleção dos Domínios, Esquemas Imagéticos e Frames quando relacionamos cada nível de análise com seus respectivos itens lexicais selecionados nas instâncias de fonte ou alvo, "assim, a abordagem lexical pode revelar uma porção considerável do sistema conceitual metafórico compartilhado em uma comunidade linguística, embora não os sistemas conceituais metafóricos que determinados falantes individuais possuem" (Kövecses, 2020, p. 89, tradução nossa)[4].

4 "thus the lexical approach can reveal a considerable portion of the shared metaphorical conceptual system in a linguistic community, though not the metaphorical conceptual systems that particular individual speakers possess" (Kövecses 2020, p. 89).

## 4 ANÁLISE E RESULTADOS

Com a óptica da Semântica, os fenômenos de cunho cognitivo, em consonância com as questões discursivas, os recortes a seguir compõem o *corpus* de análise do presente trabalho e são separados pelas sequências discursivas, doravante SD. Assim, o material investigado é constituído de um recorte do discurso de mulheres vítimas diretas de violência doméstica que encontraram apoio em casas de acolhimento e participaram de entrevistas para fazer seus relatos portanto, o *corpus* não se constitui de meros 'recortes' do discurso das vítimas, mas de unidades discursivas da linguagem em situação real que constituem fragmentos já selecionados a partir do objeto de análise. Cabe ressaltar, também, que os trabalhos são de teor público e a disponibilidade do *corpus* conta com o anonimato para referenciar às vítimas.

> **SD1**: *E aí quando fui buscar atendimento psicológico que eu acho que comecei a* ***ter uma visão diferente*** *das coisas, porque as* ***pessoas que estão de fora*** *assim, enfermeiro, enfermeira, médica, psicóloga, é… coordenadora, as gurias que trabalham com esse tipo de situação, elas têm* ***uma visão diferente para mostrar*** *para a gente: "Não, olha só, não é amor. É controle. É obsessão. É violência. Tu não poder te arrumar, não poder tomar um banho e sair, não poder pentear o cabelo, não poder botar uma roupa que tu goste, é violência"* (Damacena, 2021, p. 143).

Na SD acima, o esquema imagético de "CONTAINER", com os domínios entrar/sair em "pessoas que estão de fora" elucida a separação entre as entidades por meio do contexto

da violência doméstica, em que o CONTENTOR delimitado, no qual se pode entrar e do qual se pode sair é a situação da violência. Nesse caso, "uma visão diferente" é a inferência proposta pelo realismo experiencial. Nessa situação, a percepção através das sequências "tu não poder te arrumar, não poder tomar um banho e sair, não poder pentear o cabelo, não poder botar uma roupa que tu goste" revelam aspectos das noções de amor próprio que são muito válidos para a manifestação do fenômeno da sororidade. O amor-próprio é, nesse sentido, um instrumento implícito de resistência à condição de violência conjugal doméstica que tem sua manifestação enraizada nas manifestações feministas.

O amor próprio permite que a mulher enxergue a si mesma na relação, o que, dentre as metáforas propostas por Kövecses (2000) na obra *Metaphor and Emotion*, aquelas que se referem ao amor, por vezes, denotam aspectos dos conceitos de emoção, como a intensidade e passividade nesse caso, a passividade de ser 'cegado pelo amor', está submersa por uma "visão diferente" no que tange a enxergar a si própria O amor próprio, nesse caso, não se trata apenas de um sentimento, mas de um comportamento.

A mudança do aspecto da passividade para uma posição ativa como "ter uma visão diferente" em relação à situação da violência conjugal doméstica demonstra o abrir de olhos, ter uma nova visão, o despertar da mulher para a sua condição.

> ***SD2**: Se eu vejo um casal brigando na rua, se eu tiver um celular eu chamo a polícia na hora, porque aonde eu vejo um homem agredir uma mulher, eu já vejo ali **uma vítima igual a mim*** (Damacena, 2021, p. 147).

De acordo com a SD2, percebemos o contexto de violência presente no recorte pelo entendimento semântico de igualdade, "uma vítima igual a mim", nessa significação é manifestada da relação com o outro, nesse caso, uma mulher. A solidariedade imersa no fenômeno da sororidade revela que, no Frame de Violência, acessado pela entrevistada, não importa a dimensão ou distinção da violência, a figura feminina é vítima **igual à** entrevistada.

A metáfora SORORIDADE É UMA ARMA, selecionada pelo frame que a análise lexical evoca, assim como pela tomada de atitude da vítima em relação à SD2, engloba múltiplas perspectivas para a defesa da figura feminina, como um aglomerado de sentimentos que são perspectivados conforme seus usos, por exemplo, a solidariedade, empatia, respeito, confiança, cooperação e acolhimento. No recorte acima, a sororidade é perspectivada pela solidariedade e empatia em "eu chamo a polícia na hora", para a prática de defesa da mulher, que é "uma vítima igual a mim".

Cabe ressaltar a importância do contexto discursivo, dos discursos circundantes e dos discursos anteriores, como elucida Kövecses (2020), como fator determinante que auxilia na criação de metáforas que emergem da construção discursiva atual, nesse viés, fruto da necessidade de defesa da figura feminina, da reivindicação dos movimentos feministas e da inserção da violência conjugal doméstica no âmbito da violência de gênero. De acordo com Kövecses (2020, p. 97):

> O discurso circundante é simplesmente o contexto linguístico – frequentemente mencionado como 'cotexto'. Visto pela perspectiva do produtor do discurso (o locutor/o falante),

elementos do discurso precedente (seja pelo falante/ conceptualizador 1 ou o ouvinte/conceptualizador 2) podem influenciar a (inconsciente) escolha de metáforas, [...]" (Kövecses, 2020, p. 97, tradução nossa)[5].

> ***SD3**: Eu estou **lutando** pra... por isso. Por mim, pelos meus filhos. É... pelas minhas companheiras que **não desistiram** de mim. Todas as minhas amigas, pelos meus amigos que **não desistiram**. Pelas pessoas que sempre me acompanharam e que **torcem** por mim. Hoje eu me tornei uma mulher muito mais **combativa** eu sou uma mulher muito mais **feminista**, eu sou muito **mais mulher**, eu sou muito mais confiante, **eu me amo muito mais** e isso tudo só se transformou dentro de mim pra melhor, porque eu tive essa **grande oportunidade**, essa, esse **divisor de águas** na minha vida que foi conhecer a Mirabal* (Damacena, 2021, p. 195).

A SD3 constitui o sentido mais explícito da sororidade, acompanhada do Frame de guerra percebido pelas palavras: "lutando", "desistiram", "torcem", "combativa". Por meio dessa observação, percebemos que a violência doméstica contra a mulher é uma guerra. Na análise do frame de guerra, no sentido de proteger a figura feminina, identificamos a metáfora VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É GUERRA e SORORIDADE É UMA ARMA e as "amigas que não desistiram de mim" são as vítimas que se encontram na casa de acolhimento denominada Casas Mirabal. Nessa perspectiva, a figura

5 The surrounding discourse is simply the linguistic context – often referred to as "cotext." Viewed from the perspective of the discourse's producer (the speaker), elements of the preceding discourse (either by the speaker/conceptualizer 1 or the hearer/conceptualizer 2) can influence the (unconscious) choice of metaphors, [...] ( Kövecses, 2020, p. 97).

feminina, ao apropriar-se do discurso feminista e encontrar o amor-próprio como motivador para sair desse ciclo, defende a si mesma como mulher: "sou uma mulher muito mais feminista". A propagação do discurso do amor-próprio auxilia, como instrumento para a tomada de atitude da vítima, para que ela possa sair do ciclo de violência é uma apropriação do discurso circundante em que a mulher não busca no outro a completude de sua existência, ela já o tem em si mesma, "eu me amo muito mais".

Há, ainda, a metáfora MUDAR UMA SITUAÇÃO É MUDAR O CURSO DE UM RIO (DAS ÁGUAS) e, nesse sentido, VIDA É RIO em que o "divisor de águas", refere-se a um momento ou evento que marca uma mudança significativa ou uma transformação, o que, nesse caso, refere-se a sair, a libertar-se do ciclo de violência. A experiência vivenciada na casa de apoio Mirabal, onde a vítima não foi apenas acolhida, mas protegida e motivada, deu a oportunidade de lutar e combater o processo de violência doméstica, representando a metáfora SORORIDADE É FORÇA, como fruto do contato com outras mulheres que motivam e torcem, dando força, incentivo à vítima, portanto, sororidade é a união que traz a força emocional, social, profissional e ética para a figura feminina.

> ***SD4**: Mas eu tenho uma felicidade que eu sobrevivi. Eu posso contar isso para outras pessoas, que outra mulher... Se eu conseguir, se eu conseguir que uma mulher escute isso e **caia na realidade que eu cai**, tem que sair desse relacionamento, tem que buscar ajuda. **Se uma mulher se salvar já ganhei a minha vida**, entendeu?* (Damacena, 2021, p. 147).

Ao observarmos a carga semântica das palavras utilizadas nas sequências discursivas, identificamos um dos aspectos da existência da emoção em "eu tenho uma felicidade", nesse sentido, a metáfora EXISTÊNCIA DE EMOÇÃO É POSSE DE UM OBJETO. É importante analisarmos a carga semântica das palavras no discurso, ou seja, a comunicação dentro de um contexto, nesse caso, a sobrevivência, refere-se ao contexto da violência doméstica.

Na expressão "*caia na realidade que eu caí",* temos a metáfora BOM É PARA CIMA e RUIM É PARA BAIXO, no trajeto em que cair é sair de um nível para outro mais baixo, temos o esquema imagético de percurso EM CIMA/EMBAIXO, representando uma metáfora orientacional relacionada à metáfora das nuvens comumente associada a sentimentos como amor ou felicidade. É importante ressaltar que os dados culturais são especialmente integrados em nosso sistema conceptual e a metáfora 'cair na realidade' exibe conceitos de valor negativo na idealização da relação conjugal de violência, já que os sentimentos e conceitos de valor positivo como o amor, encontram-se associados ao esquema "em cima", assim como SUCESSO É PARA CIMA. Essa representação pode ocorrer de maneira diferente dependendo do contexto, ou seja, é perspectivado em cada situação já que "a criminalidade está crescendo" é um valor negativo, pois não se trata de uma coisa boa.

O aspecto da passividade identificado nas metáforas das emoções, aspecto estudado por Kövecses (2000) na obra *Metaphor and Emotion*, em que: EXPERIÊNCIAS PASSIVAS SÃO OS EFEITOS FÍSICOS, comumente caracterizada pela

ação, na qual as emoções são vistas como acontecendo com a pessoa, pode variar na quebra do ciclo da violência doméstica conjugal, pois o recorte "se uma mulher **se** salvar" indica que a cooperação no aspecto da sororidade não coloca a mulher em uma posição passiva de 'ser salva' por alguém, e que, ao contrário, SORORIDADE É EMPODERAMENTO, servindo como alicerce para que a figura feminina possa estar em posição ativa, assumindo o controle de sua vida.

A perspectiva do empoderamento é multifacetada e inclui a consciência que a mulher tem sobre o que ela representa e sobre o que ela é, inclusive, no grupo do qual faz parte. Assim, ter o entendimento de sua posição e a autoaceitação são aspectos inerentes ao empoderamento como instância de combate ao discurso de passivização da figura feminina. A tomada de posicionamento da vítima é, nesse sentido, uma atitude individual, que a acompanha em todo o processo de libertação do ciclo de violência e só pode ser feita pela própria vítima através de tomada de consciência.

As noções de empoderamento feminino refletem em toda a sociedade por sua contribuição no "ganho de poder", garantindo à comunidade feminina voz e representação política, aumentando a eficácia do exercício de cidadania, trazendo maior habilidade de agir e causar mudanças no relacionamento. Sobre o empoderamento, Friedmann (1996) aponta três tipos de empoderamentos voltados especialmente a mulheres em situação de violência: o social, o político e o psicológico, no qual o empoderamento social pauta seus interesses no acesso ao conhecimento, participação em organizações sociais e acesso a recursos financeiros; o empode-

ramento político refere-se à tomada de decisões em âmbito coletivo e o empoderamento psicológico reflete a capacidade de tomada de decisões individuais pautadas em comportamentos de autoconfiança e autoestima.

A expressão "ganhei a minha vida" representa a metáfora ontológica de VIDA É JOGO, a perspectiva da salvação como ganho de um jogo remete à libertação do ciclo de violência, VIOLÊNCIA É PRISÃO e libertar-se, salvar-se, é sair da condição de violência.

A análise das metáforas, bem como do contexto do discurso e os discursos circundantes apresenta uma relevância voltada para a prática da sororidade em sua constituição multifacetada e perspectivada. Cabe ressaltar que a sororidade não é entendida apenas como um comportamento, mas uma mistura de sentimentos e ações que influenciam e são influenciados pelo contexto criando metáforas induzidas pelo contexto, cuja escolha inconsciente da metáfora é observada pela reflexão da materialidade histórica e discursiva presente nos tópicos discursivos e pela experiência das falantes no momento do discurso. Esta discussão também é interessante, porque permitiria promover uma mudança do Frame ativado em uma mesma metáfora: o da violência e o do autocuidado por exemplo, mas a depender das lexias utilizadas nas SD's, revelando não apenas o caráter dinâmico da metáfora e do conceito de sororidade, mas também a dificuldade em exercer um conceito único para um fenômeno multidimensional como a sororidade.

## 5 CONCLUSÃO

Desde o surgimento das primeiras ativistas do feminismo no final do século XIX na Inglaterra, denominadas As Sufragistas, que lutavam pelos direitos políticos, sociais e jurídicos, em especial o direito ao voto, a partir dos anos 1960, o movimento feminista trava um importante embate que busca ressignificar o ambiente privado. Diversas lutas foram necessárias para o reconhecimento dos direitos da mulher, tendo como exemplo: a conquista do direito ao voto, a obtenção do direito ao uso de métodos contraceptivos, o acesso ao mercado de trabalho, a criação da Lei Maria da Penha (no caso do Brasil), entre outras ações de grande importância. O advento do movimento feminista trouxe importantes contribuições para as noções de sororidade e empoderamento, que são lexias relacionadas diretamente às mulheres e ganham espaço de ação no discurso do âmbito de violência conjugal doméstica e da violência de gênero.

A importância de os relatos analisados serem manifestações de mulheres que encontraram abrigo nas Casas de Apoio remete aos seus sentimentos de superação e sororidade. A iniciativa dos abrigos não apenas ajuda a inserir essas vítimas no meio social, mas também lhes proporciona segurança e garantias mínimas, além de oferecer tratamentos médicos e psicológicos, associados a reuniões com outras mulheres vítimas dessa violência doméstica. Envolvem, ainda, terapias coletivas diversas e todas essas iniciativas auxiliam a vítima em seu processo de combate e superação, não a um sujeito, mas a um processo. Processo esse que envolve a reconstitui-

ção da cultura machista sobre os domínios conjugais, através do acolhimento, atendimento e resiliência.

No trajeto em que o processo imaginário de determinação se constrói, a vítima encontra na união, na irmandade, um movimento de resistência às humilhações sofridas e a sororidade torna-se uma metáfora induzida pelo contexto discursivo em que a dinâmica da construção identitária do sujeito feminino é abraçada e defendida como uma arma, ideia-força que une mulheres muito diferentes e com histórias diversas por uma prática de defesa a qualquer ataque contra o sujeito feminino. É exatamente na dinâmica desse contexto que a intersubjetividade corresponde às operações de ordem psicológica e sociológica que interagem na atividade da linguagem, legitimando o caráter co-construído da subjetividade. Trata-se, pois, da intersubjetividade interpessoal, fruto do pragmatismo social.

Como resultados, a metáfora da sororidade é, por vezes, perspectivada, visto que se trata de uma lexia multidimensional de sentimentos e comportamentos diversos, assim como de uma instância de significação da resistência do sujeito feminino quando este se apropria de termos feministas, assegurando espaço e voz às vítimas, diante do cenário social e cultural brasileiro. Tal situação propicia, portanto, que essas vítimas se libertem do ciclo de violência, criem suas identidades, conquistem seus espaços e construam sua própria história.

As metáforas da sororidade são mais que um mero conjunto de conceitos de combate à violência estrutural em si, elas são uma série de construções cognitivas que revelam

o significado simbólico que damos à historicidade das lutas femininas por direito, respeito e voz, ligadas ao frame de sororidade, que tem um papel relevante para ajudar a entender a teia de significados e interpretações que a metáfora perspectivada/situada da sororidade pode integrar.

Os resultados indicam, ainda, que aquilo que as fragiliza nessas situações de violência conjugal direta é, normalmente, além das condições decorrentes das várias ramificações da violência, a capacidade de acolher-se e reafirmar-se diante das exigências a que são submetidas histórica e socialmente.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. **Violência Doméstica contra a Mulher**. Brasília, DF: Senado Federal, 2005. (Relatório de pesquisa – SEPO 03/2005). Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher . Acesso em: 24 out. 2024.

CAMERON, Lynne. **A discourse dynamics framework for metaphor**. [S.l.: s.n.], 2003. Disponível em: http://creet.open.ac.uk/projects/metaphoranalysis/theories.cfm?paper=ddfm. Acesso em: 20 out. 2024.

CAMERON, Lynne. Confrontation or complementarity: metaphor in language use and cognitive metaphor theory. **Annual review of cognitive linguistics**, v. 5, p. 107-135, 2007.

CAMERON, Lynne; MASLEN, Robert. **Metaphor analysis:** research practice in applied linguistics social sciences and humanities. UK: Equinox Publishing Ltd, 2010.

CARNEIRO, Monica Fontenelle. **Emergência de metáforas sistemáticas na fala de mulheres vítimas diretas de violência doméstica:** uma análise cognitivo-discursiva. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística PPGL. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

DAMACENA, Bianca Machado Quintino. **VIVAS NOS QUEREMOS!** os discursos de mulheres em situação de violência doméstica que foram em busca de ajuda. 2021. 287 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

FRIEDMANN, John. **Empowerment:** uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KÖVECSES, Z. **Extended conceptual metaphor theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
KÖVECSES, Zoltán. **Metaphor and Emotion**. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Coordenação de Mara Sophia Zanotto. Tradução por Vera Maluf. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

VESCHI, B. **Etimologia de violência**. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: https://etimologia.com.br/violencia/ . Acesso em: 20 out. 2024.

# A HIDRONÍMIA INDÍGENA NA ILHA DE UPAON-AÇU

**Layane Kessia Sousa de Carvalho**
Universidade Estadual do Maranhão

**Gabriel Pereira Castro**
Instituto Federal do Maranhão

**Resumo**: A Onomástica é um ramo da Lexicologia que se dedica ao estudo dos nomes próprios. Nesse contexto, a Toponímia ocupa-se dos nomes de lugares e de acidentes geográficos naturais de diversos tipos. Centrando-se a Toponímia, este estudo investiga a hidronímia ludovicense, ou seja, as denominações dos acidentes hidrográficos em geral. Ante o exposto, objetiva-se: (i) investigar o léxico da Toponímia dos elementos hídricos (hidrônimos) ludovicense de origem indígena; (ii) classificar os hidrônimos registrados com base na taxonomia proposta por Dick (1990); e (iii) analisar a influência cultural e linguística das comunidades indígenas na formação dos hidrônimos ludovicenses. A pesquisa é essencialmente bibliográfica, busca-se, desse modo, catalogar os hidrônimos ludovicenses de origem indígena coletados a partir de mapas hidrográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no *Dicionário Histórico-Geográfica da Província do Maranhão*, obra de César Marques. Os trabalhos de Dick (1990, 1994 e 2004) dão suporte teórico-metodológico à pesquisa. Em termos de resultados obtidos, com o registro de significativa quantidade de hidrônimos, foi possível confirmar a relevante contribuição indígena à Toponímia ludovicense. As taxonomias de Dick (1990) mais predominantes nos hidrônimos indígenas da região pesquisada mostram uma forte presença de nomes de plantas e animais, ou seja, fitotopônimos e zootopônimos, respectivamente, refletindo a

conexão do homem com o ato de nomear os elementos a partir da natureza ao seu redor.

**Palavras-chave:** Toponímia; Hidronímia Maranhense; Línguas Indígenas.

**Abstract**: Onomastics is a branch of Lexicology that focuses on the study of proper names. In this context, Toponymy deals with the names of places and natural geographic features of various types. Focusing on Toponymy, this study investigates the ludovicense hydronymy, that is, the denominations of hydrographic features in general. Therefore, the objectives are: (i) to investigate the lexicon of the Toponymy of hydric elements (hydronyms) of ludovicense indigenous origin; (ii) to classify the recorded hydronyms based on the taxonomy proposed by Dick (1990); and (iii) to analyze the cultural and linguistic influence of indigenous communities on the formation of ludovicense hydronyms. The research is essentially bibliographic, aiming to catalog ludovicense hydronyms of indigenous origin collected from hydrographic maps of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) and the *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, a work by César Marques. The works of Dick (1990, 1994, and 2004) provide the theoretical and methodological framework for the research. In terms of results, with the registration of a significant quantity of hydronyms, it was possible to confirm the relevant contribution of indigenous peoples to the Ludovicense toponymy. The taxonomies of Dick (1990) most prevalent in the indigenous hydronyms of the studied region show a strong presence of names of plants and animals, that is, phytotoponyms and zootoponyms, respectively, reflecting the connection of humans with the act of naming elements based on the surrounding nature.

**Keywords**: Toponymy; Ludovicense Hydronymy; Indigenous Languages.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os atos de organizar, categorizar e nomear o mundo são procedimentos relacionados à experiência humana. Esse processo é moldado pela forma como o ser observador entende, interpreta e interage com as coisas ao seu redor. Assim, ao atribuir nomes às entidades que o cercam, o ser humano também revela, por meio da língua, características que refletem sua história, modo de vida e cultura.

Ante o exposto, nossos objetivos com este estudo são: (i) investigar o léxico da Toponímia dos elementos hídricos (hidrônimos) ludovicense de origem indígena; (ii) classificar os hidrônimos registrados com base na taxonomia proposta por Dick (1990); e (iii) analisar a influência cultural e linguística das comunidades indígenas na formação dos hidrônimos ludovicenses.

Como visto, nossa proposta de analisar a influência indígena se dá em face de uma presença significativa indígena no Estado. Vale destacar que no século XVII o Estado Colonial do Maranhão, que compreendia mais ou menos as regiões que atualmente constituem os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, era um dos centros brasileiros de maior densidade de falares indígenas (cf. Elia, 1979). Atualmente, com uma população autodeclarada indígena de 57.214 pessoas, segundo o Censo

Demográfico 2022 (IBGE), o Maranhão agrupa povos indígenas cujas línguas se distribuem entre duas famílias linguísticas: Tupi-Guarani e Macro-Jê.

Ao focar o estudo em São Luís, capital do Maranhão, nossa intenção é destacar a importância da hidrografia como uma fonte econômica relevante, tanto no passado quanto no presente. Vale mencionar que a cidade é popularmente conhecida como a Ilha de São Luís, cuja geografia é cercada pelas baías de São Marcos e São José, também conhecidas como Ilha de Upaon-Açu, que significa "Ilha Grande", nome dado pelos nativos que a habitavam na época.

Visando alcançar os objetivos supracitados, nosso artigo está estruturado da seguinte maneira: além desta introdução, fizemos, primeiramente, um sucinto comentário acerca da Toponímia, os procedimentos metodológicos usados para desenvolver este estudo e na sequência, passarmos para a análise dos dados, e, por fim, apresentamos nossas considerações finais.

## 2 TOPONÍMIA E LÉXICO: ALGUMAS REFLEXÕES

Para se comunicar, o ser humano vai além do uso de um mero conjunto de palavras, revelando, nesse ato, a relação entre léxico, língua e cultura. Por meio da interação possibilitada pela linguagem, ele manifesta suas opiniões, sua cultura e sua relação com o ambiente, entendido não apenas como um conjunto de elementos naturais, mas também como um contexto entrelaçado com aspectos históricos e sociais. Biderman

(2001, p. 32), salienta que "movido por estímulos exteriores e interiores, o indivíduo é levado a comunicar-se, utilizando o instrumento coletivo de comunicação e expressão: a língua". Assim, a língua constitui uma ferramenta fundamental para a interação entre o ser humano e o mundo.

O léxico de uma língua é estudado sistematicamente pela Lexicologia; Vilela (1994, p. 10) afirma que "a unidade básica da lexicologia é a palavra", assim, O léxico de uma língua corresponde ao conjunto de palavras com significado que estão à disposição do falante, permitindo-lhe comunicar-se e integrar-se socialmente nos diversos contextos em que atua.

Inserida no campo da Lexicologia, ciência dedicada ao estudo sistemático do patrimônio lexical de uma língua, a Onomástica é definida, conforme Seabra (2004, p. 1953), como "[...] a ciência da linguagem que abrange duas áreas de estudo: a Antroponímia e a Toponímia – ambas compostas por elementos linguísticos que preservam antigos avanços denominativos". A Antroponímia estuda os nomes próprios individuais, incluindo os nomes de família ou sobrenomes, enquanto a Toponímia analisa o estudo dos *topos*, ou seja, dos nomes próprios de lugares, de elementos geográficos, físicos e humanos.

Como ramo da Onomástica, e tendo como objetivo o estudo linguístico dos nomes próprios de lugares, a Toponímia estabelece relações interdisciplinares com a Geografia, a História, a Antropologia para, com base nos subsídios que obtém dessas áreas de estudo, buscar informações sobre os lugares, com vistas ao conhecimento de aspectos da orga-

nização da região e das condições ambientais e sociais que contribuíram para a denominação do lugar.

A Toponímia é uma área de investigação da Onomástica. Sendo assim, faz parte dos estudos da linguagem, especificamente inserida no âmbito lexical. A Toponímia se interessa pela motivação, alteração, significação dos nomes próprios atribuídos aos elementos geográficos, como lugares, montes, rios, lagos, dentre outros. Desse modo, sua área de atuação é ampla e engloba diversos saberes, segundo Dick (1990, p. 35-36) "[...] a Toponímia é um complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente", assim sendo, há diálogo constante com outras área do conhecimento.

Para além, os estudos toponímicos, por estarem relacionados diretamente a aspectos da vida humana, rememoram fatos concernentes à história e detalhes particulares de uma determinada comunidade. Dada essa característica dos topônimos, Dick (1990, p. 22) os define como "testemunhos históricos", isto é, o nome atribuído atua como uma espécie de registro de um passado e serve como forma de conhecê-lo.

Essa característica que os topônimos adquirem se dá, também – mas não exclusivamente, por pertencerem aos estudos lexicais, uma vez que o léxico é, dentre os níveis das línguas naturais), aquele que "[...] mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade." (Oliveira; Isquerdo, 2001, p. 9).

Por essa razão, os topônimos, como parte do léxico de uma língua, revestem-se de ainda maior importância, pois são revestidos de um fundo de história e de significações que perpassam gerações, para Isquerdo (2008, p. 36) essa relevância pode ser percebida uma vez que

> Os topônimos confirmam a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso, razão pela qual a ação de atribuir um nome a um lugar corporifica uma soma de diversificados fatores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo que habita o espaço geográfico tomado como objeto de investigação.

Assim, o ato de nomear envolve uma série de fatores de diversas ordens, que, em muitos casos, não são percebidos em sua superficialidade. Em uma perspectiva mais atual, a pesquisa toponímica vai além do seu designativo etimológico e busca levar em consideração as condições em que o topônimo foi criado, ou seja, sua motivação histórica.

De acordo com Seabra (2020), o topônimo, em sua estrutura formal, é composto por dois elementos: o termo genérico e o termo específico. A autora exemplifica com o topônimo *rio Pardo*, onde o termo específico (*Pardo*) identifica e singulariza o acidente geográfico, enquanto o termo genérico (*rio*) designa o tipo de elemento nomeado. Esse exemplo ilustra um hidrônimo.

A hidronímia, como ramo da Toponímia, é a área que estuda, registra, agrupa e classifica os topônimos associados a elementos hídricos. Nesse sentido, é amplamente reconhecido que o curso das águas sempre teve grande importância para

a humanidade, ocupando um papel central em elementos mitológicos e históricos relacionados à experiência humana. Apesar disso, Pereira (2022) pondera que poucas são as pesquisas que contemplam a hidronímia, o autor recapitula os poucos estudos que de algum modo têm a hidronímia como elemento principal[1]. Ainda segundo o mesmo autor "[...] os hidrônimos são os elementos que menos sofreram alterações em seu nome" (Pereira, 2022, p. 40), desse modo, o estudo da hidronímia pode revelar formas inalteradas e que perduram há bastante tempo, tendo em vista tal característica singular desse tipo de topônimo.

Portanto, considerando a importância mencionada anteriormente, este estudo concentra-se nos topônimos relacionados a cursos d'água, ou seja, os hidrônimos, com ênfase naqueles de origem indígena. Além de investigar as informações que os hidrônimos podem revelar, como aspectos históricos, culturais, geográficos, entre outros, buscamos também classificar os hidrônimos identificados de acordo com a classificação taxonômica proposta por Dick (1990). A autora apresenta uma categorização baseada nas características dos topônimos, que podem ser de natureza física/ambiental e/ou social/humana, conforme apresentado nos Quadros 1 e 2, a seguir.

1 Para mais informações sobre um panorama dos estudos da hidronímia ao longo dos anos, (Pereira, 2022).

**Quadro 1** - Classificação dos topônimos relacionados ao espaço físico.

| CLASSIFICAÇÃO | DEFINIÇÃO |
|---|---|
| **Astrotopônimos** | Topônimos referentes aos nomes dos corpos celestes. |
| **Cardinotopônimos** | Topônimos referentes às posições geográficas. |
| **Cromotopônimos** | Topônimos referentes à escala cromática. |
| **Dimensiotopônimos** | Topônimos referentes às características dimensionais do acidente geográfico. |
| **Fitotopônimos** | Topônimos referentes aos nomes de vegetais. |
| **Geotopônimos** | Topônimos referentes às formas topográficas. |
| **Hidrotopônimos** | Topônimos referentes aos acidentes geográficos. |
| **Litotopônimos** | Topônimos referentes aos nomes de minerais. |
| **Meteorotopônimos** | Topônimos referentes aos fenômenos atmosféricos. |
| **Morfotopônimos** | Topônimos referentes às formas geográficas. |
| **Zootopônimos** | Topônimos referentes aos nomes de animais. |

Fonte: Dick (1990).

**Quadro 2** - Classificação dos topônimos relacionados com os aspectos sócio-histórico-culturais

| CLASSIFICAÇÃO | DEFINIÇÃO |
|---|---|
| **Animotopônimos ou Nootopônimos** | Topônimos referentes à vida psíquica e à vida cultural e espiritual. |
| **Antrotopônimos** | Topônimos referentes aos nomes próprios e individuais. |
| **Axiotopônimos** | Topônimos referentes aos títulos e dignidades que acompanham os nomes próprios individuais. |
| **Corotopônimos** | Topônimos referentes aos nomes de cidades, países, religiões ou continentes. |

| | |
|---|---|
| **Cronotopônimos** | Topônimos referentes às indicações cronológicas, representadas pelos qualitativos: novo/nova, velho/velha. |
| **Ecotopônimos** | Topônimos referentes às habitações em geral. |
| **Ergotopônimos** | Topônimos referentes aos elementos da cultura. |
| **Etnotopônimos** | Topônimos referentes aos elementos étnicos. |
| **Dirrematopônimos** | Topônimos referentes às frases ou enunciados linguísticos. |
| **Hagiotopônimos** | Topônimos referentes aos nomes sagrados do hagiológio romano. |
| **Hierotôponimos** | Topônimos referentes aos nomes sagrados de diferentes crenças. |
| **Historiopônimos** | Topônimos referentes aos movimentos histórico-sociais, às suas datas e seus membros. |
| **Hodotopônimos** | Topônimos referentes às vias de comunicação rural ou urbana. |
| **Mitotopônimos** | Topônimos referentes entidades mitológicas |
| **Numerotopônimos** | Topônimos referentes aos adjetivos numerais. |
| **Poliotopônimos** | Topônimos referentes aos vocábulos aldeias, vilas, povoação e arraial. |
| **Sociotopônimos** | Topônimos referentes às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos moradores de uma comunidade. |
| **Somatopônimos** | Topônimos referentes às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal. |

Fonte: Dick (1990).

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando os pressupostos teórico-metodológicos da Onomástica e da Toponímia, o primeiro passo para a realização deste estudo foi a pesquisa bibliográfica, que consistiu nas seguintes etapas: (i) levantamento dos estudos linguís-

ticos acerca dos temas *Toponímia* e *Toponímia indígena*; (ii) busca de fontes para obtenção do *corpus* e (iii) levantamento de dicionários especiais de Toponímia e da língua Tupi.

O segundo passo consistiu na estruturação da amostra, como explicitado a seguir.

### 3.1 O *corpus* e o *locus*

Tendo como *locus* o município de São Luís, os dados utilizados para a investigação da hidronímia ludovicense de origem indígena foram coletados nas cartas hidrográficas disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no *Dicionário Histórico-Geográfica da Província do Maranhão,* obra de César Marques.

Como visto anteriormente, nossa análise toma como suporte a proposta taxionômica de Dick (1990), que apresenta 29 categorias, sendo 18 relacionadas com os aspectos sócio- histórico-culturais e 11 de natureza física.

### 3.2 O registro e o arquivamento dos dados

Para este estudo, elaboramos uma ficha lexicográfico-toponímica, baseada na proposta de Dick (2004). Partindo desse modelo, nossa ficha, apresentada a seguir, contém os seguintes elementos que são característicos do estudo toponímico:

**Município:** campo destinado ao registro da localização geográfica do município em que se encontra o hidrônimo.

**Acidente** – neste campo registramos o tipo de acidente hidrográfico a que se refere o topônimo em causa. Vale destacar que, nas localidades pesquisadas, encontramos doze tipos de acidentes hidrográficos: baixão, braço, brejo, cabeça, canal, córrego, grota, igarapé, lago, lagoa, ribeirão e rio.

**Topônimo** – campo destinado ao registro do topônimo.

**Taxionomia** – campo destinado ao registro das causas motivadoras do designativo geográfico. Em outras palavras, registramos aqui a classificação do topônimo segundo a natureza – física ou antropocultural – de sua taxe, de acordo com a proposta de Dick (1990).

**Etimologia** – registro da origem histórica dos topônimos, sua evolução histórica e explicações de seu significado. Para tanto, usamos as obras de Bordoni, Cunha (1924), Dias (1858), Navarro (2013) e Tibiriça (1985).

**Estrutura Morfológica** – neste campo apresentamos a descrição morfológica do topônimo.

**Informações Linguísticas** – campo destinado ao registro das variações linguísticas do topônimo.

**Informações Enciclopédicas** – são adicionadas neste campo informações complementares coletadas em outros materiais de apoio, como por exemplo, em artigos científicos, outros dicionários.

**Fonte** – campo destinado ao registro dos autores que subsidiaram nossa análise.

**Pesquisador** – indicação do pesquisador responsável pelo preenchimento da ficha

**Revisor –** registro do nome do pesquisador responsável pela revisão do preenchimento da ficha.

**Quadro 3** - Ficha Lexicográfico-Toponímica.

| | |
|---|---|
| **Município:** | |
| **Acidente:** | **Topônimo**: |
| **Taxionomia:** | |
| **Etimologia:** | |
| **Estrutura morfológica:** | |
| **Informações linguísticas:** | |
| **Informações enciclopédicas:** | |
| **Fonte:** | |
| **Pesquisador:** | |
| **Revisor:** | |

Fonte: adaptado de Dick (2004).

Para subsidiar as análises, buscamos por obras de referência sobre a língua Tupi e línguas indígenas de maneira geral, os materiais usados como fonte de pesquisa são os seguintes: Bordoni (s/d); Cunha (1989) Dias (1858); Navarro (2013) e Tibiriçá (1985).

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Nomear seres e objetos é uma característica essencial da natureza humana, pois está intimamente ligada à nos-

sa capacidade de comunicar, organizar e compreender o mundo ao nosso redor. Neste estudo, buscamos investigar a contribuição dos povos originários no processo de nomeação dos elementos hídricos (hidrônimos) na localidade São Luís. Para tanto, analisamos os seguintes elementos hidrográficos na localidade pesquisada: baixão, braço, brejo, cabeça, canal, córrego, grota, igarapé, lago, lagoa, ribeirão e rio.

Antes de iniciarmos nossa análise, julgamos necessário levantar um problema que se põe quando nossa temática passa pela questão da etimologia, pois, com destaca Viaro (2011, p. 102):

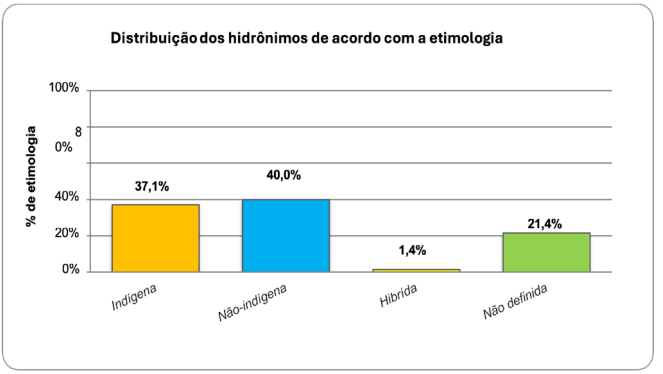
> [...] não basta abrir um dicionário etimológico e ler as propostas oferecidas pelos autores como "verdade acabada". As respostas não estão prontas: os autores discordam entre si, propõem várias soluções, elegem esta ou aquela solução e, não raro, erram. [...] Obras realmente profundas e rigorosas, assemelhadas, por exemplo, ao dicionário de Corominas (1952) ainda inexistem para o português.

Em outro trabalho de sua autoria, Viaro (2013, p. 147), ao enfocar o *léxico não latino* e mais particularmente as *palavras ameríndias,* afirma que, em se tratando do Brasil, "[...] das mais de cem línguas ainda vivas, nenhuma outra influenciou tanto o português quanto o tupi". E acrescenta o autor: "Apesar de muito mais recentes que os termos do substrato, nem sempre as etimologias tupis são pacíficas, tendo sido muitas, inclusive, criadas artificialmente no século XIX, sobretudo com relação aos topônimos" (Viaro, 2013, p. 155).

Sendo assim, após o levantamento dos dados, computamos os seguintes resultados: um total de 70 hidrônimos, dos

quais 28 (40%) têm origem não indígena, 26 (37,1%) são de origem indígena, 15 (21,4%) são indefinidos e 1 (1,4%) são híbridos, ou seja, formados por pelo menos um elemento indígena, conforme ilustrado no Gráfico 1 a seguir.

**Gráfico 1** - Distribuição dos hidrônimos de acordo com a etimologia.




Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A presença de hidrônimos de origem indígena é expressiva em São Luís, devido ao fato de que a capital do Estado do Maranhão foi habitada por um grande número de grupos indígenas, como os Tupinambá, que pertencem ao Tronco Tupi. Segundo Claude D'Abbville, padre capuchinho que esteve no Maranhão entre 1612 e 1614, os índios tupinambá "[...] antigamente moravam no Trópico de Capricórnio se haviam refugiado na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças [...]" (D'abbville, 2002, p. 93).

Os dados do *corpus* confirmam que os aspectos relacionados ao espaço físico-natural tiveram maior influência nos resultados finais. Ao analisarmos as taxonomias predomi-

nantes nos hidrônimos indígenas de São Luís, constatamos que os fitotopônimos (nomes relacionados a plantas) e os zootopônimos (nomes relacionados a animais) são os mais relevantes em nossos dados. No entanto, também encontramos taxonomias relacionadas a formas topográficas e minerais, além de natureza antropocultural, cujas motivações se baseiam em aspectos socio-histórico-culturais. Como exemplo, destacam-se alguns hierotopônimos e somatopônimos, conforme apresentado no Quadro 2.

**Quadro 4 - Taxionomias predominantes nos topônimos indígenas de São Luís.**

| Fitotopônimos | Zootopônimos | Hidrotopônimos | Outras Taxionomias |
|---|---|---|---|
| Braço de Mar Bacanga Igarapé do Cajueiro Igarapé Gamboa Igarapé Maracujá Igarapé Pindora Igarapé Macaúba, Igarapé Pindobal Rio Bacanga Rio Jeniparana Riacho Angelim Igarapé Anajatuba | Igarapé Jiboia Riacho dos Cachorros-Maués Riacho do Turu Rio Inhaúma Igarapé Aguaí | Cabeça do Mearim | Igarapé Curuba Igarapé Curuçá Rio Caruba Rio Curuçá Rio Grande ou Mauá Rio Tibiri Rio Una Igarapé Tajepuru Rio Tagipuru |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A presença de fitotopônimos e zootopônimos evidencia a estreita relação entre as comunidades humanas e o ambiente natural ao longo da história. Árvores imponentes ou a ocorrência de determinadas espécies animais frequen-

temente serviram como pontos de referência na nomeação de lugares. Além disso, esses elementos naturais ajudam a caracterizar o ambiente, indicando o tipo de vegetação ou fauna predominante na região. Ilari e Basso (2006, p. 138, grifo nosso) salientam que:

> No léxico do português do Brasil, há uma quantidade enorme de vozes que derivam de línguas indígenas: elas representam todas as grandes famílias linguísticas que existiram no passado no território brasileiro, mas há um predomínio acentuado de vozes de origem tupi, e, entre estas últimas, das que designam a fauna (*minhoca*, *surubim*, *surucucu*...), a **flora** (*mandioca*, *aipim*, *macaxeira*...), a alimentação (*mingau*...) e a habitação (*maloca*, *oca*, *carioca*...).

Em se tratando da presença dessas vozes na Toponímia brasileira, ainda de acordo com os autores, "[...] é enorme a quantidade de nomes de origem indígena. Muitos desses nomes descrevem a maneira como os indígenas representavam o relevo, a **vegetação** ou o clima de certas localidades [...]" (Ilari; Basso, 2006, p. 147, grifo nosso).

A ficha toponímica apresentada a seguir destaca um dos hidrônimos encontrados em São Luís. Conforme descrito na metodologia deste trabalho, identificamos a localidade à qual o hidrônimo pertence, o tipo de acidente geográfico, o nome do topônimo e a sua classificação taxonômica. Por meio de pesquisas bibliográficas, foi possível determinar a etimologia do nome Bacanga, bem como seu significado. Na análise da estrutura morfológica da palavra "Bacanga", observamos que ela é formada pela junção de dois elementos morfológicos da língua indígena. No entanto, não foram encontradas informações linguísticas adicionais nas fontes

consultadas. Quanto às informações enciclopédicas, constatamos que o Rio Bacanga integra a maior bacia hidrográfica do município. Por fim, foram registradas a fonte das informações bibliográficas e os procedimentos de preenchimento e revisão da ficha. Conforme apresentado a seguir.

**Quadro 4** - Ficha lexicográfico-toponímica do hidrônimo rio Bacanga.

| | |
|---|---|
| **Município:** São Luís | |
| **Acidente:** Rio | **Topônimo**: Bacanga |
| **Taxionomia:** Fitotopônimo | |
| **Etimologia: *ba (ybá)...fruto + acanga...cabeça. galho:** Galho de fruta, galho com frutos. **yba + canga:** O galho da árvore. **yba... o fruto + acang... caroço:** O caroço da fruta. **Rio do Maranhão; de **ybá-canga**, fruto seco, baga, coquinho; Teodoro Sampaio traduziu por "cabeceira das frutas", por desconhecer os trabalhos de Lemos Barbosa, que nos legou valioso vocabulário de tupi antigo. | |
| **Estrutura morfológica:** *ba **(**ybá**)...**fruto + acanga**...**cabeça**.** galho | |
| **Informações linguísticas:** | |
| **Informações enciclopédicas:** Este rio forma a maior bacia hidrográfica totalmente situada no município de São Luís, capital do Estado. Grande parte de seu curso é inundada pelas marés, que tornam suas águas salobras e muito ricas para a pesca. | |
| **Fonte:** *Bortoni, **Tibiriçá. | |
| **Pesquisador:** Layane Sousa | |
| **Revisora:** Conceição Ramos | |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

De acordo com dados do Laboratório de Hidrobiologia da Universidade Federal do Maranhão (LABOHIDRO), a bacia hidrográfica do rio Bacanga constitui um sistema in-

tegrado e interdependente, englobando elementos biofísicos e socioeconômicos (Oliveira, 2008). O rio Bacanga, principal componente hidrológico dessa bacia, possui um regime influenciado pelas precipitações sazonais e pelos níveis das marés, com uma contribuição mínima de águas doces.

Segundo Nascimento (2010), a bacia do rio Bacanga apresenta níveis preocupantes de poluição devido ao comprometimento de suas sub-bacias, resultado da ausência de planejamento na expansão urbana. Esse cenário é agravado pela falta de redes de esgoto, ausência de tratamento de efluentes domésticos, ineficiência na distribuição de água, desmatamento que expõe o solo, carência de fiscalização na unidade de conservação entre outros problemas. Esses fatores, combinados, podem levar ao desaparecimento do rio em longo prazo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado neste estudo, o processo de nomeação de lugares e acidentes geográficos sempre desempenhou um papel fundamental na localização das pessoas. Os povos indígenas, primeiros habitantes do país, tiveram uma contribuição significativa no batismo desses lugares. Nossa investigação destaca o interesse do sujeito denominador em registrar os elementos mais expressivos da paisagem, conferindo-lhes destaque no momento da nomeação dos elementos geográficos.

Com base em nossos resultados, concluímos que, dos 70 hidrônimos identificados em São Luís, 28 (40%) têm origem não indígena, 26 (37,1%) possuem origem indígena, 15 (21,4%) são de origem indefinida, e 1 (1,4%) é classificado como híbrido, ou seja, formado por pelo menos um elemento indígena. Quanto às taxonomias predominantes nos topônimos indígenas da região, observamos que os fitotopônimos e zootopônimos se destacaram como os mais relevantes em nossos dados.

O aprofundamento dos estudos interdisciplinares no campo da Toponímia, especialmente da Toponímia ludovicense, certamente contribuirá para o resgate da memória histórica e cultural, além de proporcionar um maior entendimento do léxico da língua que falamos. No contexto deste estudo, destaca-se a relevância das influências indígenas no português falado no Brasil.

## REFERÊNCIAS


BORTONI, Orlando. **A língua tupi na geografia do Brasil:** dicionário. Curitiba: Banestado, s.d.

BIDERMAN, M. T. C. Teoria Lingüística. **Teoria lexical e lingüística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

D'ABBVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: Siciliano, 2002.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DIAS, Antônio Gonçalves. **Diccionario da Lingua tupy chamada língua geral dos indigenas do Brazil**. LIPSIA: F.A.BROCKAUS, 1858. Digitalizado pelo projeto Google Books, disponibilizado na Biblioteca Digital Curt Nimuendaju. Disponível em: https://biblio.etnolinguistica.org/dias_1859_dicionario. Acesso em: 20 out. 2024.

ELIA, Sílvio. **A unidade linguística do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente**: a língua que estudamos a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sócio- histórico na Toponímia sul-mato-grossense. **Revista Prolíngua**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 34-52. jul./dez.2008. Disponível em: http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua. Acesso em: 13 maio 2019.

LABOHIDRO- **Laboratório de Hidrobiologia da Universidade Federal do Maranhão**. Relatório Técnico: Diagnóstico Ambiental do estuário do Rio Bacanga, Ilha de São Luís – MA. São Luís: [s.n.], 1998.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico-Geografhico da Província do Maranhão. Maranhão** 1870. São Luís: TYP. do Frias, 1870.

NASCIMENTO, Jackgrayce Dutra. **O Índice de Sustentabilidade Ambiental do uso da Água (ISA) como ferramenta de contribuição às Políticas Públicas de desenvolvimento e conservação na bacia do rio Bacanga.** 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2013.

OLIVEIRA, Ana Maria Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. Apresentação. *In*: OLIVEIRA, Ana Maria Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 9-11.

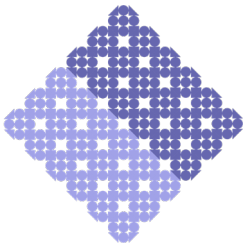
OLIVEIRA, C. C. C. de. **O padrão de ocupação urbana e sua influência nas formações vegetais ciliares do rio Bacanga**. 2008. 50 f. Monografia (Graduação em Ciências Aquáticas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

PEREIRA, Edson Lemos. **A contribuição indígena à hidronímia maranhense**. 2022. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A pesquisa toponímica no Brasil**: estudos contemporâneos. [Vídeo]. YouTube, 23 jul. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8YcU-obkeuc. Acesso em: 17 nov. 2024.

TIBIRIÇA, Luiz Caldas. **Dicionário de topônimos brasileiro de origem tupi**. São Paulo: Traço Editora, 1985.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.



# LINHA 2 - ANÁLISE DO DISCURSO

# **REPRESENTACIONES SOCIALES DE LAS MUERTES DE MANIFESTANTES DURANTE EL ESTALLIDO SOCIAL CHILENO DE 2019:** un análisis comparativo de noticias de ciberprensa chilenas e internacionales

**Millaray Hurtado**
Pontifícia Universidade Católica do Chile

**Luciana Pissolato**
Pontifícia Universidade Católica do Chile

**Resumen:** La presente investigación se inserta en el cruce interdisciplinario entre Análisis Crítico del Discurso (ACD) y Lingüística de Corpus (LC) aplicada a un corpus comparable bilingüe. El objetivo del estudio fue analizar las representaciones sociales sobre las muertes de manifestantes ocurridas durante el Estallido Social chileno de 2019 presentes en ciberprensa, comparando un corpus de noticias de ciberprensa chilena y otro de ciberprensa internacional en inglés. El análisis se realizó siguiendo la metodología para el ACD de Pardo Abril (2013), para el estudio de actores y fenómenos sociales. En primer lugar, se identificaron las unidades léxicas más frecuentes asociadas con la muerte de manifestantes durante el Estallido chileno, a través de un análisis cuantitativo; luego, se compararon los co-textos de aparición de estas unidades en las noticias de cada corpus; finalmente, se analizaron las representaciones construidas en el discurso en torno a la muerte de manifestantes en cada corpus. Por último, se concluye que existe una tendencia en el corpus internacional a la estrategia de inclusión, con la integración explícita de los agentes responsables de las muertes; mientras que en las noticias chilenas predominaron las estrategias de elisión y de segmentación de los hechos y agentes.

**Palabras clave:** Estallido Social chileno; Análisis de noticias; Análisis Crítico del Discurso; Corpus Comparable Bilingüe.

**Resumo:** A presente pesquisa faz parte do cruzamento interdisciplinar entre a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Linguística de Corpus (LC) aplicada a um corpus bilíngue comparável. O objetivo do estudo foi analisar as representações sociais sobre as mortes de manifestantes durante o *Estallido Social* chileno de 2019 presentes na imprensa online, comparando um corpus de notícias da imprensa online chilena e outro da imprensa online internacional em inglês. A análise foi realizada seguindo a metodologia da ACD de Pardo Abril (2013) para o estudo de atores e fenômenos sociais. Em primeiro lugar, foram identificadas as unidades lexicais mais frequentes associadas à morte de manifestantes durante o *Estallido* chileno por meio de uma análise quantitativa; logo, foram comparados os co-textos de aparição dessas unidades nas notícias de cada corpus; finalmente, foram analisadas as representações construídas no discurso em torno à morte de manifestantes em cada corpus. Por fim, conclui-se que há uma tendência no corpus internacional à estratégia de inclusão, com a integração explícita dos agentes responsáveis pelas mortes, enquanto nas notícias chilenas predominaram as estratégias de elisão e segmentação dos eventos e agentes.

**Palavras-chave**: Estallido Social Chileno; Análise de notícias; Análise Crítica do Discurso; Corpus Comparável Bilíngue.

## 1 INTRODUCCIÓN

El poder de los medios de comunicación en la generación e instalación de discursos a través de la reproducción de determinadas representaciones sociales e ideológicas ha sido ampliamente estudiado por los estudios críticos del discurso. Lejos de producir textos imparciales, los medios como la prensa producen y reproducen relaciones de poder que logran instalarse en la mentalidad de los receptores (Van Dijk, 2016). Hoy en día, este fenómeno resulta de particular interés debido a la agilidad de los medios de prensa electrónicos, que son capaces de llevar información de un extremo del planeta a otro en tan solo segundos. En esta línea, en la presente investigación se realiza un análisis contrastivo de las representaciones de las violaciones al derecho a la vida ocurridas en la coyuntura histórica del Estallido Social chileno (2019-2020), en medios de ciberprensa nacionales e internacionales, tanto oficiales como independientes.[1]

El Estallido Social chileno fue un período de protestas ciudadanas masivas de alcance nacional que se extendió por cinco meses a partir del 18 de octubre de 2019. El movimiento fue originado por un alza en el precio del pasaje del transporte público, pero rápidamente se sumaron demandas

1 Esta investigación fue realizada en el marco de Tesis Final para obtener el grado de Magíster en Traducción (Pontificia Universidad Católica de Chile). En ella se analizaron cinco categorías de violaciones a los derechos humanos ocurridas durante el Estallido Social chileno, que incluyen: muertes, lesiones, tortura, violencia sexual y detenciones. El texto completo se encuentra disponible en: https://repositorio.uc.cl/handle/11534/85113

asociadas a la precarización de los derechos básicos de los ciudadanos en los últimos 50 años, asociado a la perpetuación del sistema económico neoliberal instalado en dictadura (Palacios, 2020). Para contener el alzamiento popular, el entonces presidente Sebastián Piñera decretó Estado de Excepción Constitucional a lo largo de todo el país, lo que permitió a las fuerzas armadas tomar control del orden público. Entre octubre de 2019 y marzo de 2020 se registraron múltiples violaciones a los derechos humanos, con miles de heridos, cientos de denuncias por tortura, violencia sexual y más de 30 personas fallecidas (CIDH, 2022)[2]. Hoy, a 5 años de los hechos, la gran mayoría de las denuncias permanecen en la impunidad, de acuerdo con Amnistía Internacional (2024)[3], tan solo 44 de 10.142 denuncias de agentes del Estado por crímenes contra los derechos humanos han obtenido sentencias condenatorias. De allí la relevancia de aportar desde nuestra área del conocimiento en el análisis de los discursos que han contribuido a la exención de cargos de los agentes responsables de violaciones a los DDHH.

## 2 MARCO TEÓRICO

2 Informe de la Comisión Interamericana de DDHH. Disponible en: https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/2022_chile.pdf

3 Reportaje disponible en: https://amnistia.cl/chile-a-cinco-anos-del-estallido-social-las-victimas-y-sus-familiares-continuan-a-la-espera-de-justicia-y-reparacion-integral/

Esta investigación se inserta en el cruce interdisciplinar entre lingüística de corpus (LC) y análisis crítico del discurso (ACD). En primer lugar, se entiende la LC como una subdisciplina de la lingüística dedicada al estudio de grandes masas de textos informatizados a través de herramientas computacionales (Sierra, 2015). Si bien la LC constituye un campo de estudios en sí misma, también otras áreas de estudios del lenguaje han incorporado el análisis de corpus informatizados como su metodología, incluyendo los estudios comparativos en traducción. Autores como Davier y Van Doorslaer (2018) discuten sobre la dificultad de hacer análisis de corpus de textos como los discursos periodísticos, debido a que en muchas ocasiones no es posible identificar un texto fuente. Así, se abre la posibilidad de trabajar con corpus comparables bilingües, de modo que se analizan dos corpus compuestos por textos en dos lenguas distintas, agrupados por criterios como género textual, período de publicación y tema.

El segundo campo de estudio es el ACD. Los estudios del discurso son una propuesta de análisis interdisciplinaria derivada de la lingüística, se caracterizan por integrar un análisis lingüístico y psico-sociológico del discurso. Su carácter crítico estaría dado por un interés en estudiar la práctica y reproducción de las formas de dominación social mediante los discursos (Van Dijk, 2009). En este sentido, uno de los géneros discursivos que han sido de gran interés para los analistas críticos ha sido el discurso periodístico. De acuerdo con Narvaja de Arnoux (2021), en Latinoamérica los textos

periodísticos han sido de gran interés para los investigadores, y agrega que aquí su lectura crítica estaría dada por los altos niveles de desigualdad de la región, de modo que algunos temas de estudio comunes son la pobreza y la violencia estatal.

Respecto al cruce disciplinar entre LC y ACD, autores como Thornbury (2010), Marchi y Taylor (2018) y Baker (2023) apuntan que ambas disciplinas pueden verse beneficiadas en su colaboración. Una de estas ventajas sería la agilización del análisis de coherencia discursiva mediante herramientas de corpus, lo que se hace posible gracias al estudio de los co-textos (unidades lingüísticas que anteceden o suceden a la unidad de búsqueda) y contextos (construcciones lingüísticas en las que se inserta la unidad de análisis) a través de programas computacionales. En la misma línea, O'Halloran (2010) aporta que el análisis de corpus permite al ACD analizar cómo se estructuran lingüísticamente los significados culturales e ideológicos en los discursos. Esto se vuelve de particular utilidad para el análisis de textos periodísticos pues permite reconocer fácilmente cuáles son aquellos significados que circulan sistemáticamente en los medios de comunicación.

Para estudiar cómo se configuran estos significados, en la relación del discurso con la reproducción de la desigualdad, podemos acudir a distintos niveles de significación, entre los cuales se encuentran las representaciones sociales. Este término tiene relación con ciertos sistemas de interpretación de la realidad, expresados a través del lenguaje y las creencias de una comunidad, y que permiten orientar las

acciones del individuo dentro de su comunidad (Pardo Abril, 2007). Entonces, es posible aproximarnos a esas creencias colectivas mediante la identificación de asociaciones entre unidades lingüísticas, para determinar de qué manera esas representaciones se construyen en el discurso.

De acuerdo con Pardo Abril (2013), el ACD se propone interpretar fenómenos sociopolíticos, entendidos como una forma de ejercicio de poder, que a la vez se componen de fenómenos socioculturales, fenómenos socio discursivos, estrategias discursivas y, finalmente, de procesos lingüísticos. De esta manera, siguiendo el modelo para el análisis de representaciones de actores sociales de Van Leuween (1996), la autora define los fenómenos sociopolíticos de *inclusión* y *exclusión*, evidenciados, a su vez, en los fenómenos de *naturalización* y *ocultamiento*. La *naturalización* consiste en otorgar a los objetos del discurso una existencia incuestionable e independiente de las circunstancias, lo que es posible gracias a estrategias discursivas como la segmentación (presentación de los hechos como aislados). Por otra parte, el *ocultamiento* se relaciona con la selección de acontecimientos que ponen de relieve lo espectacular, a la vez que minimiza otros conocimientos. Finalmente, encontramos un estadio intermedio con el fenómeno socio discursivo de la *transformación*, entendido como una serie de recursos lingüísticos que construyen o eliminan a actores sociales del discurso.

Por último, a modo de estado del arte, podemos mencionar algunos estudios anteriores sobre ciberprensa

en torno a el Estallido chileno. Entre ellos, encontramos investigaciones sobre las distintas representaciones sociales de esta coyuntura en medios electrónicos (Ivanova; Almendras, 2020; Riffo-Pavón; Basulto; Segovia, 2021; Araya; Farías, 2022). Luego, tenemos estudios desde el ACD sobre la relación entre Estallido e informes de derechos humanos (Pécher, 2024), y sobre el vínculo entre Estallido y crisis del modelo neoliberal instalado en Chile en dictadura (Palacios, 2020), esto se discute también a partir de otras investigaciones sobre derechos humanos y dictadura (Oteíza; Castro, 2019).

## 3 METODOLOGÍA

El análisis de los datos en este estudio se basa en la metodología para el análisis crítico del discurso de Pardo Abril (2013), compuesta de cuatro pasos metodológicos, en los que se integran los métodos cuantitativos y cualitativos. A continuación, se detallan cada una de estas etapas de acuerdo con la propuesta de la autora y su aplicación a la presente investigación.

El primer paso consiste en la identificación de un fenómeno sociocultural y la conformación de un corpus de análisis ad-hoc para su estudio. Así, para este estudio, se compiló un corpus especializado, sincrónico y comparable bilingüe inglés-español de noticias publicadas en medios de prensa digital chilenos e internacionales, seleccionadas de acuerdo a los siguientes criterios: 1) género textual: solo se conside-

raron noticias y no otro tipo de textos periodísticos como crónicas o reportajes; 2) delimitación temporal: se incorporaron noticias publicadas entre el 18 de octubre de 2019 y 18 de marzo de 2020 y, por último, 3) se estableció un criterio temático, de modo que se integraron noticias cuyo tema fuera el Estallido social, y además que incluyeran las unidades "derechos humanos"/ "*human rights*" o "DDHH"/ "*HR*".

Luego, a través de la herramienta de "Búsqueda de Noticias de Google", se identificaron seis medios de cada idioma con la mayor frecuencia de publicaciones, de acuerdo con los criterios definidos. En la siguiente tabla se detallan los medios seleccionados de ciberprensa chilena e internacional, con su respectiva cantidad de noticias.

**Quadro 1** - Selección de los medios nacionales e internacionales de ciberprensa

| **Corpus chileno** | | **Corpus internacional** | |
|---|---|---|---|
| **Medios** | **N° Textos** | **Medios** | **N° Textos** |
| El Mostrador | 28 | Al Jazeera (Qatar) | 24 |
| El Mercurio | 24 | The Guardian (Reino Unido) | 14 |
| La Tercera | 17 | Reuters (Estados Unidos) | 11 |
| CNN Chile | 15 | Deutsche Welle (Alemania) | 9 |
| Radio Uchile | 12 | BBC (Reino Unido) | 8 |
| **Total noticias chilenas** | 104 | **Total noticias internacionales** | 71 |
| **Total palabras español** | 110.435 | **Total palabras inglés** | 54.895 |

El segundo paso de esta propuesta metodológica corresponde al análisis cuantitativo del corpus mediante herramientas de estadística textual. En esta investigación, se trabajó con la herramienta de LC Sketch Engine para identificar la frecuencia de aparición de unidades léxicas vinculadas a

violaciones a los derechos humanos en ambos corpus. Cabe destacar que, como se observa en la tabla, el corpus de noticias en español es mayor en número de noticias y palabras que el corpus de noticias internacionales, por lo que se debe tener en cuenta este factor al momento de comparar las frecuencias de ocurrencia en cada uno de ellos.

La tercera etapa propuesta por Pardo Abril consta de un análisis cualitativo con técnicas propias de la lingüística, compuesto de un análisis textual y contextual, a partir de categorías como acciones, actores y nominalizaciones. Para llevar a cabo esta etapa, se realizó un análisis de los principales contextos de aparición de las unidades léxicas más productivas con el apoyo de Sketch Engine, mediante la herramienta de "colocación", para observar los co-textos que se encuentran inmediatamente antes o después de la unidad de búsqueda; y también fue necesario recurrir a la función de "*Key Word In Context*" (KWIC) en las ocasiones que las unidades léxicas inmediatas no aportaban información significativa sobre el contexto de uso. Por último, la cuarta fase de esta metodología se centra en un análisis interpretativo de las representaciones, dado por las herramientas del ACD. De esta manera, se discute acerca de las estrategias lingüísticas y discursivas que se utilizan en cada corpus de noticias para representar las violaciones al derecho a la vida durante el Estallido social.

## 4 RESULTADOS

Este apartado se divide en tres subsecciones, en concordancia con los pasos metodológicos cuantitativo, cualitativo e interpretativo antes definidos. Se establecen las unidades léxicas a observar a partir del análisis estadístico de la ocurrencia de lemas asociados a violaciones al derecho a la vida en ambos corpus, se comparan sus contextos de ocurrencia y se discuten las representaciones presentes en las noticias chilenas e internacionales.

### 4.1 Análisis de estadística textual

Para la selección de unidades léxicas asociadas a las violaciones al derecho a la vida, se utilizó como referencia la tipificación de violaciones a los derechos humanos establecida en la Convención Americana de Derechos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica). Para obtener una búsqueda completa, se utilizó la herramienta "Concordancia" de *Sketch Engine*, con la opción de buscar por "lema", para así obtener las distintas declinaciones y conjugaciones de cada unidad, además de la función "frase" para buscar sintagmas nominales. A continuación, se detallan todas las unidades léxicas asociadas a violaciones al derecho a la vida que se rastrearon en ambos corpus:

**Quadro 2** - Unidades léxicas asociadas a las violaciones al derecho a la vida

| | Noticias chilenas | N° | Noticias internacionales | N° |
|---|---|---|---|---|
| **Derecho a la Vida** | muerte | 33 | Death | 59 |
| | morir | 21 | die | 44 |
| | matar | 13 | kill | 50 |
| | muerto | 16 | death | 21 |
| | homicidio | 12 | homicide | 7 |
| | asesinar | 3 | murder | 11 |
| | desaparecer | 3 | disappear | 10 |
| | crímenes de lesa humanidad | 9 | crimes against humanity | 0 |
| | ejecución | 3 | execution | 1 |
| | desaparición | 3 | disappearance | 3 |
| | crímenes de guerra | 1 | war crimes | 1 |
| | genocidio | 1 | genocide | 0 |
| **Total** | **Unidades léxicas español** | 118 | **Unidades léxicas inglés** | 207 |

Como se puede observar, las unidades léxicas asociadas a violaciones al derecho a la vida son más frecuentes en el corpus de noticias internacionales, puesto que representan un 0,4% del total de palabras del corpus; por otra parte, estas unidades componen solo un 0,1% del corpus en español, lo que constituye una primera diferencia entre las representaciones de ambos corpus de noticias. Para las próximas etapas de análisis, se considerarán los tres primeros lemas más productivos, a saber: "muerte", "*death*"; "morir", "*die*"; y "matar", "*kill*".

## 4.2 Análisis lingüístico de contextos

En esta sección se presentan los contextos de uso más frecuentes de las unidades léxicas seleccionadas en cada uno de los corpus, así como también se muestran aquellos contextos que, si bien no presentan repeticiones, resultan interesan-

tes de analizar. Primeramente, se introducen los contextos en formato de tabla comparativa, para luego comentar las principales similitudes y diferencias encontradas entre ambos corpus. Respecto a la simbología, entre paréntesis "( )" se indican la cantidad de ocurrencias; entre corchetes "[ ]", se agregan co-textos que no estuvieron presentes en todos los casos; se utiliza "/" cuando hubo variación de preposiciones, sinonimia o correferencia; el símbolo "#" indica que en el texto había una cifra numérica.

**Quadro 3** - Contextos de "Muerte" y "Death"

| **Muerte (33)** | **Death (59)** |
|---|---|
| Amenazas/-zó de muerte (6)<br>"querellas por hechos ocurridos en la 3ª comisaría de Talca, entre los que se cuentan (…) amenazas de muerte"<br><br>Muerte de:<br>- [barrista/hincha de Colo Colo] Jorge Mora (5)<br>- Catrillanca/joven mapuche (5)<br><br>Muertes durante<br>-las protestas (2)<br>-Estado de emergencia (2)"<br><br>"José Miguel Uribe" (1) | # deaths (13)<br><br>Deaths during/in the protests (4)<br><br>Deaths in (police) custody" (4)<br><br>Deaths related to<br>- the unrest (2)<br>- anti-government protests (1)<br>Deaths in the context of<br>- the unrest (2)<br>- the crisis (1)"<br><br>"Risk of death" (2)<br>"two people had burned to death in a fire at a store" (1)<br>Macarena Valdés (1) |

En primer lugar, en el corpus de noticias chilenas observamos que la colocación con mayor cantidad de ocurrencias para la unidad "muerte" fue "amenazas de muerte". En todas estas acciones los actores involucrados son policías y

manifestantes, pero solo en uno de estos casos es un agente policial quien amenaza, como se observa en la cita de querellas contra la comisaría; en las otras cinco ocasiones las amenazas son de parte de un manifestante hacia la policía, seguido de construcciones como: "se resistió a la detención", "era un peligro". De esta manera, el consiguiente accionar de la policía queda justificado en el texto por el comportamiento del manifestante Moisés Órdenes, quien resultó gravemente lesionado por una golpiza policial. Adicionalmente, observamos una tendencia hacia el *ocultamiento* con el caso de José Miguel Uribe, asesinado en contexto de protesta por un empresario; sin embargo, el contexto que se da sobre su muerte es que murió producto de un conflicto armado entre bandas criminales rivales.

En las noticias internacionales, encontramos que para el caso de "*death*" como sustantivo, su colocado más frecuente fueron cifras de muertes, en contextos como "*prosecutors are investigating # deaths*". Luego, tenemos construcciones que indican el contexto en que ocurrieron las muertes como "*Deaths during protests*" y "*deaths related to the unrest*", también presente en noticias chilenas con menos frecuencia, y otras cuatro ocurrencias de "*deaths under police custody*". Este último contexto resulta interesante pues se vincula a la muerte de manifestantes retenidos en comisarías, se indagó en la ocurrencia de este tipo de muertes en las noticias chilenas pero no se encontraron resultados.

Respecto al fenómeno sociopolítico de *inclusión*, podemos observar que en el caso de esta unidad, está presente mediante el recurso de personalización, que se hace patente en el texto con la mención de nombres propios de víctimas en ambos corpus, aun cuando no coinciden los casos citados. En las noticias chilenas, observamos una tendencia a la *inclusión* con los casos de Jorge Mora, quien murió atropellado por un carro policial y este hecho se relata en las noticias analizadas; y con la mención de Camilo Catrillanca, joven mapuche asesinado por la policía el año 2018, caso que se expone a modo de antecedente del accionar de la policía. Lo mismo ocurre con la integración en las noticias internacionales de Macarena Valdés, activista medioambiental chilena encontrada muerta en extrañas circunstancias el año 2016.

Además, encontramos otros recursos que tienden a la *inclusión* en el corpus internacional, con las ocurrencias de "*deaths in the context of the unrest*" y similares, complementan este enunciado con contextos como "*including killings by military and police forces*", por lo que encontramos explícita la agencia de la policía en estos crímenes. Lo mismo ocurre con la construcción "*risk of death*", ya que hacen referencia a que la policía en Chile tiene derecho a usar su arma solo en caso de riesgo de muerte inminente. Finalmente, "*people burned to death in a fire at a store*", hace referencia a un incendio ocurrido dentro de la bodega de una tienda en la ciudad de Santiago, donde se encontraron cinco cuerpos con heridas

de impacto de bala calcinados. Esta causa de muerte no se encontró en el corpus de noticias chilenas.

**Quadro 4** - Contextos de "Morir" y "Die"

| **Morir (21)** | **Die (44)** |
|---|---|
| # personas han muerto/muertas/murieron (5)<br><br>muere manifestante… (3)<br>- "tras recibir un disparo de militar" (1)<br>- "presuntamente por golpiza policial" (1)<br>- "por acción de miembro del ejército" (1)<br><br>Testimonios (3):<br>- "Dejen de pegarle, este ya está muerto"<br>- "Dejen a este hueón que ya está muerto"<br>- "Dieron por hecho que mi hijo estaba muerto ahí en el suelo y arrancaron"<br><br>Mariana Díaz (2)<br>Cristian Valdebenito (1)<br>Mauricio Fredes (1) | # people have died (33)<br>- killed by military/police (7)<br>- as a result of/ in the unrest (6)<br>- in the violence (2)<br><br>"died in a supermarket fire" (2)<br><br>Abel Acuña (1)<br>Jorge Mora (1)<br><br>"Pinochet died at age 91"<br><br>"The worst unrest Chile has faced since the dying days of Augusto Pinochet's dictatorship" |

En ambas unidades, los contextos de ocurrencia más frecuentes son cifras de víctimas, aunque la cantidad de menciones es significativamente mayor en las noticias internacionales. Además de esta diferencia numérica, las colocaciones de las unidades en español e inglés se distinguen por la información que precede a estos verbos. Así, en las

noticias chilenas no se proporciona más información sobre las circunstancias en que murieron las personas, excepto en las tres instancias que se señalan de "muere manifestante", de las cuales dos señalan el accionar del ejército, mientras que una relativiza los hechos mediante el uso del adverbio "presuntamente".

Por su parte, en las noticias internacionales, si bien hay casos en que no se proporcionó más información sobre las circunstancias de las muertes, hay quince ocasiones en las que sí. El co-texto se introduce por la preposición "*by*" y señala como agentes de la acción a policías o militares; en segundo lugar, se indica que estas personas murieron producto de, o en el contexto de las protestas; por último, se agrega que las víctimas murieron "en medio de la violencia". Además, en las noticias internacionales nuevamente se hace referencia a las personas que murieron en tiendas incendiadas durante los primeros días del Estallido. Otra diferencia importante entre los corpus de noticias es la mención de testimonios directos en el corpus chileno. Si bien no tienen una alta cantidad de ocurrencias, resulta interesante destacar estos contextos dado que dan cuenta del actuar policial, pues estos tres testimonios corresponden a citas de dichos de policías durante detenciones o en la vía pública.

Luego, nuevamente encontramos personalización de víctimas mortales con sus nombres propios. En las noticias chilenas se destacan los casos de Mariana Díaz, Cristian Valdebenito y Mauricio Fredes: en el primer caso, ambas ocurrencias corresponden a una misma noticia donde se discute sobre la muerte de Mariana Díaz, quien recibió un impacto

de "bala perdida" mientras se encontraba en su domicilio; acerca de Cristian Valdebenito, hay solo una ocurrencia y en este caso sí se identifica a la víctima y se menciona al agente de la acción pero de manera generalizada "murió luego de recibir una bomba lacrimógena disparada por carabineros"[4]; por último, se distingue la muerte de Mauricio Fredes, quien falleció electrocutado tras caer en una fosa de cables inundada con agua de carro policial (en este caso no se especifica su nombre, sino que la noticia solo pone: "un hombre de 33 años cayó en una fosa y murió ahogado").

Finalmente, en las noticias de prensa internacional observamos el fenómeno de inclusión con las muertes de los manifestantes Jorge Mora y Abel Acuña. En el primer caso, la noticia relata cómo murió Jorge Mora: "*after a soccer game, a Carabinero truck traveling at high velocity hit a fan named Jorge Mora and kept driving*". Luego, sobre Abel Acuña también se provee el contexto de su muerte y se explicita el accionar de la policía: "*Chile's medical college said the [police] aggression prevented them from providing the necessary care. The protester, 29-year-old Abel Acuna, later died in hospital*". Finalmente, una tercera personalización es Augusto Pinochet (dictador en Chile 1973-1990), cuyos contextos de aparición corresponden a un paralelismo entre la represión de la dictadura y del gobierno de Sebastián Piñera.

4 Carabineros de Chile es la institución policial a cargo del orden y seguridad pública.

**Quadro 5** - Contextos de "Matar" y "Kill"

| **Matar (13)** | **Kill (50)** |
|---|---|
| Testimonios (7):<br>- "desconectar las cámaras para matarme" (2)<br>- "¿lo mato a este, mi teniente?"<br>- "ándate o te mato"<br>- "pensaba que me iban a matar"<br>- "la pateadura que recibió mi hijo era para matarlo"<br>- "los voy a matar, todas las balas se van a devolver" | # killed by police and/or military (9)<br><br># killed in unrest/protests (6)<br><br># killed during<br>- the crisis (2)<br>- the unrest (4)<br><br>"killed and/or (forcibly) disappeared" (4)<br><br>"he'd killed himself in a police cell" (1) |

Un primer punto que considerar es la baja frecuencia del verbo activo "matar" en español, en comparación con el verbo pasivo "morir" o al sustantivo "muerte", antes analizado. El contraste es aún mayor en comparación con el corpus en inglés, en el que la frecuencia de *kill* fue de 50 ocurrencias, mientras que en el corpus de noticias chilenas solo hubo 13 ocurrencias. Debido a la diferencia de régimen preposicional de ambos verbos, se buscó el verbo "asesinar" en español, pero solo se obtuvieron tres resultados adicionales.

En el caso de las noticias chilenas, vuelven a aparecer los testimonios directos de manifestantes que fueron víctimas o testigos de amenazas de muerte por parte de agentes del Estado, salvo por el último caso señalado en la tabla, que es otra cita del detenido Moisés Órdenes. Cabe destacar que en algunos de estos casos, como en la cita de "ándate o te mato", lo que sigue en el texto es que la persona amenazada fue víctima de un simulacro de fusilamiento, técnica de tor-

tura heredada de la dictadura y de práctica común por parte de policía y militares[5].

En el corpus en inglés observamos nuevamente una prevalencia de cifras de manifestantes asesinados; en nueve casos se indican como autores de estas acciones a la policía y/o los militares, y en doce otros casos se explica el contexto en que fueron asesinadas estas personas. Otra diferencia respecto a las noticias chilenas es la mención a los detenidos desaparecidos: a pesar de que durante el Estallido social no se reportaron casos de desaparición forzada, en la prensa extranjera nuevamente encontramos que se establece una relación entre los hechos de la dictadura y del presente en el año 2019, vínculo que no se establece en las noticias nacionales.

Por último, en esta búsqueda también aparece un cuestionamiento hacia las muertes bajo custodia policial, esta vez a partir de un caso particular en que la hermana de un manifestante detenido en contexto de protesta recibe una llamada de la policía, quienes les informan que su hermano se habría suicidado en la comisaría donde se encontraba retenido. Esto se observa en el texto luego del relato de "*His family got a phone call saying he'd killed himself in a police cell*", seguido de "*The video system also failed the moment he killed himself, she says. This poor record-keeping by the police - or carabineros - makes her doubt their version of events".* Esta circunstancia de muerte por suicidio tampoco se encontró en el corpus de noticias chilenas.

5 Ver: Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (2005), Capítulo V "Métodos de tortura: definiciones y testimonios". Disponible en: http://hrlibrary.umn.edu/links/CAP-05.pdf

## 4.3 Análisis de representaciones de muertes durante el Estallido chileno

A partir de la comparación de los contextos analizados, es posible concluir que ambos corpus difieren en cuanto a sus estrategias discursivas al retratar las muertes durante el Estallido social. Por un lado, en la prensa extranjera se observa una tendencia hacia el fenómeno de *inclusión* a través de estrategias discursivas como la integración, que consiste en la presentación de temas similares, co-textos próximos y voces cercanas (Pardo Abril, 2013, p. 157). Dicha estrategia la encontramos en la focalización en causas y contextos de muertes, así como en la aparición explícita de los actores sociales responsables por los hechos, mediante el uso consistente de "*by police and military*". También en el discurso extranjero se presenta la relación de este hecho histórico con temas similares, como lo es la comparación con la dictadura de Augusto Pinochet. De esta manera, es posible interpretar que, desde la perspectiva internacional, la representación que se tiene sobre las violaciones al derecho a la vida en Chile no son un hecho aislado, sino que sistemático y constante en la historia del país.

Por otra parte, es posible establecer que en la ciberprensa chilena las estrategias discursivas se alinean más hacia el fenómeno socio discursivo de la transformación y la legitimación, vinculado con la *exclusión* y el *ocultamiento* de acciones y actores sociales en el discurso. Así, una de las estrategias predominantes es la elisión de los actores sociales, suprimiendo, parcial o totalmente, su responsabilidad social.

Esta estrategia se distingue, por ejemplo, en la baja cantidad de complementos circunstanciales como co-textos para el verbo "morir", unidad en la que se encontraron solo tres contextos de uso en los que especificó la circunstancia de muerte . En cuanto al fenómeno socio discursivo de legitimación, lo encontramos en el uso de la estrategia de acusación-justificación, como se discutió con el caso de Moisés Órdenes, cuyo ataque es legitimado en el discurso a través de la cita directa de amenazas proferidas por el ciudadano, tales como "los voy a matar" y del énfasis de un actuar agresivo por su parte.

A pesar de estas notorias diferencias en las estrategias discursivas utilizadas en cada corpus de noticias, también es posible identificar estrategias comunes a ambos, que contribuyen a la *naturalización* de los hechos en el discurso. Siguiendo a Pardo Abril (2007), una característica de los discursos periodísticos es que son capaces de naturalizar los juicios y expresiones presentes en sus textos, de manera que tales representaciones de vuelven hechos sociales incontrovertibles. Este fenómeno lo observamos en los corpus en el patrón lingüístico de otorgar cifras de muertes sin contexto sobre las circunstancias en que ocurrieron , como se observa en los co-textos de "muertos", con frases como "la cifra de muertos se eleva a 19, según informa el gobierno". De la misma forma, la *naturalización* es posible gracias a procesos lingüísticos que incluyen el uso de figuras retóricas y matizadores del discurso, como se observa en construcciones como "*died in the violence*"en la prensa extranjera, con el uso de "*violence*" para referir a las protestas; o con calificativos como "presun-

ta", como se observa en "muere manifestante por presunta golpiza policial", en el caso chileno.

Por otra parte, la baja frecuencia de la estrategia de personalización contribuye a perpetuar la impunidad en la que se encuentran las denuncias por violaciones a los derechos humanos en el contexto del Estallido Social a cinco años de los sucesos. Esto se hace posible en el discurso no solo a partir de la supresión y sustitución de los agentes, sino que también mediante la absoluta omisión del rol en estas acciones del gobierno y del expresidente Sebastián Piñera, denunciado por crímenes de lesa humanidad ante la Corte Penal Internacional el año 2021. De esta manera, se puede inferir que la forma en que están siendo representados estos crímenes, tanto en la prensa chilena como extranjera, contribuyen a resguardar los intereses de los poderosos, característica que, de acuerdo con Van Dijk (2009, 2016), no solo es común en los discursos periodísticos, sino que más bien es característico de estos textos.

## 5 CONCLUSIONES

A modo de cierre, es posible establecer una relación entre las representaciones de las personas fallecidas en el contexto de Estallido Social chileno de 2019 con otrosestudios realizados en este ámbito. En primer lugar, los resultados obtenidos coinciden con la investigación de Pécher (2024), en torno a la agentividad de los perpetradores de violaciones a los DDHH en dos informes sobre la situación de los

DDHH en Chile durante el Estallido. En este estudio, la autora concluye que el informe de Amnistía Internacional otorga mayor responsabilidad a los agentes del Estado en la perpetuación de crímenes contra la humanidad; mientras que el informe del Alto Comisionado de la ONU suele recurrir a estrategias discursivas que eliden la participación de las fuerzas de orden, lo que se explicaría por la cercanía de este segundo organismo con entes gubernamentales, entre ellos, el Estado de Chile.

Los resultados de esta investigación también hallan correlato en el análisis de representaciones de violaciones a los derechos humanos durante la dictadura chilena en textos escolares de Oteíza y Castro (2019). Ambos estudios coinciden en un uso sistemático de la estrategia de sustitución de los agentes, como vimos, incluso en los casos en que se identifica a un actor social agente de las acciones de muertes en el estallido, los responsables siempre son las instituciones de resguardo del orden público, y nunca los altos mandos de estas instituciones, ni tampoco el gobierno al que resguardan. En este artículo sobre la dictadura en los textos escolares, ocurre lo mismo, de manera que el agente responsable por las violaciones a los DDHH siempre es el servicio de inteligencia de la DINA, y no la junta militar ni Augusto Pinochet.

Por otra parte, en relación con otros estudios comparativos de ciberprensa sobre el Estallido social en medios chilenos, es necesario mencionar que la presente investigación se vio limitada por una falta de caracterización ideológica de los medios seleccionados en cada corpus. En este sentido, estudios como los de Araya y Farías (2022) e Ivanova y

Almendras (2020) demuestran diferencias significativas en las representaciones del Estallido entre medios tradicionales como “El Mercurio” o “La Tercera” y medios denominados alternativos, como “El Mostrador”. Se propone como proyección de este estudio una inspección minuciosa de las líneas editoriales que sustentan ideológicamente a los medios que componen los corpus, para así establecer su relación con las representaciones que producen y reproducen en sus discursos.

## REFERÊNCIAS


ARAYA, Claudio; FARÍAS, Miguel. Construcción discursiva del “Estallido Social” en tres medios de ciberprensa chilena. **Logos**, La Serena, v. 32, n. 2, p. 344-364, 30 dez. 2022.

BAKER, Paul. Introduction. In: BAKER, Paul. **Using corpora in discourse analysis**. London: Bloomsbury Academic, 2023. cap. 1, p. 1-28.

DAVIER, Lucile; VAN DOORSLAER, Luc. Translation without a source text: methodological issues in news translation. **Across Languages and Cultures**, Budapest, v. 19, p. 241-257, 1 dez. 2018.

IVANOVA, Anna; ALMENDRAS, Jorge. Media representation of October 2019 Social Outbreak in Chile. **Universum**, Talca, v. 36, n. 2, p. 521-538, 4 jun. 2020.

MARCHI, Anna; TAYLOR, Charlotte. Partiality and reflexivity. In: MARCHI, Anna; TAYLOR, Charlotte. **Corpus approaches to discourse:** A critical review. New York: Routledge, 2018. cap. 1, p. 1-16.

NARVAJA DE ARNOUX, Elvira. El análisis del discurso en Latinoamérica: Objetos, perspectivas y debates. **Revista Signos,** Viña del Mar, v. 54, n. 107, p. 711-735, dez. 2021.

O'HALLORAN, Kieran. How to use corpus linguistics in the study of media discourse. In: O'KEEFFE, Anne; MCCARTHY, Michael (ed.). **The Routledge Handbook of Corpus Linguistics**. London: Routledge, 2023. section VIII, cap. 40, p. 563-577.

OTEÍZA, Teresa; CASTRO, Claudia. Dictatorship and the cold war in official Chilean history textbooks. In: CHRISTOPHE, Barbara; GAUTSCHI, Peter; THORP, Robert (ed.). **The Cold War in the Classroom:** International Perspectives on Textbooks and Memory Practices. London: Palgrave Macmillan, 2019. part I, cap. 11, p. 221-247.

PALACIOS, Diego. Norman Fairclough y el Análisis Crítico de Discurso: armas para una Lingüística Materialista. **Pensamiento al Margen**, Murcia, p. 103-116, 10 mar. 2020.

PARDO ABRIL, Neyla. **Cómo hacer análisis crítico del discurso:** Una perspectiva latinoamericana. 2. ed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013.

PARDO ABRIL, Neyla. **Discurso, impunidad y prensa.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007.

PÉCHER, Stéphanie. Agentividad y responsabilidad en informes de derechos humanos: el caso del estallido social chileno de 2019. **Discurso & Sociedad**, Alicante, p. 153-176, 21 mar. 2024.

SIERRA, Gerardo. El concepto de corpus lingüístico. In: SIERRA, Gerardo. **Introducción a los corpus lingüísticos.** Ciudad de México: UNAM, 2015. cap. 1, p. 3-22.

THORNBURY, Scott. What can a corpus tell us about discourse? In: O'KEEFFE, Anne; MCCARTHY, Michael (ed.). **The Routledge Handbook of Corpus Linguistics.** London: Routledge, 2023. Section IV, cap. 20, p. 270-287.

VAN DIJK, Teun. El Análisis Crítico del Discurso. In: VAN DIJK, Teun. **Discurso y poder:** Contribuciones a los estudios críticos del discurso. Barcelona: Gedisa, 2009. cap. 4, p. 149-180.

VAN DIJK, Teun. Estudios Críticos del Discurso: Un enfoque sociocognitivo. **Discurso & Sociedad,** Alicante, v. 10, n. 1, p. 137-162, mar. 2016.

VAN LEEUWEN, Theo. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcolm (ed.). **Texts and Practices:** Readings in Critical Discourse Analysis. London: Routledge, 1996. part I, cap. 3, p. 32-70.

# **"PORQUE PRA VOCÊS, MULHERES, TUDO É UMA HISTERIA":** análise textual-argumentativa sobre humor e referenciação no esquete Histérica, do Porta dos Fundos

**Suzana Maria Petrus Fonseca de Almeida**
Universidade Federal do Maranhão

**Marize Barros Rocha Aranha**
Universidade Federal do Maranhão

**Resumo**: O presente artigo analisa o esquete *Histérica*, do *Porta dos Fundos*, utilizando conceitos da Linguística Textual Brasileira para compreender como o humor é capaz de promover críticas sociais acerca de estereótipos de gênero. Segue-se a linha de pesquisa de Carmelino (2015), que afirma que o humor pode ser gerado a partir da combinação de recursos linguísticos e extralinguísticos. O esquete faz uma paródia sobre a reação exagerada de um homem, que acusa sua parceira de estar *histérica*, quando, na verdade, é ele quem se exalta. Cavalcante *et al.* (2022) enfatizam como os textos e discursos moldam significados de maneira implícita, refletindo os valores sociais que atravessam o discurso. O esquete exemplifica isso ao subverter o estigma da histeria associado à mulher, usando humor para expor as contradições das expectativas sociais. Utilizou-se assim, no arcabouço teórico, a Teoria da Argumentação no Discurso (Amossy, 2011), que verifica que a argumentatividade é inerente a todos os textos. Travaglia (1989) corrobora com nossa argumentação a partir de suas subcategorizações acerca dos objetivos do humor. Os resultados apontam, a partir de um plano de argumentação, que o esquete desconstrói a representação cristalizada (Amossy, Pierrot, 2022) da *mulher histérica*.

**Palavras-chave:** Linguística Textual; Argumentação; Processos Referenciais; Humor.

**Abstract**: This article analyzes the sketch *Histérica*, by *Porta dos Fundos*, using concepts from Brazilian Textual Linguistics to understand how humor can promote social criticism about gender stereotypes. This follows the line of research by Carmelino (2015), who states that humor can be generated from the combination of linguistic and extralinguistic resources. The sketch makes a parody of the exaggerated reaction of a man, who accuses his partner of being hysterical, when, in fact, he is the one getting excited. Cavalcante *et al*. (2022) emphasize how texts and discourses shape meanings implicitly, reflecting the social values that permeate the discourse. The sketch exemplifies this by subverting the stigma of hysteria associated with women, using humor to expose the contradictions of social expectations. Thus, the Theory of Argumentation in Discourse (Amossy, 2011) was used in the theoretical framework, which verifies that argumentativeness is inherent to all texts. Travaglia (1989) corroborates our argument based on his subcategorizations regarding the objectives of humor. The results indicate, from a plan of argument, that the sketch deconstructs the crystallized representation (Amossy, Pierrot, 2022) of the *hysterical woman*.

**Keywords**: Textual Linguistics; Argumentation; Reference Processes; Humor.

## 1 INTRODUÇÃO

A comédia, em suas diversas formas, é um potente veículo de crítica social, capaz de questionar estereótipos,

comportamentos e representações culturais. No contexto da Linguística Textual Brasileira, pesquisadores têm destacado como o humor pode ser desencadeado por uma combinação de recursos linguísticos e extralinguísticos, que, muitas vezes, se baseiam em conhecimentos compartilhados entre os interlocutores (*doxa*) e nas convenções sociais que atravessam o discurso (Carmelino, 2015).

Essa construção de sentido, frequentemente implícita, pode ser compreendida como a *exterioridade* de um texto/discurso, um conceito que remete à doxa – os saberes e crenças compartilhados por uma comunidade discursiva que, de forma tácita, moldam as interpretações dos interlocutores (Cavalcante *et al*., 2022).

O esquete *Histérica*, do coletivo humorístico *Porta dos Fundos*, ilustra de maneira pungente como o humor pode explorar esses conhecimentos compartilhados para subverter estereótipos de gênero e para promover uma crítica às normas sociais. No vídeo, a paródia de uma mulher "incrivelmente" pacífica ao anunciar seu desejo de se separar de seu parceiro e a reação "incrivelmente" *histérico* revela uma crítica a uma construção histórica e cultural da mulher como emocionalmente descontrolada.

Ao mesmo tempo, o comportamento do homem, que se torna visivelmente exaltado enquanto acusa a mulher de estar descontrolada, leva o público a refletir sobre as dissonâncias entre o estigma da histeria e a realidade acerca dos contrastes com que são observados comportamentos femininos e masculinos.

Este trabalho se propõe a analisar como o esquete *Histérica* mobiliza a argumentatividade (Amossy, 2018), os processos referenciais (Cavalcante *et al.*, 2022) e o humor (Cavalcante, 2015) para desconstruir a representação cristalizada (Amossy, Pierrot, 2022) da mulher histérica, expondo, por meio dos recursos da linguagem, as contradições de gênero e as desigualdades nos modos como as emoções femininas são frequentemente desqualificadas e rotuladas.

Por meio da análise dos diálogos e da argumentação do esquete, buscaremos entender como as dinâmicas de exterioridade e as interações no discurso geram efeitos humorísticos que não apenas provocam risos, mas também desafiam as percepções sociais sobre a mulher.

## 2 A EXTERIORIDADE DE HISTÉRICA

**Figura 1** - Print do Esquete Histérica, do Porta dos Fundos

Fonte: Porta dos Fundos (2016)[1].

De acordo com os estudos acerca da construção dos sentidos a fim de gerar efeito humorístico, diversos pesqui-

1 Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=histerica+porta+dos+fundos. Acesso em: 01 nov. 2024.

sadores acerca do Humor, dentro do escopo da Linguística Textual Brasileira[2], foram levados a constatar que as técnicas de desencadeamento do humor podem estar associadas a aspectos linguísticos ou a outros fatores e a produção do humor geralmente se dá a partir da mobilização de mais de um recurso (Carmelino, 2015). Fato é que há a ativação de uma exterioridade, ou seja, de conhecimentos prévios partilhados entre os interlocutores que coabitam em uma mesma comunidade discursiva e compartilham de opiniões gerais que estão ao derredor de um texto/discurso. Essa *exterioridade* pode ser entendida/lida como a *doxa*, que se relaciona à forma como o discurso molda e transmite significados em um texto, muitas vezes de forma implícita.

Para tanto, compreendemos ser a exterioridade responsável pela construção dos sentidos elaborados sócio historicamente. Isso, talvez, responderia a uma questão que tem nos movido durante a escrita deste trabalho: *por que eu rio disso?* As pessoas, dentro de uma sociedade, apenas riem daquilo que, para elas, significa dentro de suas histórias, que não são individuais.

De acordo com Cavalcante *et al*. (2022, p. 27), por um lado, "[...] o texto circula em contextos dos quais incorpora saberes, valores e crenças de uma memória pré-discursiva"; isso implica que os textos são ajustados pelas condições discursivas que têm de ser (re)afirmadas. No entanto, por outro lado, "[...] a emergência diz respeito a como o texto se organiza e se expressa de maneira estruturada" (Cavalcante *et al*., 2022, p. 27); isso significa que não ocorre apenas a

2 Ler *Humor: Eis a Questão* (Carmelino, 2015).

reprodução irrestrita de valores, saberes etc., mas também atualizações, que podem tanto revalidar quanto contestar os valores previamente estabelecidos, de acordo com as particularidades de cada situação comunicativa.

Em Histérica, esquete produzido pelo canal de humor Porta dos Fundos, tem-se uma paródia que explora a maneira como alguns estereótipos de comportamentos femininos são tratados de forma exagerada e muitas vezes caricata em filmes e na cultura popular. O título já indica que o conteúdo do vídeo propõe ironizar a ideia de uma mulher que perde o controle emocional de forma exagerada, algo frequentemente retratado de forma negativa e desproporcional em vários tipos de mídia.

No esquete, a cena começa com uma mulher que chega até o, aparentemente, marido para informá-lo de sua decisão de pedir divórcio. A personagem feminina apresenta evidentes calma e passividade ao passo que o marido não a compreende e, em seus diálogos, a trata como se ela estivesse descontrolada. Ao longo do esquete, percebe-se que é o homem, então, que apresenta um comportamento histérico, pois de acordo com o texto dele é seu personagem que apresenta evidente descontrole.

É importante, então, verificar que o fenômeno da histeria, historicamente, foi associado à sexualidade feminina. Etimologicamente, histeria deriva do grego ὑστέρα, hystera, útero. Assim, a histeria, desde a Antiguidade, foi relacionada como uma doença surgida no útero. Sendo assim, uma condição possível apenas às mulheres. Essa mentalidade perma-

neceu durante boa parte da Idade Antiga e da Idade Média, até os primórdios da Modernidade.

A partir do século 19, a mulher histérica passa a ser estudada à luz das ciências e os pesquisadores procuraram buscar as razões neurológicas e psicológicas bases para os 'ataques histéricos', deixando, portanto, de lado, a fixação sobre o útero como fonte desse mal. A partir do século 20, com o desenvolvimento cada vez maior das ciências, o fenômeno da histeria é observado tanto em homens quanto em mulheres, no entanto estigmas permanecem no estereótipo da *mulher histérica*[3].

No esquete, a situação dada, a partir do humor, é revelada uma crítica social (Travaglia, 1989) acerca de um estereótipo que, no imaginário social, é sempre atribuído à mulher, o que reflete um estigma muito comum em relação a esse grupo social, em que problemas emocionais ou reações fortes são rapidamente rotuladas de forma pejorativa.

## 3 PROCESSOS REFERENCIAIS RESPONSÁVEIS PELA CONSTRUÇÃO DO HUMOR

Deste vídeo, foram recortados diálogos a fim de destacar como os referentes se mantêm e/ou progridem no texto. Apenas os referentes do personagem masculino serão analisados. Vale ressaltar, para fins didáticos, que o termo em negrito é o referente, enquanto os termos sublinhados são as anáforas. No esquete há dois personagens, a mulher (M) e Robson (R),

3 Ler *Uma breve história da Histeria: da antiguidade até os tempos atuais*, de Erik Dorff Schmitz, doutorando em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina.

o personagem cujo nome sabemos, pois o esquete informa. Segue o exemplo:

**Exemplo 1** - Esquete Histérica, Porta dos Fundos, 2016

(M) Amor!
(R) Hum?
(M) Eu preciso conversar.
(R) Fala!
(M) Não dá mais pra mim e eu quero me separar.
(R) Calma, **amor**.
(M) Eu tô calma e eu acho que a gente tem que fazer isso com tranquilidade. Eu imaginei que você pode ficar aqui e eu posso ir pra casa da minha mãe enquanto eu procuro alguma coisa pra mim.
(R) Ok, mas você vai ter que se virar sozinha, hein? Não vou te sustentar, não.
(M) Robson, eu ganho mais que você.
(R) Ah! É claro, olha o golpe dela! Vai me impedir de ver meu filho, né? Eu vou brigar, tá?
(M) A gente pode dividir a guarda igualzinho.
(R) Ih, tá nervosinha, é? Por que tá falando assim, com tom de nervosinha? Fica calma. Cabeça quente, é?
(M) Não, eu não tô com cabeça quente e inclusive eu estou pensando nisso há bastante tempo.
(R) Você está visivelmente alterada, você está ridícula, visivelmente alterada.
(M) Robson, meu amor, as coisas acabam. Acontece.
(R) Cê quer gritar?
(M) Eu não tô gritando.
(R) Cê tá de TPM, né? De novo TPM. Sempre tem TPM.
(R) Olha só, eu vou conversar com você, mas só quando você botar a cabeça no lugar. Você está descontrolada, você não para de chorar.
(M) Oi?
(R) É porque pra vocês, mulheres, tudo é uma histeria. É impossível estabelecer uma conversa serena, sem drama. Sempre tem um drama.
(M) Eu só estou querendo te dizer que eu quero me separar.
(R) Para de quebrar os móveis! Para! Para de quebrar as coisas da casa! Me dá isso aqui, que isso é de família!
(M) Do que que você tá falando?
(R) Tá louca, né?
(M) Não.
(R) Senta, louca!
(M) Eu tô sentada.
(M) Eu não tô com TPM.

Fonte: Youtube (2024)[4]

4 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vqZRwb1divE&t=52s. Acesso em: 01 nov. 2024

Observa-se, na fala de Robson, que **amor** é introduzido referencialmente, portanto, pode ser tratado como uma introdução referencial, ou seja, é uma entidade que, no texto, aparece pela primeira vez. Os outros termos que estão sublinhados são as anáforas, que correm com a função de continuar uma referência. Os tipos de anáfora presentes no trecho destacado acima são diretas, tendo em vista que elas propõem a retomada de um mesmo referente, já introduzido no texto.

Quando um referente progride em um texto, torna-se, portanto, inescapável a transformação efetuada por suas retomadas anafóricas, operando acréscimos, confirmações, correções (Custódio Filho, 2011) ou desconfirmações referenciais (Matos, 2018). Corroboram com essa visão Cavalcante e Martins (2020, p. 253) que afirmam que

> [...] o processo de recategorização é desencadeado logo após a apresentação de um referente, que pode remeter a outros, por uma diversidade de pistas, inclusive as intertextuais, já sendo capaz de antecipar pontos de vista que serão confirmados ou refutados ao longo do texto.

Portanto, no diálogo do personagem Robson, pode-se observar que o referente vai passando por transformações recategorizadoras que apresentam atualizações sobre o seu ponto de vista acerca de sua, agora, ex-companheira. Comprovam essa progressão predicações como "descontrolada", "louca", "cabeça quente", "nervosinha", “ridícula”.

No esquete em questão e, mais particularmente, no trecho analisado acima, observa-se que a comicidade se desencadeia pelas expressões nominais atributivas que depen-

dem do conhecimento prévio de quem está assistindo. No entanto, não é, necessariamente, nas palavras que o humor é deflagrado e sim na possível associação entre o personagem masculino e alguma outra figura masculina que o auditório reconheça, fazendo então com que as palavras ditas no esquete signifiquem. Tem-se Robson, portanto, iniciando com amor e finaliza com louca, revelando que sua concepção acerca dela mudou e argumentando, por meio da projeção que ele cria sobre sua interlocutora, por meio de estereótipos.

Carmelino (2015) ressalta duas observações sobre as expressões nominais referenciais e atributivas capazes de promover uma situação humorística:

> a) elas remetem a um objeto ou a uma informação do co(n) texto sociocognitivo-interacional compartilhado pelos interlocutores em dada situação comunicativa;
> b) na maioria das vezes, elas constituem sequências descritivas, nas quais a escolha dos elementos que as compõem é feita de forma estratégica (Carmelino, 2015, p. 99).

Como a produção do humor, geralmente, se associa ao inesperado, ao estranhamento, no esquete em questão se tem expressões nominais referenciais e atributivas sendo utilizadas em uma interação comunicativa que não, necessariamente, faz sentido, pois o homem apresenta um comportamento exaltado enquanto a mulher segue passiva em seu texto. Aqui está o inesperado do discurso, por isso é necessário atentar-se à situação comunicativa.

Travaglia (1989), autor que trata acerca das subcategorizações do humor a partir de seus objetivos, considerou que este poderia ter como objetivo exclusivo o rir por rir, ou seja,

ter como objetivo único fazer rir (3.2.1: *riso pelo riso*). O riso poderia ter como objetivo a *liberação* (3.2.2), ou seja,

> [...] essa liberação tem um caráter sociopsicológico uma vez que através do humor se rompe a proibição e a censura social imposta ao indivíduo ou a grupos. Já sabemos que isto é possível porque, sendo o humor algo "não-sério", através dele se pode fazer e dizer coisas que fora dele as normas sociais não permitiriam (Travaglia, 1989, p. 50).

O terceiro objetivo é a *crítica social* (3.2.3) que propõe a modificação da sociedade em determinada ordem, seja esta qual for procurando evidenciar o absurdo e o ridículo dos comportamentos das pessoas. O quarto e último objetivo, segundo Travaglia (1989) é a *denúncia* (3.2.4) que é uma crítica mais pungente, pois está relacionada aos comportamentos declarados e cristalinos que são admitidos e até incentivados por um código clandestino social que é mantido e praticado "[...] graças à dissimulação, à hipocrisia e à conivência social de todos (como no caso da corrupção, desvios institucionais)" (Travaglia, 1989, p. 50). Conforme este autor, "[...] nestes casos a crítica toma a forma de denúncia porque além de mostrar o negativo que marca o comportamento é preciso mostrar que ele existe" (Travaglia, 1989, p. 50). No trecho analisado, pode-se observar a presença de duas das subcategorias tecidas por Travaglia (1989), a 3.2.2 e a 3.2.3.

Portanto, conclui-se que a referenciação, enquanto processo, e o humor são estratégias argumentativas-textuais que se dão na negociação textual em que reelaborar os referentes é fundamental para que haja a progressão do texto a partir

das progressões o humor acontece e pode ser compartilhado pelos membros que partilham da mesma *doxa*.

## 4 PLANO DE ARGUMENTAÇÃO DO ESQUETE HISTÉRICA

Neste artigo, baseamo-nos na Teoria da Argumentação do Discurso, proposta por Ruth Amossy (2011, 2018). Para esta autora, todos os textos/discursos são argumentativos, em algum nível. Sendo assim, a argumentatividade é inerente à interação comunicativa, aos textos//discursos, pois, sempre, de algum modo, o interlocutor procura modificar os "[...] modos de pensar, de ver, de sentir" (Amossy, 2011, p. 130), afetando algum auditório.

Ainda esta autora, procura diferenciar os textos e suas formas de argumentar dividindo-os entre os textos de visada argumentativa (em que há uma tese) e os sem visada (dimensão argumentativa). A partir dos estudos de Amossy, Cavalcante *et al.* (2020) apontam que a configuração da coerência envolve o projeto de dizer do locutor, que se define pela argumentatividade (de visada ou de dimensão argumentativa) prevista para qualquer texto.

Para uma analisar a argumentatividade do esquete *Histérica*, do *Porta dos Fundos*, achou-se pertinente demonstrar um plano de argumentação do coletivo de humor, ou seja, dar luz aos passos da intencionalidade pelos quais o texto foi concebido. Este vídeo constrói por meio da exagerada dramatização de uma situação, usando o humor para criticar

estereótipos e a forma como certos imaginários são esperados pela sociedade, especialmente imaginários acerca das mulheres e de suas emoções. O plano de argumentação segue um caminho que combina exagero, ironia e crítica social.

Primeiro, pode-se observar que há a (1) introdução de uma situação absurda[5], que no esquete Histérica se dá com a entrada da mulher em cena. Nesta ela introduz diálogos a fim de encerrar seu relacionamento com o seu companheiro e à medida que a cena avança, ele vai ficando mais *histérico*. Esse início serve para criar uma situação caricata e exagerada, característica do humor do *Porta dos Fundos*. Essa introdução cria uma expectativa no público sobre o que está por vir e chama atenção para a ideia de *histeria*.

Em seguida, tem-se como segunda parte do plano de argumentação uma escalada do exagero e do drama. A personagem masculina torna-se progressivamente mais dramático e, ao mesmo tempo, mais desconectado da realidade. A intenção do esquete é gerar o contraste entre a reação emocional da mulher e o tratamento que ela recebe da sociedade geralmente minimizando suas emoções ou considerando-as exageradas e, também, promover uma crítica em torno do que, socialmente, já é esperado como reação de uma mulher quando um homem a procura para finalizar o relacionamento e os termos e as frases já-clichês utilizados pelo homem ao se referir à mulher. A escalada serve para ampliar a crítica

5 Aqui, baseamo-nos no *Teatro do Absurdo*, que é um movimento teatral que emerge no século 20 que procura investigar a não-lógica, o não-sentido da linguagem por meio de encenações com narrativas ilógicas e diálogos sem sentidos, em resumo. Assistir *Teatro do absurdo*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=djWkpf6gSGo. Acesso em: 01 nov. 2024.

sobre como as emoções das mulheres são desqualificadas ou rotuladas de maneira negativa.

Em 3, pode-se observar o uso do humor como ferramenta de crítica. A comédia vai sendo usada para expor as contradições e o estigma em torno da *histeria*. A cena mostra um comportamento e o público é induzido a questionar sobre o papel do homem tendo como contexto o fim de uma relação. Seu comportamento, ainda que a mulher estivesse visivelmente abalada, seria aceitável? Ele estaria apenas se expressando? Esse comportamento pode ser considerado normal?

Em quarto lugar no plano da argumentação, tem-se a ironia e a crítica às expectativas sociais. A ironia surge quando o comportamento do homem é amplificado de expectativas sociais sobre o controle emocional das mulheres. O personagem masculino é aquele que, aqui, é visto como excessivo. Essa ironia ajuda a construir uma crítica à forma absurda e a situação, que começa com uma mulher procurando seu companheiro de forma pacífica a fim de encerrar seu relacionamento, se torna um reflexo irônico das como, sempre, a sociedade classifica comportamentos emocionais femininos de maneira pejorativa, ainda que a mulher tenha razão.

Por fim, tem-se, em quinto lugar, a conclusão. O final do esquete reforça a crítica à rotulação de comportamentos emocionais femininos e à diferença de tratamento em relação aos homens, ao sugerir que o que é considerado exagerado ou irracional no caso da mulher poderia ser algo totalmente normal em outra situação ou para outras pessoas. A situação

absurda permite ao auditório refletir sobre as normas sociais de controle e aceitação emocional.

Os estereótipos, conforme Amossy (2018), têm um papel importante na argumentação. As representações coletivas fixas fornecem terreno no qual poderão comungar os interactantes (Amossy, 2018). Essas podem ter efeitos variados a partir da sua inserção em argumentações específicas, sustentadas por diferentes sistemas de valores. Por exemplo, o uso desses estereótipos tem determinado efeito argumentativo quando postos em circulação no canal *Porta dos Fundos*, que é um coletivo de humor composto por humoristas majoritariamente de esquerda, no entanto adquiriria sentidos outros se postos em circulação em um outro veículo, de direita, por exemplo.

## 5 ÚLTIMAS RISADAS ARGUMENTATIVAS

Este trabalho, à luz da Linguística Textual Brasileira e da Teoria da Argumentação no Discurso, demonstrou como o esquete consegue ironizar a construção cultural da mulher em torna da *mulher histérica,* colocando em evidência a discrepância entre o comportamento esperado de mulheres e homens em situações de conflito emocional. Por meio da progressão dos processos referenciais e da argumentatividade, o esquete faz um uso estratégico da doxa, criando uma interação comunicação com o interlocutor/auditório/público que, ao reconhecer os estereótipos e suas inversões, é levado a refletir sobre a desigualdade de tratamento entre os gêneros.

Além disso, o humor, nesse contexto, não se limita a promover o riso, apenas, mas serve como uma ferramenta crítica, conforme sugerido por Travaglia (1989), ao expor os efeitos do estigma social que ainda permeia as interações de gênero. A crítica social feita pelo esquete não é apenas uma crítica ao comportamento exagerado de um personagem masculino, mas também às construções ideológicas que deslegitimam as emoções femininas e as reduzem a um padrão de *histeria*. Dessa forma, o humor não só questiona os valores e expectativas sociais, mas também desafia a audiência a repensar as representações culturais e a forma como as normas de gênero são perpetuadas. A crítica social promovida pelo esquete analisado é feita de duas vias que a torna ainda mais interessante: (1) a crítica acerca do estereótipo ao qual o homem projeta está sua interlocutora, ou seja, ao estereótipo da *mulher histérica* e (2) a crítica ao comportamento masculino que usa, vexatoriamente, sempre, os mesmos argumentos para subalternizar suas companheiras, colocando-as no lugar da mulher histérica, quando, na verdade, esse estigma lhe caberia muito melhor.

Neste artigo foi traçado um plano de argumentação a fim de demonstrar o passo a passo da estratégia comunicativa utilizada para obter sucesso no propósito argumentativo. O plano argumentativo do esquete busca questionar e desconstruir os estereótipos sobre os comportamentos femininos, em particular o conceito de histeria, que historicamente foi usado para patologizar e marginalizar a mulher em situações de exaltação emocional.

Observou-se, portanto, a relação frutífera que existe entre a os estudos acerca da argumentação, dos processos referenciais, dos estereótipos e do humor, pois estes se evidenciam, a partir da análise feita, como estratégias argumentativas que corroboram para a construção de sentidos dos textos/discursos.

## REFERÊNCIAS


AMOSSY, R. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Tradução Eduardo Lopes Piris *et al*. São Paulo: Contexto, 2018.

CARMELINO, A. C. Humor: uma abordagem retórica e argumentativa. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 40-56, 2012.

CARMELINO, Ana Cristina. **Humor**: eis a questão. São Paulo: Cortez, 2015.

CAVALCANTE, M. M. *et al*. **Linguística textual e argumentação.** Campinas: Pontes, 2020.

CAVALCANTE, M. M. *et al*. **Linguística textual:** conceitos e aplicações. Campinas: Pontes, 2022.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TRAVAGLIA. Luis Carlos. Texto humorístico: o tipo e seus gêneros. In: CARMELINO, Ana Cristina (org.). **Humor**: eis a questão. São Paulo: Cortez, 2015.

# **REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA NO JORNALISMO POLICIAL:** uma análise sociológico-discursiva

**Cláuberson Correa Carvalho**
Universidade Federal do Maranhão

**Marize Barros Rocha Aranha**
Universidade Federal do Maranhão

**Antonio Paulino de Sousa**
Universidade Federal do Maranhão

**Resumo**: Este artigo pretende discutir algumas representações da cobertura policial no jornalismo. Para isso, recorre a estudos da Sociologia da Violência, para situar a noção de violência no cenário de problematizações sociológicas. Evoca também discussões sobre o jornalismo enquanto agente de construção social e de práticas discursivas. Do ponto de vista da fundamentação teórica, esta pesquisa está ancorada, no que diz respeito à perspectiva sociológica, nos pressupostos teóricos de Bourdieu (1997), Neveu (2006) e quanto à perspectiva discursiva se fundamenta em Charaudeau (2006). Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. A discussão é provocada pela análise dos dados de pesquisas já publicadas sobre o funcionamento do jornalismo policial brasileiro. A análise apontou dois conjuntos de ordens discursivas: de um lado, o meio jornalístico e sua maneira sensacionalista de espetacularizar a violência urbana; e, do outro, a estigmatização dos agentes sociais envolvidos em situações de violência urbana.

**Palavras-chave**: Violência urbana; Jornalismo; Representação.

**Abstract**: This article intends to discuss some representations of police coverage in journalism. For this, it resorts to studies of the Sociology of Violence, to place the notion of violence in the scenario of sociological problematizations. As a theoretical foundation, this research is anchored, regarding the sociological perspective, in the theoretical assumptions of Bourdieu (1997), Neveu (2006) and with regard to the discursive perspective, it is based on Charaudeau (2006). This is qualitative research of a bibliographic nature. It also evokes discussions about journalism as an agent of social construction and discursive practices. The discussion is provoked by the analysis of research data already published on the functioning of brazilian police journalism. The analysis pointed to two sets of discursive orders: on the one hand, the journalistic medium and its sensationalist way of spectacularizing urban violence; and, on the other, the stigmatization of social agents involved in situations of urban violence.

**Keywords**: Urban violence; Journalism; Representation.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo corresponde a um esforço bibliográfico em discutir como o jornalismo, enquanto agente de construções sociais, representa a violência urbana nas coberturas policiais. Propomos pensar a prática jornalística num cenário de problematizações sociológicas, que permitem repensar a rotina de produção noticiosa: de um simples conjunto de técnicas e processos editoriais a operações permanentes de disputa e tensão.

Com base nas perspectivas sociológica (Bourdieu, 1997; Neveu, 2006) e discursiva (Charaudeau, 2006), sustentamos que a produção da informação manifesta relações decisivas com, por exemplo, o tempo, a concorrência e as fontes. Como configuração (Elias, 2011), esses elementos são interdependentes e operam em conjunto na construção da rede noticiosa.

No cenário de pesquisas sobre a violência urbana, dialogamos com os estudos de Misse (1999, 2006), Silva (2010) e Porto (2010), os quais sinalizam a emergência de violências, no plural. Na relação entre o fenômeno da violência urbana e os estudos sobre criminalidade, destacamos cinco teses equivocadas (Misse, 2006) sobre a violência urbana que estão cristalizadas no imaginário social.

Por fim, consideramos que examinar as representações da violência urbana no jornalismo policial demanda pensar tanto as representações da prática jornalística quanto as dos agentes sociais envolvidos em casos de conflito (Champagne, 2011). Assim, refletimos sobre as especificidades que singularizam a narrativa jornalística sobre a violência (relação com as fontes e enquadramento de fatos), bem como discutimos algumas representações sociais sobre polícia, criminosos e moradores de periferias.

## 2 FUNDAMENTOS GERAIS DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Em se tratando da captura do acontecimento, Charaudeau (2006, p. 131) é bem enfático: "O espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para torná-lo inteligível". Assim, o trabalho do jornalista constitui um processo de nomear acontecimentos, para que estes, de fato, signifiquem. Uma questão, no entanto, impõe-se: diante de um incontável número de acontecimentos diários, como o jornalista seleciona os que aparecerão nas e pelas mídias? Bourdieu (1997), Charaudeau (2006) e Neveu (2006) oferecem respostas semelhantes, embora pertençam a lugares de fala distintos. Bourdieu (1997) e Neveu (2006) partem de um quadro sociológico para compreender a natureza da profissão jornalística, enquanto Charaudeau (2006) inscreve-se no campo da Semiolinguística. Ambos, porém, concordam que é fundamental atentar para as interações rotineiras estabelecidas nas redações. Só assim se observa como uma série de restrições, mesmo implicitamente, condiciona as decisões tomadas pela estrutura burocrática de uma redação.

Neveu (2006) inicia suas reflexões pelo "expediente" (organograma de cargos) dos jornais. A hierarquia em diretor da publicação, diretor da redação e seus adjuntos, diretor comercial, chefes de editorias, secretário da redação, *ombudsman*, repórteres, aponta para "relações de força, e até de conflito, entre componentes da redação" (Neveu, 2006, p.

78), o que sinaliza para a relação complexa que antecede a apresentação final, por exemplo, de uma reportagem. Trata-se de uma cadeia de produção, de um sistema de interdependência, de uma configuração (Elias, 2011), em que "pequenas máquinas (profissões, dispositivos técnicos, normas profissionais, hierarquias)" (Neveu, 2006, p. 82) concorrem entre si e estão, normalmente, invisíveis ao público.

Charaudeau (2006), por sua vez, entende que as escolhas efetuadas pela instância midiática derivam de critérios mais ou menos objetivos, entre os quais situamos a relação com o tempo. Nessa relação, as mídias precisam dar conta de acontecimentos "atuais", isto é, "o que passa neste momento?". A atualidade funciona como uma espécie de escudo que isenta o jornalista "de qualquer qualificação subjetiva e de qualquer tentativa de explicação de sua razão de ser" (Charaudeau, 2006, p. 133). Em virtude disso, a urgência, de um lado, constitui uma "batalha" incessante contra o tempo, a qual deve ser feita de forma rápida e racional (Neveu, 2006); do outro, alimenta o próprio noticiário: "de vazios em urgências constrói-se atualidade com uma sucessão de notícias novas" (Charaudeau, 2006, p. 134). Embora tenha visado aos domínios da televisão, as reflexões de Bourdieu (1997) são, na verdade, sobre a mídia no sentido mais lato. Para além das restrições organizacionais, Bourdieu (1997) propõe pensar a prática jornalística na relação com a própria concorrência do mercado da informação. Segundo ele, a concorrência entre jornalistas ou jornais promove um efeito de homogeneização: como prova, cita os jornais franceses, em cujas capas há mais ou menos as mesmas manchetes, e os jornais televisivos

ou radiofônicos de grande difusão, nos quais "só a ordem das informações muda" (Bourdieu, 1997, p. 31). Trata-se de um "jogo de espelhos", em que as restrições da concorrência são tão fortes a ponto de gerar um efeito de campo particularmente típico: "fazem-se, por referência aos concorrentes, coisas que se acredita fazer para se ajustar melhor aos desejos dos clientes" (Bourdieu, 1997, p. 33).

Outra dimensão fulcral do discurso jornalístico refere-se ao relacionamento com as fontes. Bourdieu (1997), Neveu (2006) e Charaudeau (2006) são categóricos ao concordar que as fontes impõem restrições decisivas à prática jornalística. Como bem argumenta Neveu (2006), no processo de apuração da informação, o jornalista e a fonte assumiriam, em tese, posições ativa e passiva, respectivamente. Pensar dessa forma significa atribuir à fonte papel irrelevante, ou quase secundário, na construção da realidade. Por isso, também concorda Charaudeau (2006, p. 148), pode haver "jogos de manipulação" entre as mídias e as fontes em virtude de conflitos de interesses: de um lado, interesses por parte das instâncias de poder (Estado, governo) e movimentos cidadãos (sindicatos, associações, manifestações); do outro, interesse da mídia para obter informações.

No bojo das relações com as fontes, um tipo especial tem pleno destaque: as fontes oficiais (Traquina, 2012; Charaudeau, 2006; Neveu, 2006). Elas reivindicam todos os três critérios que, segundo Traquina (2012), são eixos norteadores para o jornalista avaliar a fiabilidade da informação e da fonte: autoridade, já que têm respeitabilidade e ocupam posições institucionais de poder; produtividade, pois fornecem

os materiais suficientes para a fazer a notícia, economizando o tempo do jornalista em buscar outras fontes para colher dados e elementos necessários; e credibilidade, considerando que "quanto mais prestigioso for o título ou a posição do indivíduo, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade" (Traquina, 2012, p. 193).

As fontes oficiais constituem o que se chama de "definidores primários" (Pena, 2012; Neveu, 2006) – afinal, "as fontes oficiais correspondem melhor do que as outras às necessidades organizativas das redações" (Traquina, 2012, p. 194). É nesse ponto que se configura outro centro de tensão: as fontes oficiais também podem falsear a realidade (Lage, 2005). Partindo da ideia de que, ao serem procuradas pelos jornalistas, essas fontes dispõem a partir daí do poder de enquadrar e definir a situação (Neveu, 2006), elas podem atuar na preservação de interesses estratégicos e políticos, "para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder" (Lage, 2005, p. 63). Se, sob o ponto de vista da rotinização do trabalho jornalístico, as fontes oficiais, como pontua Traquina (2012), tornam-se mais estáveis e regulares; sob o ponto de vista sociológico, elas, no entanto, engendram formas particulares de violência simbólica (Bourdieu, 2005), como discutiremos na seção seguinte.

## 3 VIOLÊNCIA E JORNALISMO ESPECIALIZADO: a cobertura policial

Porto (2010) e Misse (1999, 2006) concordam que o tema foi tangencialmente trabalhado nos estudos clássicos da Sociologia e, nos últimos 15 anos, tornou-se merecedor de um investimento próprio que o dimensione como um fenômeno singular das relações sociais. Por isso, podemos já designar esses estudos em Sociologia da Violência e Sociologia do Crime, considerando que entender a questão da violência urbana é lidar com o objeto da questão criminal (Misse, 2006).

Porto (2010, p. 17) analisa o fenômeno da violência a partir dos conteúdos dos valores e das normas que, como representações sociais, orientam práticas sociais e condutas dos indivíduos no cotidiano: "Valores e normas que participam da constituição do capital simbólico disponível nas sociedades e que se caracterizam por seu caráter histórico, mutável e plural.". A conceituação sociológica da violência, portanto, envolve a rede de sentidos formada pelas diferentes instâncias e esferas da vida social, as quais constituem "objeto de análise e não sinônimo do fenômeno" (Porto, 2010, p. 17).

Luiz Silva (2010) pontua que a expressão violência urbana designa a relação entre o uso de meios violentos e a noção leiga de crime (diferente da noção de crime no direito penal), de forma que a integridade física e patrimonial das pessoas esteja ameaçada. Não se trata, no entanto, de considerar a violência urbana como sinônimo de crime – afinal, lembra Misse (2006), nem todo crime é violento – nem como

de crime violento, o qual, segundo Luiz Silva (2010), corresponde a uma simples coleção de práticas violentas desviantes. Luiz Silva (2010), então, sugere que a violência urbana problematiza uma ordem social específica à qual chama de "sociabilidade violenta".

Por "sociabilidade violenta", Luiz Silva (2010, p. 286, grifos do autor) entende uma forma de vida singular cuja força física, com ou sem instrumentos e tecnologias, "deixa de ser um meio de ação regulador por fins que se deseja atingir, para se transformar em um princípio de coordenação (um 'regime de ação') das práticas". Assim, a violência deixa de ser subordinada às restrições materiais ou ideais que seriam o meio para sua obtenção e se torna um fim em si mesma: "ela é sua própria explicação e se autorregula" (Silva, 2010, p. 286).

Além de pensar a violência urbana como ação violenta (não) intencional e resultado do modo de vida nas grandes cidades, Misse (2006) esboça essa noção criticando "cinco teses equivocadas sobre a criminalidade no Brasil", às quais acaba chamando de "fantasmas". A primeira atribui à pobreza a causa da criminalidade e do aumento da violência urbana. Misse (2006, p. 33) argumenta que essa tese, enraizada no imaginário social, apresenta uma univocidade ingênua: "correlação causal direta entre indicadores de pobreza e criminalidade". Embora reconheça que certas práticas criminosas estejam associadas a condições de vida, sociabilidade e habitação de segmentos marginalizados, defende que, em vez de relacionar criminalidade e pobreza, deve-se "compreender os pobres que optaram pela carreira criminal. Talvez no caso

deles, e apenas no caso deles, se possa aprender algo" (Misse, 2006, p. 36).

A segunda tese refere-se à percepção dos bandidos das áreas urbanas pobres como uma espécie de Robin Hood, um herói e justiceiro. Anterior ao desenvolvimento do crime organizado, essa representação, aponta Misse (2006, p. 37), retoma "valentões justiceiros", "bicheiros", donos de "bocas de fumo" e "malandros" – trata-se da "criminalidade urbana mais convencional, mais antiga, e que provocaria menos reação moral atualmente". Na mesma linha de representações sincronicamente mais antigas, está a terceira tese: a criminalidade urbana no Rio deriva dos quilombos, dos capoeiras, das estratégias de resistência de negros e mulatos. A quarta tese considera o migrante rural, geralmente nortista ou nordestino, como personagem central da violência urbana. Difundida em filmes e novelas, essa tese vai de encontro, defende Misse (2006, p. 39-40), à "[...] baixa taxa de crimes violentos na maioria dos estados de origem desses migrantes, como a importância maior das condições sociais de recepção do migrante do que o movimento migratório propriamente dito ou a etnia dos migrantes". Por fim, a quinta tese sinaliza que o aumento da criminalidade é tributário do aprofundamento da luta de classes.

Interessa-nos a representação da violência urbana nos cadernos policiais, pois consideramos que cada editoria jornalística funciona como um instrumento de percepção da realidade (Neveu, 2006). Funcionando como formações dis-

cursivas[1] (Foucault, 2010), as editorias sinalizam o que Bueno (2015, p. 281) chama de "processo vertiginoso de segmentação", em que há produção e circulação de discursos associados a jargões, termos técnico-científicos, neologismos e conceitos compartilhados por diversos campos do conhecimento.

Esboçando uma definição para jornalismo especializado, Bueno (2015) argumenta que se trata de uma prática profissional e também de uma subárea de estudos e pesquisas em Jornalismo que envolvem o processo de produção jornalística voltado para a cobertura qualificada de temas específicos. Nesse ponto, uma questão se impõe: como o jornalismo policial se situa entre as práticas jornalísticas especializadas?

Como lembram Ramos e Paiva (2007), a reportagem policial, historicamente, tem sido um dos setores menos valorizados nos jornais, quando comparada às especializações chamadas por Neveu (2006) de tradicionais: jornalismo político, social, esportivo, judiciário. Além disso, a editoria de polícia costumava ser delegada para os "[...] profissionais menos experientes ou menos preparados do que os de setores considerados 'sérios' [...]" (Ramos; Paiva, 2007, p. 15). Essas duas implicações são demasiado problemáticas, se considerarmos, conforme Bueno (2005), que o jornalismo especializado é fruto do trabalho de profissionais capacitados, os quais buscam formação específica ou complementar

1 Na perspectiva foucaultiana, as formações discursivas constituem delimitações do que pode ou não ser dito, em virtude de um sistema de restrições internas e externas a que os discursos estão submetidos. Então, compete ao analista, num jogo de relações, explicar "como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?" (Foucault, 2010, p. 30).

qualificada (pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*) nos assuntos que cobrem.

No telejornalismo, a cobertura policial já se consolidou (Romão, 2013). Prova disso são os programas Cidade Alerta, Brasil Urgente e Balanço Geral, que se mantêm firmes na grade de programação da TV aberta. Nos veículos impressos, Erbolato (1981) aponta duas orientações: na chamada imprensa popular, prevalecem enquadramentos sobre sexo, esporte e crime; enquanto, nos matutinos tradicionais ou conservadores, as empresas reduzem a cobertura aos fatos mais importantes.

Em ambos formatos, porém, Erbolato (1981), retomando os trabalhos de Jean Stoezel (1951), chama atenção para a função psicoterapêutica da imprensa. Nessa perspectiva, a reportagem torna-se um bálsamo para os cidadãos que vivem na desorganização psicológica produzida pelo ambiente. Por isso, é possível que um leitor, ao ler o noticiário policial, identifique-se com "o assassino que matou a sogra" e acabe glorificando-o mentalmente, "porque ele, leitor, em seu subconsciente, desejaria fazer o mesmo com a mãe de sua mulher e não tem coragem" (Erbolato, 1981, p. 54).

## 4 A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA NO JORNALISMO POLICIAL

Neveu (2006) assevera que a narrativa jornalística se constitui para além de um processo de referenciação das coisas do mundo e de um conjunto de técnicas de redação con-

densadas em manuais de estilo. Se o jornalista apresenta um conhecimento frequentemente impreciso sobre o seu público, a prática de escrita funciona como "[...] uma antecipação da recepção, traduzida numa escrita sujeita a princípios de clareza, explicação e adaptação do vocabulário às capacidades presumidas do público" (Neveu, 2006, p. 110). Assim, a técnica também funciona como elemento no processo de recepção da leitura, já que o jornalista projeta, mesmo imaginariamente, as estruturas discursivas mais compatíveis com o repertório do público-alvo.

Os dados de Dias (2008) se revelam bastante profícuos para discussão da escrita jornalística. Na ocasião, a pesquisadora comparou a produção de notícias sobre a violência urbana em dois jornais de São Paulo: Notícias Populares (NP) e Folha de São Paulo (FSP). Os resultados obtidos por Dias (2008) ultrapassaram a natureza estritamente linguística de apreensão do discurso. Além de observar que o estilo do NP se caracterizava pela oralidade (expressões que, apesar de escritas, retomavam aspectos de fala espontânea), no sentido de visar ao repertório linguístico do público leitor, ela identificou uma espécie de "crueldade da linguagem" no tratamento da violência urbana, a exemplo destes títulos de notícias: "Rasgaram o traveco", "Jóquei massacra a mulher-potranca: Nanico garanhão chumba e retalha a matriz fogosa", "'Pulga' acaba com raça da mulher reserva", "Implodiu a mulher: bandidão arregaça a boca e os miolos da comerciante", "Dor de corno mata um: arrastado da casa da namorada e abatido pelas costas", "Meteu sabugo na nêga do PM" (Dias, 2008). Dias (2008) chama essa linguagem de "antimodelo", pois se

distancia, em grande medida, da técnica jornalística cristalizada e seguida pelo outro jornal pesquisado, a FSP, cujo manual de redação, lembra a autora (2008, p. 47), condena esse "estilo" de linguagem "por princípio e em respeito ao leitor".

As reflexões de Dias (2008) sobre essa "linguagem cruel", no entanto, limitaram-se a apontar que os registros linguísticos buscam identificação entre a linguagem do jornal e a do público leitor. Propomos, então, refletir sobre outras questões: por que o tema da violência urbana é o principal escolhido para ser discursivizado com uma linguagem dita popular? O que a violência tem de mais "permissível" do que, por exemplo, a economia, o meio ambiente, a ciência e a política para se tornar um produto discursivo cuja linguagem se modela de forma diferente daquela praticada pelo jornalismo considerado "tradicional"?

Os resultados obtidos por Romão (2013), por sua vez, apontam características semelhantes às encontradas por Dias (2008). Ao analisar o conteúdo dos três programas televisivos de jornalismo policial mais assistidos em São Paulo (Brasil Urgente, da TV Bandeirante; Cidade Alerta e Balanço Geral, ambos da TV Record), Romão (2103) identificou três categoriais. A primeira é o sensacionalismo, utilizado para a captação e manutenção da atenção dos telespectadores por meio de dramatização das narrativas e do tom dialogal usados pelos apresentadores em interação com os telespectadores. Angrimani Sobrinho (1995, p. 64) também concorda que a abordagem sensacionalista é típica da cobertura policial, já que nela prevalecem os ingredientes essenciais: homicídio, morte e sangue derramado. A segunda categoria é autori-

dade, reivindicada pelos apresentadores por expedientes como tom sério e assertivo de comentários, roupa, postura e impostação de voz; enquanto a terceira é visão de mundo estereotipada, que impõe ao telespectador uma construção da realidade altamente perigosa, de caos social: "Em suas vozes [dos apresentadores], pode-se notar a raiva dirigida aos executores de crimes noticiados e seus pedidos de justiça soam como um pedido de vingança" (Romão, 2013, p. 15).

Essa narrativa de representação da violência como caos social e insegurança contínua constitui o que Matheus (2011) chama de narrativa do medo. Trata-se de uma forma de construção textual que provoca, no processo de recepção, sentidos de perplexidade, como se o interlocutor estivesse refém de uma violência onipresente. Em função disso, o jornalista, por vezes, assume o papel de "guardião do povo", representando a voz do cidadão "sufocado" pela sensação de insegurança generalizada.

Além disso, a narrativa jornalística possui outro elemento que singulariza a cobertura policial: o relacionamento com as fontes. Como já dissemos, a escolha das fontes denota, antes de tudo, escolhas estratégicas no enquadramento dos fatos noticiosos. Nesse contexto, situamos as pesquisas de Sardinha e Santiago (2017) e Edilson Silva (2010), as quais analisaram o uso e a tipologia das fontes reproduzidas em coberturas policiais. Enquanto Edilson Silva (2010) coletou como corpus as notícias sobre crimes violentos publicadas em janeiro de 2009 nos cinco jornais impressos de maior circulação em Minas Gerais, Sardinha e Santiago (2017) organizaram um *corpus* formado por notícias publicadas na

editoria policial dos sites G1 Amapá e SelesNafes. Com, ambos do Amapá, no período de 1º a 10 de abril de 2015.

Apesar de investigarem mídias distintas em períodos também distintos, os resultados foram bastante semelhantes. Sardinha e Santiago (2017) observaram que os 60 textos coletados produziram um total de 72 fontes, das quais 52 eram oficiais, isto é, 72,2% eram fontes policiais. As outras fontes consultadas foram as populares (familiares, suspeitos e vítima), com 22,2%, e as testemunhais (informantes que presenciaram o fato), com apenas 5,6%.

Edilson Silva (2010), por seu turno, analisou 822 textos cujos fatos abordavam tanto crimes violentos (homicídio, tentativa de homicídio, estupro, roubo e roubo à mão armada) quanto ocorrências ligadas à violência: uso e tráfico de drogas, lesão corporal, furto, sequestro, porte, posse e tráfico de amas, vandalismo, suicídio, tortura, bala perdida e semelhantes. Os resultados apontaram que: a) quanto à multiplicidade de fontes: 84,4% dos textos apresentavam apenas uma fonte; b) quanto à tipologia de fontes: 88,5% eram oficiais, das quais 79,2% representavam a voz policial, e 5,7% eram testemunhais (4,2% para a voz da vítima; 1,5% para a voz do suspeito).

Os dados quantitativos ancoram reflexões sociológicas bastante esclarecedoras sobre o fazer jornalístico na cobertura da violência urbana. Uma delas, sem dúvida, refere-se à presença esmagadora da voz oficial, sobretudo a policial, no texto jornalístico. Isso tem implicações deontológicas sobremodo problemáticas: se, nos regimes democráticos, o jornalismo se consolida e fortalece como agente de fiscalização

do poder estatal (Traquina, 2012), como a cobertura policial cumpre essa função ao privilegiar apenas a voz oficial? Como bem argumentam Ramos e Paiva (2007), a dependência quase exclusiva das fontes oficiais deixa o jornalista refém e incapaz de criticar as ações das forças de segurança.

Em consequência disso, o jornalista também contribui com a manutenção de estigmas sociais (Goffman, 1988), os quais são reproduzidos, com frequência, pelas fontes oficiais, a exemplo, como já sinalizamos, da relação causal entre pobreza e criminalidade. Nesse ponto, concordamos com Edilson Silva (2010), para quem a imprensa funciona como um instrumento da instituição policial, e com Champagne (2011), quando alerta que o jornalista, ao invés de confrontar a polícia, acaba por "dublar-lhe" a fala.

Em entrevista com profissionais da imprensa, Ramos e Paiva (2007) observaram que os próprios jornalistas reconhecem que possuem grande responsabilidade na estigmatização de favelas e periferias como espaços exclusivos de violência. A cobertura estigmatizante caracteriza os espaços populares como locais de alta periculosidade e onde ocorrem constantes mortes violentas, as quais, como dissemos, possuem "ingredientes" suficientes para se tornarem produtos noticiosos. A cultura, o esporte, a economia e as dificuldades cotidianas desses espaços, no entanto, "aparecem muito pouco em jornais e revistas, especialmente quando se considera o imenso número de reportagens e notas sobre operações policiais, tiroteios, invasões execuções" (Ramos; Paiva, 2007, p. 77).

Pereira et al. (2000) argumentam que a difusão, nas redes midiáticas, de casos de violência promove efeitos para

além dos agentes e grupos envolvidos em tais atos. Como prática discursiva, os veículos de comunicação conduzem redes de significados que podem "delinear novas possibilidades de identificações e de construção de subjetividades, instaurando novas formas de solidariedade social e novas relações de poder" (Pereira *et al*., 2000, p. 17).

Nessa linha, ao invés de dar visibilidade, na cena pública, a esses agentes sociais, a imprensa acaba por cristalizar-lhes uma única representação. Como macrotestemunha privilegiada, Rondelli (2000) defende que a mídia não só atribui sentidos próprios aos atos de violência (nas formas de enquadramento, edição, construção narrativa), mas também os ressignifica para outros agentes sociais: "Sentidos que não só denunciam suas específicas visões de mundo, como orientam práticas sociais, políticas, culturais. Assim, a violência e suas imagens têm o poder de convocar sujeitos em direção a alguma ação social" (Rondelli, 2000, p. 154).

Champagne (2011) também concorda que os pontos de vista jornalísticos engendram sólidos expedientes no processo de constituição das representações sociais. Como consequência, a mídia "fabrica" uma representação social que, apesar de contrastar com a realidade cotidiana, "[...] perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque *ela nada mais faz, na maior das vezes, que reforçar as interpretações espontâneas*" (Champagne, 2011, p. 64, grifo nosso). Assim como o autor, sustentamos que essas representações se fortalecem no imaginário social, tornando-se difícil redobrá-las, de forma a (re)construir novas formas coletivas de representações. A televisão, então, aparece como principal meio que

parece designar uma realidade indiscutível. Afinal, a imagem reivindica um efeito de evidência imponente (Champagne, 2011; Bourdieu, 1997).

Os impactos dessas representações são devastadores na vida cotidiana dos agentes sociais. Champagne (2011, p. 73) lembra que jovens que moram em bairros "mal afamados" pela mídia têm vergonha de dizer que moram nesses conjuntos, embora neguem, com veemência, a visão jornalística dos subúrbios. A violência simbólica aí exercida atua, decisivamente, na forma como o agente social se vê e na forma como os outros veem esse agente social. Nos termos de Bourdieu (2005, p. 146), a imprensa usa estratégias simbólicas para "impor a sua visão das divisões do mundo social", de maneira semelhante ao insulto, constituindo um ponto de vista particular que produz nomeações particulares e interessadas dos outros.

Além da representação dos agentes sociais que moram em espaços de violência urbana, convém discutir as representações sobre dois outros importantes agentes na cobertura policial: os "bandidos" e a polícia. Sobre os primeiros, Ramos e Paiva (2007, p. 57) alertam que "[...] *os autores ou os suspeitos de crimes também ganharam status de tropa inimiga*". As autoras lembram que, nos anos 80 e 90, era comum que os jornalistas tivessem contato com criminosos, fazendo deles fontes; atualmente, no entanto, a maioria admite não dar voz a criminoso, com a justificativa de "[...] não atribuir a eles uma posição de liderança, permitindo, por exemplo, que expressem opiniões políticas" (Ramos; Paiva, 2007, p. 58).

Alves (2013), ao analisar o programa televisivo maranhense Bandeira 2, exibido na TV Difusora, o mais antigo noticiário policial do Estado, observou representações antagônicas: de um lado, o bem, representado pela polícia, que não mede esforços para defender e proteger a população; do outro, o mal, representado pelos bandidos, que são "criaturas" dispostas a cometer qualquer atrocidade. Não é à toa a polícia ser assim representada. Afinal, a própria nomeação da editoria (jornalismo policial) e do tipo de cobertura (cobertura policial) já sinaliza para o enquadramento das ações da polícia. Novamente, insistimos que a imprensa funciona como instrumento da instituição policial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propusemos uma reflexão sobre as representações da violência urbana no jornalismo policial. Sustentamos que a mídia (e o jornalismo) constrói representações da realidade, conforme um conjunto de estratégias e interesses em relações de interdependência. Afirmamos que, numa perspectiva sociológica, a produção jornalística se relaciona, de maneira muito particular, com as fontes e com os modos de construção do discurso, cuja estrutura demanda expedientes para além de procedimentos técnicos.

Discutimos também a noção de violência nos estudos sociológicos. Daí passamos a falar em violências, no plural, cujas representações são múltiplas, pois também são múltiplos os agentes sociais que lhes atribuem sentidos próprios.

Dialogamos com estudos da Sociologia da Violência e do Crime, para apresentar algumas bases teóricas sobre a violência urbana, noção que caracterizamos em oposição a algumas teses equivocadas e já cristalizadas no imaginário social, entre elas a associação entre pobreza e criminalidade.

Ao tratar, especificamente, da representação da violência urbana pela imprensa, abordamos, a partir de pesquisas já realizadas, duas ordens de representação: de um lado, as representações sobre o fazer jornalístico; do outro, as sobre os agentes sociais envolvidos em casos de violência. Na primeira ordem, apontamos que a narrativa sobre a violência apresenta singularidades: recorre a estratégias sensacionalistas, potencializando o efeito trágico e sanguinolento das ocorrências, bem como prioriza as fontes policiais como únicas fontes legítimas a enunciar. Na segunda ordem, discutimos a representação dos agentes sociais que moram em espaços enquadrados como violentos pela mídia; da polícia e dos bandidos. De maneira geral, as pesquisas apontam que essas representações reforçam estigmas sociais e que o jornalismo funciona como instrumento da instituição policial.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Poliana Sales. **Bandido bom é bandido morto**: experiência estética e produção de sentidos nos programas policiais da televisão: o caso do Bandeira 2. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. E**spreme que sai sangue:** um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas:** o que falar quer dizer. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. 11 ed. Campinas: Papirus, 2011.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo especializado: resgatando conceitos e práticas. *In*: SANTOS, Marli dos; BUENO, Wilson da Costa (Orgs.). **Jornalismo especializado no Brasil:** teoria, prática e ensino: São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2015.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. *In*: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência:** as marcas da oralidade no jornalismo popular. 3 edição. São Paulo: Cortez, 2008.

ELIAS, Nobert. **Introdução à Sociologia**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

ERBOLATO, Mário. **Jornalismo especializado:** emissão de textos no jornalismo impresso. São Paulo: Atlas, 1981.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1963.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Narrativas do medo:** o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos:** a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PEREIRA, Carlos Alberto *et al.* Introdução. *In*: PEREIRA, Carlos Alberto *et al*. **Linguagens da violência.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência:** do conceito às representações sociais. Brasília: Verbana Editora, 2010.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo policial:** indústria cultural e violência. 207 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos Alberto *et al.* **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SARDINHA, Antonio Carlos; SANTIAGO, Abinoan. O uso de fontes na cobertura policial no jornalismo online no Amapá: estudo dos sites G1 Amapá e Selesnafs.com. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 177-192. 2017.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. **Mídia e construção social da realidade:** algumas considerações sobre os critérios de representação da "violência urbana" na imprensa carioca. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: encurtador.com.br/hjlo6. Acesso em: 12 jun. 2019.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. "Violência urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CHR,** Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado:** violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo: Cortez, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2012.

# A INSCRIÇÃO DO DISCURSO XENORRACISTA NA MÍDIA BRASILEIRA: o caso das vinícolas[1]

**Maísa Ramos Pereira**
Universidade Federal do Maranhão

**Jorcemara Matos Cardoso**
Friedrich-Schiller-Universität Jena

**Theciana Silva Silveira**
Universidade Federal do Maranhão

**Resumo**: Em 2023, emerge o caso das vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, que escravizavam trabalhadores no Estado do Rio Grande do Sul. Partindo da hipótese de que a produção e a repercussão das notícias são atravessadas pelas condições de produção de discursos, objetiva-se, neste capítulo, analisar a inscrição do discurso xenorracista na mídia brasileira, dando ênfase às formulações linguísticas contidas em notícias sobre o acontecimento referente ao caso das vinícolas. Como arcabouço teórico, toma-se como base a Análise de Discurso materialista, dialogando com noções de xeno-racismo, de Sivanandan (2001) e Liz Fekete (2001), de xenofobia racializada, de Faustino e Oliveira (2021), e xenofobia e intolerância linguística de Ribeiro (2022). Com relação aos procedimentos metodológicos, trabalha-se com a constituição discursiva de corpus (Courtine, 2006) de chamadas jornalísticas e notícias sobre o acontecimento referente ao caso das vinícolas, veiculadas em sites jornalísticos brasileiros, em março de 2023. Como ferramenta de tratamento do corpus, utilizou-se o suíte de programas computa-

1 Trabalho apresentado no Colóquio Internacional da Associação ADAL (Análise de discursos da América Latina)/Discursos institucionais e não institucionais na América Latina contemporânea: Dizer o acontecimento em tempos de crise, realizado de 24 a 26 de janeiro de 2024, em Paris (França).

cionais de processamento de textos para análise linguística: AntConc. Com as análises, compreende-se que, ao descrever e analisar como o discurso xenorracista se inscreve de diferentes modos na materialidade da língua, é possível rastrear seu funcionamento, identificando contradições de classe, tensões raciais e conflitos sociais diversos produzidos na contemporaneidade, possibilitando uma desestabilização de sentidos frente à naturalização de formas simbólicas que reproduzem opressões em sociedade.

**Palavras-chave**: Vinícolas; Análise de discurso; Xenorracismo.

**Resumen**: En 2023 surge el caso de las vinícolas Aurora, Garibaldi y Salton, que esclavizaron trabajadores en el Estado de Rio Grande do Sul. A partir de la hipótesis de que la producción y repercusión de las noticias están atravesadas por las condiciones de producción de los discursos, el objetivo de este capítulo es analizar la inscripción del discurso xenoracista en los medios de comunicación brasileños, haciendo énfasis en las formulaciones lingüísticas contenidas en las noticias sobre el acontecimiento en relación con el caso de las vinícolas. Como marco teórico, nos basamos en el Análisis del Discurso materialista, dialogando con las nociones de xeno-racismo, de Sivanandan (2001) y Liz Fekete (2001), de xenofobia racializada, de Faustino e Oliveira (2021), y, aún, xenofobia e intolerancia lingüística, de Ribeiro (2022). En cuanto a los procedimientos metodológicos, se trabaja con la constitución discursiva del corpus (COURTINE, 2006) de convocatorias periodísticas y noticias sobre el evento sobre el caso de las vinícolas, publicadas en sitios web periodísticos brasileños, en marzo de 2023. Como herramienta para el tratamiento del corpus, se utilizó el conjunto de programas informáticos de procesamiento de textos para el análisis lingüístico: AntConc. Con los análisis se entiende que, al describir y analizar cómo el discurso xenoracista se inscribe de diferentes maneras en la materialidad del lenguaje, es posib-

le rastrear su funcionamiento, identificando contradicciones de clase, tensiones raciales y diversos conflictos sociales producidos en la contemporaneidad, posibilitando una desestabilización de significados frente a la naturalización de formas simbólicas que reproducen las opresiones en la sociedad.

**Palabras-clave:** vinícolas; análisis del discurso; xenoracismo.

## 1 INTRODUÇÃO

Em meados de março de 2023, um expressivo número de pessoas escravizadas foi resgatado de vinícolas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. Esse fato foi noticiado por diversos sites jornalísticos a partir de diferentes construções linguísticas. Ao denunciar o caso, contraditoriamente, tais notícias carregavam marcas de naturalização da superexploração de mão de obra de sujeitos racializados e discriminados em função de pertenças a regiões e/ou origens sociais.

Partindo da hipótese de que a produção e a repercussão das notícias são atravessadas pelas *condições de produção* de discursos que (des)naturalizam o ato de subalternizar, subjugar e escravizar sujeitos racializados, objetivamos, neste capítulo, analisar a inscrição do *discurso xenorracista* na mídia brasileira, dando ênfase às formulações linguísticas, em especial às formulações lexicais, contidas em notícias sobre o acontecimento referente ao caso das vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton. Além disso, buscamos apresentar reflexões acerca da emergência de fenômenos discursivos que carregam memórias partilhadas que materializam conflitos

sociais de sujeitos de diferentes regiões, classe, raça e gênero, na mídia hegemônica brasileira.

Como arcabouço teórico, toma-se como base a Análise de Discurso materialista, dialogando com noções de *xeno-racismo*, de Sivanandan (2001) e Liz Fekete (2001), de xenofobia racializada, de Faustino e Oliveira (2021) e de xenofobia e intolerância linguística, de Ribeiro (2022). Por este entrecruzamento de saberes, entendemos uma Análise de discurso fronteiriça, de ilharga (Cardoso, 2021), na qual o diálogo epistemológico com outros campos do saber caminha na direção de descolonizar os saberes, as sujeitas e os sujeitos que pesquisam, e, os objetos de análise.

Com relação aos procedimentos metodológicos, trabalha-se com o *corpus* de chamadas jornalísticas e notícias sobre o *acontecimento* referente ao *caso das vinícolas*, veiculadas em *sites* jornalísticos brasileiros, em março de 2023. Como ferramenta de análise, utilizou-se o suíte de programas computacionais de processamento de textos para análise linguística: *AntConc*. Esse programa consiste em um conjunto de ferramentas para análise de *corpora*; no pacote, o *corpus* foi processado por meio das ferramentas *Word* e *Concordance*, que viabilizam, respectivamente, a observância de recorrência de determinados elementos linguísticos e de quais contextos tais elementos estão inseridos.

## 2 ENTRE REGULARIDADES E DESLOCAMENTOS - O *DISCURSO XENORRACISTA*

Para adentrarmos as análises que fundamentam as hipóteses de trabalho, faz-se necessário observar os modos pelos quais fatos são noticiados pelas mídias. Entendemos que se pode rastrear no fio da língua a historicidade constitutiva de determinado *acontecimento discursivo*, ou seja, os enunciados não se dão de modo aleatório ou descoordenado. Há certas regularidades que permitem antever quais são as filiações históricas dos *ditos* e dos *não-ditos* nas materialidades discursivas. Portanto, **os atos de nomeação não são escolhas lexicais meramente individuais, não são dotados de neutralidade, nem são transparentes**. Nesse sentido, a Análise de Discurso, sendo um campo interdisciplinar, uma ciência de entremeio, possibilita o tratamento de dados linguísticos tomando por base constitutiva suas *condições de produção.*

Diante do *corpus* linguístico, cabe-nos questionar: o que nossa língua(gem) carrega, produz, coloca em circulação? Para além de ser um sistema passível de decodificação, a(s) língua(s) é (são) atravessada(s) por uma História, na qual as subjetividades são forjadas, a despeito de que busquem ou não acessar a ordem do inconsciente daquilo que dizem, enunciam, vociferam ou sussurram. Não há sujeito dono daquilo que diz, posto que, antes que abrisse a boca, outros já anunciavam o que lhe parecia inédito, jamais dito, nunca formulado. Entretanto, deve-se observar as possibilidades de que os discursos sempre podem ser outros, de que há efeitos de deslocamentos sobre os *já-ditos* na História, tal como

formula Michel Pêcheux (2008), em *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*:

> Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: **todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço**: não há uma identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma "infelicidade" no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um "erro de pessoa", isto é, sobre o outro, objeto de identificação (Pêcheux, 2008, p. 56).

Para tanto, há de se considerar as *paráfrases discursivas*, que podem ser capturadas metodologicamente a partir do levantamento de séries de enunciados ligeiramente intercambiáveis entre si. Em tais redes discursivas, toma-se determinados *pontos de identificação* bem como *pontos de deriva*, que permitem interpretar certos dados linguísticos como provenientes de uma mesma discursividade, dotada de uma mesma tessitura histórica - tessitura esta que produz determinados efeitos nos dizeres em circulação ao passo que sofre mutações em decorrência da atualização de discursos emergentes. De modo mais específico, Courtine e Marandin (2016) conceituam de que se trata as *paráfrases discursivas*:

> manifestam a presença de invariantes - **coocorrências**, em uma sequência discursiva, de um conjunto de **marcas formais** (**palavras, sintagmas, formulações**…) **que são recorrentes no conjunto de sequências discursivas de um corpus**-, assim como a presença de classes de comutação de outros elementos (a paráfrase discursiva está na "mudança lexical"), cujas formas de invariância, estáveis e idênticas, constituem o contexto distribucional: em suma, **uma variação regulada na ordem do mesmo e da repetição, isto é, na ordem do pré-construído como repetição do mesmo, reiteração do idêntico, em um espaço onde repetição e retomada se confundem** (Courtine; Marandin, 2016, p. 36).

Nas análises discursivas, tais conceituações dizem respeito a um método de apreensão do funcionamento discursivo, que materializa significações distintas, a depender do *corpus* coletado. A maquinaria discursiva - que produz as falas, os dizeres, os saberes em sociedade - é intrinsecamente formada pelas relações de poder *já-dadas* nas sociedades em que estão inseridas. Ao levantar os *ditos* e *não-ditos* na análise linguística, por meio das cadeias parafrásticas, recolhe-se também modos de organização e de funcionamento daquela sociedade cujas discursividades estão sendo analisadas. Desse modo, em uma análise discursiva, recorre-se a outros campos de saber, de modo que se possa caracterizar os achados do trabalho analítico por meio de ferramentas, noções, conceitos, de outros campos das Ciências Humanas e Sociais.

Nesse sentido, ao tratarmos da intersecção entre racismo e xenofobia, dialogamos com trabalhos realizados no campo da Filosofia, da Sociologia, da História, da Literatura, entre outros que, de modos distintos, tentaram dar conta

dessa problemática. De nossa parte, trazemos uma lente discursiva para observar as regularidades que aparecem reiteradamente nos processos de racialização seja de pessoas, seja de segmentos sociais, em situação de deslocamento migratório; na produção dos marcadores sociais capitalistas de diferença e exclusão diante de certas estrangeiridades e não de outras; assim como naquilo que se inscreve na *ordem da memória* e naquilo que precisa ser evidenciado no irromper dos enunciados que materializam o que estamos chamando de ***discurso xenorracista***.

No batimento descrição e interpretação das materialidades que dão sustentação ao aparecimento e ao deslocamento do *discurso xenorracista*, consideramos que a xenofobia no Brasil tem profundo entrelaçamento com o racismo historicamente enraizado devido ao genocídio de povos indígenas, ao tráfico transatlântico de pessoas africanas escravizadas e à exploração e hierarquização de valor de territórios geográficos (Faustino e Oliveira, 2021; Ribeiro, 2022; Carneiro, 2023). Por essa razão, nos aproximamos e nos distanciamos do conceito de *xeno-racismo*[2], cunhado no início dos anos 2000 pelo romancista Ambalavaner Sivanandan e pela cientista social Liz Fekete, para dar conta dos fluxos migratórios ocorridos nos países europeus no início do século. Embora produtivo para pensar a relação entre capitalismo e fluxos migratórios, segundo Faustino e Oliveira (2021), *xeno-racismo* possui uma aplicação limitada em contextos como o brasileiro, uma vez

2 O texto de Sivanandan e Liz Fekete está alocado na Revista Race and Class, vol 43, edição 2, publicada no ano de 2001. Junto ao romancista e à cientista social estão outros autores e autoras que mobilizam a noção de xeno-racismo sob a perspectiva de que o pobre estrangeiro no Reino Unido é o "novo negro".

que, segundo o autor e a autora, buscam estudar como as violências historicamente operadas sobre a população negra se estendem a pessoas migrantes empobrecidas e miseráveis que chegam à Europa em busca de asilo, *independente de suas cores*. Nos afastamos e nos aproximamos também do conceito de *xenofobia racializada, de* Faustino e Oliveira (*ibid*.), autor e autora que, a partir das áreas das Ciências Sociais e da Educação, demonstram que a xenofobia no Brasil tem *cor e alvo*:

> A racialização da xenofobia é expressa pela "desumanização" e "demonização" distinta dos estrangeiros que não se resume à aporofobia e/ou formação profissional, mas sim pela manutenção atualizada do velho crivo racial anti-negro (e anti-indígena, em alguns casos) que, mesmo em um contexto de franca abertura fronteiriça para trabalhadores de origens diversas - qualificados ou não -, oferece condições desiguais de acomodação (Faustino; Oliveira, 2021, p. 204).

Ribeiro (2022), numa perspectiva discursiva, com a qual dialogamos mais fortemente neste capítulo, em seu livro *Xenofobia e Intolerância Linguística: discursos sobre estrangeiridade e hostilidade brasileira*, nos mostra como aparece no fio da língua uma certa ordem discursiva que produz diferentes graus de hospitalidade e hostilidade ao que é produzido como "estrangeiro" no Brasil, seja esse estrangeiro de fora do território quanto aquele que nasce no próprio território. Ribeiro investiga as estratégias que (in)visibilizam e/ou (des) qualificam e criam consensos, especialmente na mídia, acerca do outro "não-nacional". A partir de uma densa reflexão sobre os termos estrangeiro e *estrangeiridade*, Ribeiro nos diz que:

> [...] a estrangeiridade faz parte de nossa história, da nossa subjetividade, mas esquecemos disso, e inventamos nossa originalidade, o que também é um mito, como tentativa de esquecimento de nossas próprias memórias de travessias, de transitoriedade de fronteiras e heterogeneidade intercultural. Assim nos fundamos como originais e senhores desse lugar (Ribeiro, 2022, p. 199).

Essa invenção do "original", do "nacional", portanto, instala uma fronteira valorativa sobre o "ser nacional" e sobre o que vai ser considerado "estrangeiro". Essa linha fronteiriça é atravessada pelos próprios processos históricos que fundam o Brasil como território e depois como nação. Em "Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser", Sueli Carneiro (2023) parte de conceitos como o de biopolítica[3] e o de biopoder[4] e os expande para pensar as dinâmicas raciais no Brasil. Para a filósofa, a negritude foi historicamente associada ao signo da morte. Desde os primeiros momentos em terras brasílicas, as pessoas negras "chegam" como não-pessoas e, despojadas de sua humanidade, são tratadas como mercadorias, peças para serem comercializadas. Esse processo de desumanização e morte se materializa em um léxico que só passa a ser mobilizado e a fazer sentido dentro dessa dinâmica: em seus territórios de origem, eram consideradas pessoas; em solo

3 Os estudos foucaultianos acerca de biopolítica dissertam sobre as técnicas de controle sobre a vida da população, como a natalidade, a mortalidade, a velhice, urbanidade, higiene, alimentação, etc., as quais irrompem com a queda do poder soberano e a emergência do poder pastoral.

4 Enquanto a biopolítica age sobre a população a partir de um processo totalizante, o biopoder age sobre a sujeição das subjetividades a partir de processos de individualização; dizendo de outro modo, apagam os processos históricos sobre a produção das subjetividades e constroem os sujeitos.as.es como *"homem máquina"*.

brasileiro, tornam-se "negros/escravos". Desse modo, para Carneiro (ibid.), se instala uma forma de gerir a vida e a morte, em diferentes momentos, a partir de um dispositivo que constrói a superioridade do "eu hegemônico" branco pela negação do Outro negro, dispositivo este que ela chama de *dispositivo de racialidade*.

Nesse contexto de dominação, a morte de uma pessoa traficada e escravizada não é vista como a perda de uma vida humana, mas como uma perda econômica. Por isso, o "deixar/fazer viver" dos corpos negros e indígenas durante os períodos colonial e imperial não está ligado ao cuidado com a vida, mas sim à "proteção/preservação" de um bem material (Cardoso e Glück, no prelo). Carneiro aborda a lógica dessa destituição de humanidade a partir das reflexões de Martin Heidegger sobre o ôntico (relativo aos seres particulares ou determinações do ser) e o ontológico (relativo ao ser em si, a dimensão na qual a humanidade está inscrita). De acordo com a autora, essa lógica permite supor que o racismo reduz as pessoas não brancas a uma humanidade incompleta. Ademais, tudo associado às características e aos valores da negritude e dos povos indígenas será posto nessa relação, inclusive os territórios geográficos nos quais essas populações são maioria.

Dessa forma, direcionando o olhar para o objeto de análise deste capítulo, não é aleatório que, de cada 10[5] pessoas resgatadas de trabalhos escravos, 8 sejam pessoas negras[6], assim como não é aleatório que mais de 53% dessas pessoas são nascidas em Estados da região Nordeste[7], e que nos últimos anos, todos os estados da região Norte do país tenham tido uma queda de mais de 30% na média de suas fiscalizações, ou ainda, que as maiores concentrações de resgates se deem em setores historicamente erguidos sobre a herança escravocrata, como o setor de plantações e criação de animais.

5 Dados retirados da Reportagem do Alma Preta Jornalismo, intitulada "De cada 10 resgatados do trabalho escravo, 8 são negros", feita por Camila Rodrigues da Silva, publicada em 20 de novembro de 2024. Os dados utilizados na reportagem são do relatório "Combater o trabalho escravo…De olho aberto!", elaborada pelo movimento Campanha nacional permanente "De olho aberto para não virar escravo", disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6665-combate-ao-trabalho-escravo-de-olho-aberto.

6 A noção de "pessoas negras" trazida na reportagem do Alma Preta Jornalismo se alinha ao que vem sido utilizado por grande parte do movimento negro brasileiro, assim como pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010), que compreendem "população negra" como "o conjunto de pessoas que se audeclaram pretas e pardas". Nessa acepção, toma-se "negro" como uma categoria política. No entanto, há movimentações no tecido social que tensionam o apagamento colonial das heranças indígenas por meio do uso da designação "pardo", ou mesmo o apagamento das identidades indígenas. Um dos exemplos desse tensionamento discursivo é a palestra de abertura "Não sou pardo, sou indígena", proferida por Ailton Krenak, organizada pelo GT Indígena do Tribunal Popular em parceria com a TV Tamuya. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XSX8bcfS_zI. Acesso em: 10 nov. 2024.

7 Em agosto de 2023, Octávio Santiago publica o artigo "A gênese do pavoroso sertão", na Revista Piauí, para retratar/denunciar toda a mecânica da produção de uma série de artigos publicados em 1923, patrocinados pela Sociedade Rural Brasileira (criada para fomentar o agronegócio do país), e escritos pelo sanitarista racista Moraes Barros, após uma expedição de Moraes ao sertão nordestino que, segundo os escritos da época, ""era desejo do supremo magistrado da nação, para que fosse informado ao país" sobre os investimento feitos na terra dos "esquálidos retirantes"" (Santiago, 2023). A região e sua população descrita e interpretada por Moraes Barros recai na mesma ordem de funcionamento da biopolítica e do biopoder sobre a qual Sueli Carneiro teoriza. O artigo está disponível em https://piaui.folha.uol.com.br/genese-do-pavoroso-sertao. Acesso em: 10 nov. 2024.

Sendo assim:

> A profecia autorrealizadora — que confirma as expectativas negativas em relação aos negros — é imprescindível para a justificação da desigualdade. Nesse sentido, a pobreza a que estão condenados os negros no Brasil é parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos dominados — negros ou afrodescendentes e povos indígenas. Disso decorre a necessidade de investir numa perspectiva teórica voltada para os não brancos. Como diz Carlos Hasenbalg, se os processos de competição social operam em detrimento do grupo racialmente subordinado, "então o enfoque da análise deve se orientar para as formas de mobilização política dos não-brancos e para o conflito inter-racial" (Carneiro, 2023, p. 21).

Esta pesquisa adentra, portanto, no campo desse investimento teórico ao qual Carneiro nos convoca, o qual precisa ser cada vez mais urgente e cada vez maior, para que se desnaturalize não somente nosso olhar sobre como se dão as relações sociais, econômicas e de trabalho, mas que nos mobilize a compreender as implicações dos atravessamentos de tensões raciais e de gênero, conflitos de classe, disputas por territorialidades, dentre outros embates sociais, nas discursividades em circulação na contemporaneidade.

## 3 PERCURSO METODOLÓGICO

A base metodológica do capítulo ora apresentado está pautada na Análise de Discurso materialista e na Linguística de *corpus*. Em se tratando da Análise de Discurso materialista, trabalhamos com as noções *de paráfrases discursivas, acon-*

*tecimento, repetição, sequências discursivas de referência*, *ditos*, *não-ditos*, tomando a língua como base material sobre a qual operam os sentidos em circulação na sociedade. Tendo em vista a natureza deste trabalho, escolhemos uma abordagem quali-quantitativa. Mobilizamos ferramentas de tratamento de dados da Linguística de *corpus*, por ser um campo da linguística que se baseia no uso de *corpora* linguísticos - coleção de textos em formato digital que representa uma variedade de gêneros e estilos de linguagem. Além disso, a Linguística de *corpus* utiliza de ferramentas computacionais desenvolvidas para fins de processamento, análise e interpretação de dados linguísticos. Com fins de operar uma acurada prática de descrição, tais ferramentas foram utilizadas com o objetivo de levantar sobretudo *repetições*, que se dão no fio do discurso, *sincronicamente* e *diacronicamente*, atualizadas por distintos sujeitos, os quais, "retomam em sua fala o que eles ignoram ser o já-dito" (Courtine, Marandin, 2016, p.45), conceituação basilar em Análise de Discurso materialista. Ao método proposto, acrescente-se ainda a clareza analítica de que as *repetições* não se dão de modo invariável, nem de modo a-histórico, tampouco emergem de modo aleatório. Ao longo da análise, priorizamos distintas combinações de marcas lexicais que dizem respeito não somente a reformulações, mas a deslocamentos, reconfigurações e atualizações do *mesmo*, naquilo que delimitamos metodologicamente como "discurso xenorracista", sem a pretensão de alcançar uma suposta "totalidade"[8].

8 Com Courtine e Marandin, entendemos que "é preciso construir máquinas de costura para desconstruir as falsas totalidades" (Courtine, Marandin, 2016, p. 53).

## 3.1 Constituição, seleção e processamento do *corpus* da pesquisa

A constituição do *corpus* não precede uma posição teórica, ao contrário. Para Courtine (2006), "construir um corpus discursivo é fazer entrar a multiplicação infinita e a dispersão fragmentada dos discursos no campo do olhar por um conjunto de procedimentos escópicos" (Courtine, 2006, p 20). Há algo que é da ordem do olhar, que se produz no campo do visível que, a partir do momento em que se dá um *campo referencial*, um *universo de discurso*, é possível fazer uma primeira operação para traçar um limite entre o visível e o invisível. Dessa forma, observamos uma população de enunciados acerca do caso das vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, em 2023, e ingressamos em um trabalho de escavação para encontrar um princípio de segmentação que nos possibilitasse "um esquadrinhamento que restringe o visto aos únicos textos, trechos, pequenas ou grandes partes de discursos que serão capturados" (ibidem). De tal modo, reagrupamos e ordenamos tais segmentos conferindo a eles um estatuto de *corpus*.

Após essas etapas, chegamos a 12 notícias, de 12 sites a saber: *Brasil, DW, Diário de Belém, Folha da UOL, G1, Semana On, Poder 360, Portal IG, Repórter Brasil, Revistas Esquinas, Sul21* e *UOL,* a partir dos quais pudemos ver tanto as regularidades do visível e do invisível, quanto os *gestos de nomeação do acontecimento*, que re-significam os sujeitos trabalhadores em uma certa ordem de memória inscrita em uma História da escravização no Brasil.

Após a seleção das matérias, partimos para o processamento computacional dos dados, que seguiram as seguintes etapas:

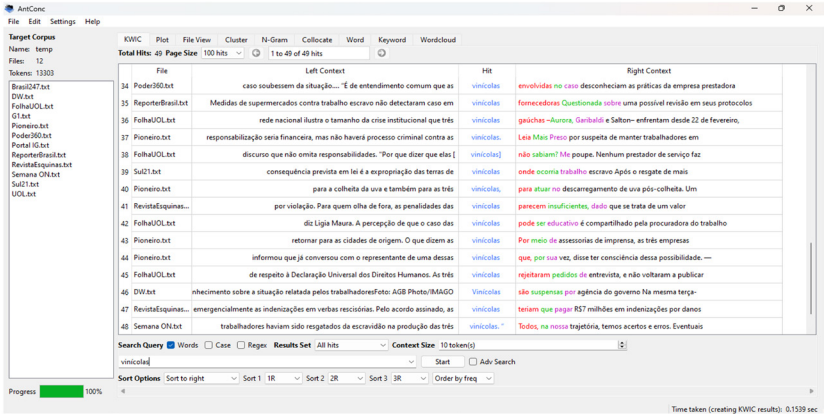
1. Copiamos e colamos as matérias em bloco de notas, formato *txt UTF-8, em arquivos separados;

2. Eliminamos as imagens, gráficos e textos que não faziam parte da matéria;

3. Processamos esses arquivos em ferramenta computacional.

Como ferramenta de análise, utilizamos a suíte de programas computacionais de processamento de textos para análise linguística: *AntConc*. Esse programa consiste em um conjunto de ferramentas gratuitas para análise de *corpora*. Foi desenvolvido pelo professor Laurence Anthony, da Universidade de Wako, no Japão. No pacote, o *corpus* foi processado por meio das ferramentas *Word* e *Concordance*, que viabilizam, respectivamente, a observância de recorrência de determinados elementos linguísticos e de quais contextos tais elementos estão inseridos. A ferramenta *Word* exibe as palavras mais frequentes em um *corpus*, em forma de lista, o que possibilita a identificação de quais palavras são mais usadas, o que pode ser útil para estudos de frequência lexical, análise de estilo, dentre outras finalidades. Além disso, o *Concordance* viabiliza a busca por palavras ou expressões específicas em um *corpus* e visualiza os contextos em que essas palavras aparecem no texto, como podemos observar na Figura 1.

**Figura 1** - Interface do AntConc




Fonte: *print screen* da Interface do AntConc. (2024)

Com o uso da ferramenta foi possível ter acesso fácil aos dados de forma mais rápida, apresentados em diversos formatos como gráficos e tabelas, em que pudemos analisar melhor os dados encontrados. Em relação à interface com a Análise de Discurso, o *AntConc* contribui de forma significativa, uma vez que, por meio de tal dispositivo, é possível observar a regularidade e como emergem os discursos na materialidade linguística dos textos selecionados, considerando-se o levantamento da repetição de palavras e/ou expressões (inseridas em determinado contexto) usadas ao longo de um *corpus*. A partir desse levantamento, foi possível realizar uma análise mais consistente, tratando-se sobre os modos de formulação apreendidos por meio de análise comparativa entre paráfrases contidas nas próprias matérias jornalísticas.

## 4 A INSCRIÇÃO XENORRACISTA NA MÍDIA BRASILEIRA: o caso das vinícolas

O caso das vinícolas, que repercutiu em meados de março de 2023, remete a uma questão complexa e alarmante que envolveu práticas de exploração de trabalhadores em algumas regiões produtoras de vinho, especialmente na região Sul do Brasil. As empresas Aurora, Santon e Garibaldi foram autuadas por "trabalho escravo", que não se refere apenas à escravidão em um sentido tradicional, mas a condições de trabalho degradantes e abusivas que caracterizam uma escravidão moderna. Dentre essas condições de abuso, podemos destacar a imposição de jornadas de trabalho exaustivas, de condições precárias de moradia, de violências, de má alimentação, dentre outras práticas criminosas.

Nessa conjuntura, diversos veículos midiáticos, por meio de variadas construções linguísticas, relataram o episódio, incorporando de maneira paradoxal elementos de naturalização da exploração extrema de trabalhadores racializados. As notícias veiculadas nesse período apresentaram, majoritariamente, manchetes que, de um lado denunciavam essas empresas, e, por outro, apagavam discursivamente os agentes de fato responsáveis por esses crimes.

É possível constatar essa realidade observando a frequência com que as *lexias* como *empresas* (118), *vinícolas* (80), *Aurora* (42), *Salton* (34) e *Garibaldi* (29) foram utilizadas nessas matérias. O termo mais genérico, *empresas*, obteve o maior número de frequência se comparado a *vinícolas*, termo mais específico que evidencia o ramo dessas empresas.

Contudo, o aparecimento de *vinícolas,* em contraponto com *Aurora, Salton e Garibaldi,* apresenta um número maior de ocorrências, especificando o ramo dessas empresas, mas deixando de pôr em evidência seus nomes jurídicos. Nessa perspectiva, entendemos que o uso frequente dessas lexias na formulação das manchetes e no corpo das notícias produzem um efeito de apagamento tanto dos sujeitos sociais (pessoas físicas) quanto dos sujeitos jurídicos (nome social da empresa), como podemos ver nas seguintes manchetes:

**Figura 2** - O sujeito vinícolas e o apagamento dos sujeitos denunciados em chamadas jornalísticas

Fonte: *Prints* de chamadas jornalísticas da Folha de São Paulo[9], Pioneiro Política[10] e Sul 21[11].

9 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/vinicolas-reagiram-mal-apos-caso-de-trabalho-escravo-dizem-especialistas-em-gestao-de-crise.shtml. Acesso em: 12 dez. 2023.

10 Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/policia/noticia/2023/02/vinicolas-podem-ter-de-assumir-verbas-rescisorias-de-trabalhadores-que-viviam-em-situacao-analoga-a-escravidao-em-bento-cleh8n33t003s016mzi6905hz.html. Acesso em: 18 nov. 2023.

11 Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/geral/2023/03/vinicolas-assumiram-responsabilidade-quando-resolveram-terceirizar-e-nao-fiscalizaram/. Acesso em: 10 dez. 2023.

Nas *sequências discursivas* levantadas acima, nota-se a *repetição* do termo "vinícolas" que toma o lugar de sujeito de direito diante das acusações feitas sobre a prática de escravização de trabalhadores. Neste modo de formular a notícia, nada se sabe sobre a classe social, a raça, a região de origem e o gênero, dentre outros marcadores sociais, dos sujeitos denunciados:

a) Vinícolas reagiram mal [...];

b) Vinícolas podem ter de assumir [...];

c) Vinícolas assumiram responsabilidade [...].

Nas mesmas matérias jornalísticas, tal nomeação foi retomada como "empresas", "marcas", "vinho", reiterando um apagamento dos agentes envolvidos na prática criminosa de escravização de pessoas. Outro aspecto importante de ser destacado é a antropomorfização do vinho, em que são atribuídas ao "vinho" e às "vinícolas" - formas genéricas que exprimem o apagamento do sujeito - a responsabilidade de manter em suas propriedades pessoas em condições degradantes de trabalho. Podemos observar essa antropomorfização em vários trechos, nos quais destacamos:

d) "Então não se trata de dizer que essas **vinícolas deliberadamente escolheram** escravizar os trabalhadores.". (Sul21);

e) “A **vinícola reforça** que exige das empresas contratadas toda documentação prevista na legislação trabalhista.”. (Portal IG).

Vejamos a Figura 3.

**Figura 3** - Antropomorfização em chamadas jornalísticas

Fonte: *Prints* de chamadas jornalísticas do Poder 360 (Portal Poder 360, 2023)[12] e O tempo Brasil (Portal O Tempo Brasil, 2023)[13]

É possível, ainda, evidenciar a nomeação das vítimas por meio da racialização e da origem, em trechos e chamadas das matérias em que há a identificação dos trabalhadores como “negros”, “baianos” e “nordestinos”, em contraponto com os donos das empresas “brancos”, “gaúchos” e do “Sul”, estes últimos ***não ditos*** nas matérias jornalísticas. Sendo, quase que

12 Disponível em https://www.poder360.com.br/brasil/vinicolas-culpam-programas-sociais-por-trabalho-escravo/. Acesso em: 19 dez. 2023.

13 Disponível em https://www.otempo.com.br/brasil/funcionarios-de-pousada-que-abrigava-escravizados-do-vinho-alegam-exagero-1.2822704. Acesso em: 19 dez. 2023.

invariavelmente, segundo as fontes jornalísticas supracitadas, os trabalhadores escravizados homens negros oriundos da região Nordeste, ao referir-se aos mesmos, os entrevistados na matéria do Poder 360 utilizam o sintagma "mão de obra". Tal designação antagoniza, parafrasticamente, com a designação "vinícolas", atribuída aos agentes acusados. Nota-se, de modo recorrente, um processo discursivo de humanização de entidades jurídicas, empresas, quando estas são antropomorfizadas por ações atribuídas ao sujeito "vinícolas", ao passo que se reduz as pessoas escravizadas *repetidamente* ao seu fazer laboral, "mão de obra" - o que as desumaniza, o que as destitui de vida.

Em tal ordem discursiva, atualiza-se, nessas manchetes, dizeres sobre a invenção do nacional (Ribeiro, 2022). Nesse sentido, a região Nordeste foi e continua sendo produzida como um *não-Brasil*. Nas manchetes da figura 4, "Nordeste" e "Sul", "negros" e "escravizados do vinho", dentre outros sintagmas e apagamentos, não apenas nomeiam espaços geográficos do território brasileiro ou identidades étnico-raciais, mas atualizam discursos hegemônicos, territorializando memórias sobre qual o lugar de cada uma dessas regiões e de suas populações nos jogos de poder que constroem o "nacional" no Brasil.

**Figura 4** - Nomeação das vítimas por meio de racialização e de marcação de origem

Fonte: Print das manchetes jornalísticas dos jornais Diário de Belém, Uol Notícias e G1 (Sakamoto, 2023; Moreira, 2023; Portal Diário de Belém, 2023).

Ao analisarmos, ainda, as manchetes de repercussão do caso das vinícolas, em se tratando das sanções que deveriam ter sido/foram aplicadas às vinícolas, bem como todo o *corpus* da pesquisa, observamos o uso massivo da palavra *trabalho*, somando o total de 143 ocorrências. Na investigação do sentido instaurado em *trabalho*, identificamos regularidades quanto ao seu uso; na maioria dos casos, *trabalho* não se configura como lexia simples, mas como composto sintagmático, como em: *trabalho análogo à escravidão, trabalho escravo, trabalho em condições análogas à escravidão*, *trabalho em situação análoga à escravidão, trabalho degradante, trabalho forçado*. No processo de formação desses compostos, o substantivo *trabalho* está ligado a lexias que remetem a um efeito disfórico, contrário ao conceito de trabalho empregado pela Constituição Federal, que anuncia garantir aos trabalhadores direitos essenciais, com a proibição de trabalho que desrespeite os direitos bá-

sicos do/da trabalhador/a, que muitas vezes o/a leva a uma situação de exploração ou humilhação.

Vejamos:

**Figura 5** - Repercussão do caso das vinícolas

Fonte: Repercussão do caso das vinícolas. Fonte: Prints de chamadas jornalísticas dos jornais Revista Fórum (Fórum, 2023), G1 (Salati, 2023) e Semana On (Sakamoto; Felizardo, 2023).

Na formulação das manchetes da Figura 5, há o aparecimento de diferentes graus de valoração penal e de juízo de valor acerca das práticas das vinícolas, marcadas nas lexias *inocentadas, suspensas e erro.* Na manchete à esquerda, o termo *trabalho escravo* é colocado em oposição aos outros elementos da sentença, à medida que antagoniza a ação e as consequências legais sobre o ato. Essa organização sintática carrega, dentre muitas nuances, efeitos de sentidos que evocam um histórico de impunidade, ideia presente, também, no corpo da notícia do jornal *Semana On*, ao denunciar que de mais de 2600 empregadores acusados, somente 112 condenações foram realizadas no espaço de 10 anos. Dentre todas as chamadas jornalísticas analisadas, somente esta última apresenta um panorama crítico que coloca em evidência a

eufemização do sintagma *trabalho escravo* em sentenças jurídicas, sendo retomado como "exagero" e "realidade rústica"; a identificação maior do judiciário "com os empregadores julgados do que com os trabalhadores"; assim como um levantamento histórico de impunidade.

Em todas as chamadas, percebemos a construção de uma memória sobre as nuances de impunidade que regem as relações trabalhistas no Brasil por meio dos efeitos de paradoxo entre a denúncia e as reais consequências legais para os acusados. Tal efeito mostra-se evidenciado no seguinte trecho, extraído da reportagem do Semana ON: "Todos, na nossa trajetória, temos acertos e erros. Eventuais erros têm que ser corrigidos. Assim é com o vinho gaúcho, com a comunicação, com qualquer setor. O Rio Grande do Sul tem uma classe produtiva que nos gera muito orgulho." Essa fala - de um empresário da área da comunicação que fez uma festa e teve como convidados os donos das vinícolas autuadas por trabalho escravo - é um reflexo da visão de um setor social que prioriza o lucro de suas empresas, em detrimento das vidas das pessoas que exploram.

Não esgotando as análises, mas produzindo um efeito de fim, é importante ressaltar que, apesar de todas as notícias, de formas distintas, noticiarem o acontecimento em tom de denúncia, as vozes dos mais de 207 trabalhadores resgatados aparecem como *discurso direto* somente em duas notícias, ambas do portal G1. Em contraponto, 6 notícias, das 12 notícias analisadas, trazem as vozes, em formato de *discurso direto*, dos empregadores denunciados. Em 3 destas, há a publicação, na íntegra, das notas oficiais de cada empresa envolvida com a

escravização moderna de pessoas. Observamos que, mesmo em jornais que se dizem "progressistas", essa regularidade persiste, evidenciando uma *contradição já-dada* implicada nas discursividades que engendram os sentidos sobre a escravização de pessoas racializadas no Brasil.

O silenciamento ou o total apagamento das vozes de trabalhadores e trabalhadoras deste país se materializa nesse rol de notícias. De mais de 207 pessoas, apenas um fala e essa fala se repete em uma outra notícia publicada, reforçando uma prática mimética comum e rotineira que determinados veículos produzem no seu dia a dia. Em um jogo de ambivalências, quem mais tem espaço para poder dizer são exatamente os sujeitos que, não nomeados, continuam exercendo todo o seu monopólio de fala nos espaços públicos. Não basta dizer uma vez, é preciso que esse dizer seja dito e redito para que adentre na ordem de uma memória que produz uma fronteira bem definida acerca de quais pessoas e segmentos sociais serão eminentemente alvos de múltiplas violências e quais continuarão a gozar de suas heranças escravocratas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises das notícias, é possível observar o *apagamento* dos agentes denunciados, com o uso da generalização por meio da antropomorfização do termo "vinícolas", presente na maioria das manchetes, ao referir-se aos patrões/donos/empresários, que não são racializados - o que torna opaco o ato de escravização de determinados sujeitos

(negros, pretos, indígenas, pardos) por outros (brancos). Em contrapartida, em se tratando dos sujeitos escravizados, além de serem racializados, percebe-se a designação feita por registros linguísticos acerca de origem (nordestinos, baianos), classe social (pobres, recebedores do bolsa-família) e escolaridade (analfabetos ou com até ensino fundamental). Com tal exposição, buscamos descrever, circunscrever e analisar alguns *modos* pelos quais o *discurso xenorracista* se inscreve na materialidade da língua, rastreando seu funcionamento, identificando contradições de classe, tensões raciais e conflitos sociais diversos produzidos na contemporaneidade, com vistas a contribuir para a reflexão sobre condições estratégicas de resistência frente à naturalização de formas simbólicas que reproduzem semelhantes opressões na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS


CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARDOSO, J. M. **Ao internacional e além:** as relações de poder-saber na constituição da identidade brasileira inscritas em livros didáticos de Português para estrangeiros. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2021

CARDOSO, J. M; GLÜCK, E. Tecnodiscursividades e (des)racialização no ecossistema *twitter*: investigação de estratégias tecnolimguajeiras no perfil @geledes. *In:* CARDOSO, J. M; GLÜCK, E. **Estudos discursivos do Monjolinho**: questões

em torno do digital. Campinas, SP: Editora da ABRALIN, [2024?]. (No prelo).

COURTINE, J.J. **Metamorfoses do discurso político:** derivas da fala pública. Org. e Trad. por Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, JJ; MARANDIN, J.M. Que objeto para a Análise de Discurso? In: CONEIN ET AL. **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

FANON, F. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1968.

FAUSTINO, D. M.; OLIVEIRA, L. M. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **Revevista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 193-210.

FEKETE, L. The Emergence of Xeno-Racism. **Race & Class**, v. 43, n. 2, p. 1-5, oct. 2001. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0306396801432003. Acesso em: 20 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

FÓRUM. Trabalho escravo: vinícolas são inocentadas em acordo com MPT do RS. **Revista Fórum**, [S.l.], p. 1-3, mar. 2023. Disponível em: https://revistaforum.com.br/brasil/2023/3/24/trabalho-escravo-vinicolas-so-inocentadas-em-acordo-com-mpt-do-rs-133263.html. Acesso em: 02 fev. 2025.

MOREIRA, Matheus. Salton, Aurora e Garibaldi pagarão R$ 7 milhões em indenização após resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão. **G1**, Porto Alegre, p. 1-5, mar. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/noticia/2023/03/10/salton-autora-e-garibaldi-pagarao-r-7-milhoes-em-indenizacao-apos-resgate-de-trabalhadores-em-situacao-analoga-a-escravidao.ghtml. Acesso em: 02 fev. 2025.

PÊCHEUX. M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento/ Michel Pêcheux; tradução: Eni P. Orlando. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PORTAL DIÁRIO DE BELÉM. Ministério do trabalho revela: 95% dos escravizados do vinho são negros e 93%, baianos. **Diário de Belém**, Belém, p. 1-3, mar. 2023.

PORTAL O TEMPO BRASIL. Funcionários de pousada que abrigava 'escravizados do vinho' alegam exagero. **O Tempo Brasil**, [S.l.], p. 1-3, mar. 2023. Disponível em: https://www.otempo.com.br/brasil/funcionarios-de-pousada-que-abrigava-escravizados-do-vinho-alegam-exagero-1.2822704. Acesso em: 02 fev. 2025.

PORTAL PODER 360. Vinícolas culpam programas sociais por trabalho escravo. **Poder 360**, São Paulo, p. 1-4, fev. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/brasil/vinicolas-culpam-programas-sociais-por-trabalho-escravo/. Acesso em: 02 fev. 2025.

RIBEIRO, J. **Xenofobia e intolerância linguística:** discurso sobre a hostilidade brasileira. Campinas: Pontes, 2022.

SAKAMOTO, Leonardo; FELIZARDO, Nayara. Para milionários gaúchos, escravidão nas vinícolas é 'erro' a ser corrigido. **Semana On**, São Paulo, p. 1-4, abr. 2023. Disponível em: https://semanaon.com.br/brasil/para-milionarios-gauchos-es-

cravidao-nas-vinicolas-e-erro-a-ser-corrigido/. Acesso em: 02 fev. 2025.

SAKAMOTO, Leonardo. Ministério diz que 95% dos escravizados do vinho são negros e 93%, baianos. **Uol**, São Paulo, p. 1-3, mar. 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/03/07/ministerio-diz-que-95-dos-escravizados-do-vinho-sao-negros-e-93-baianos.htm. Acesso em: 02 fev. 2025.

SALATI, Paula. Vinícolas do RS ligadas a trabalho escravo são suspensas da ApexBrasil, serviço do governo que promove exportações. **G1**, São Paulo, p. 1-4, fev. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/28/vinicolas-do-rs-ligadas-a-trabalho-escravo-sao-suspensas-da-apexbrasil-servico-do-governo-que-promove-exportacoes.ghtml. Acesso em: 02 fev. 2025.

SIVANANDAN, A. Poverty is the New Black. Race & Class. **Race & Class**, v. 43, n. 2, p. 1-5, oct. 2001. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0306396801432001?journalCode=racb. Acesso em: 19 nov. 2024.

# **UN ANÁLISIS RETÓRICO DE LA CONSTRUCCIÓN DEL CONCEPTO DE INTENCIÓN EN LA TEORÍA DEL DELITO:** desarrollo histórico y aprehensión lingüística de los acontecimientos

**João Vitor Santos Silva**
Faculdade de Direito de Vitória
Universidade Nove de Julho

**João Maurício Adeodato**
Faculdade de Direito de Vitória
Universidade Nove de Julho

**Cássius Guimarães Chai**
Faculdade de Direito de Vitória,
Universidade Federal do Maranhão

**Resumen**: El texto discute el problema de la reflexión sobre el concepto de intención en la teoría del delito, teniendo como objeto central el análisis de la construcción de este concepto. La discusión involucra enfoques teóricos y epistemológicos de la retórica, la hermenéutica y el escepticismo, que se desarrollan a partir de la teoría social del discurso de Norman Fairclough y las perspectivas de verdad de Gadamer y Nietzsche, que ven los conceptos legales como procesos dinámicos y contextuales. El texto propone que el Poder Judicial brasileño adopte una postura escéptica, reflexiva y retórica en la valoración de la acción dolosa, con el fin de minimizar los errores en la aplicación de la teoría del delito y navegar por las complejidades de las relaciones de poder en las prácticas discursivas, reconociendo la naturaleza flexible del lenguaje y la necesidad de tolerancia y análisis crítico en la interpretación del

derecho penal. Se destaca la importancia de considerar no solo la letra de la ley, sino también la diversidad de perspectivas y experiencias humanas, con el objetivo de lograr un derecho penal más justo, equitativo y democrático.

**Palabras clave:** Lenguaje; Fraude; Dogmática jurídico-penal; Teoría de la responsabilidad civil; Escepticismo; Acción dolosa.

**Resumo**: O texto discute o problema da reflexão sobre o conceito de dolo na teoria do delito, tendo como objeto central a análise da construção desse conceito. A discussão envolve abordagens teóricas e epistemológicas da retórica, hermenêutica e ceticismo, desenvolvidas a partir da teoria social do discurso de Norman Fairclough e das perspectivas de verdade de Gadamer e Nietzsche, que consideram os conceitos jurídicos como processos dinâmicos e contextuais. O texto propõe que o Poder Judiciário brasileiro adote uma postura cética, reflexiva e retórica na valoração da ação dolosa, com o objetivo de minimizar erros na aplicação da teoria do delito e lidar com as complexidades das relações de poder nas práticas discursivas, reconhecendo a natureza flexível da linguagem e a necessidade de tolerância e análise crítica na interpretação do direito penal. Destaca-se a importância de considerar não apenas a letra da lei, mas também a diversidade de perspectivas e experiências humanas, visando alcançar um direito penal mais justo, equitativo e democrático.

**Palavras-chave**: Linguagem; Fraude; Dogmática jurídico-penal; Teoria da responsabilidade civil; Ceticismo; Ação dolosa.

## 1 INTRODUCCIÓN

La Teoría del Delito ha sido un tema de gran interés para los estudiosos e investigadores en el campo del derecho penal. Una adecuada introducción al análisis del concepto de intención es fundamental para comprender los diferentes matices e interpretaciones que pueden surgir a lo largo del estudio. En este contexto, la retórica juega un papel clave en la construcción y análisis de la acción dolosa, que es la intención consciente de cometer un delito. Maurício Adeodato (2014), en sus reflexiones sobre la retórica y el lenguaje, ofrece un valioso punto de partida para explorar el modo en que la acción dolosa es interpretada y comprendida en las teorías de los crímenes.

El artículo busca presentar una reflexión sobre la naturaleza del lenguaje y la complejidad de los significados atribuidos a las palabras, destacando la vaguedad y ambigüedad inherentes a ellas. Se argumenta que los conceptos no son estáticos (Poscher, 2016, p. 272-285), sino que dependen del contexto en el que se utilizan, evitando interpretaciones basadas únicamente en la literalidad de las palabras utilizadas. Así, al adoptar un enfoque crítico que combine la teoría del lenguaje con el análisis del discurso, podemos enriquecer nuestra comprensión de la complejidad del concepto de intención y su aplicación práctica en las decisiones judiciales.

Un ejemplo en la dogmática jurídica que puede tener diferentes connotaciones según el contexto es la "culpa". En un contexto penal-legal, el término "culpabilidad" puede

referirse a la responsabilidad subjetiva de un agente por un delito, lo que indica que actuó de manera negligente, imprudente o imperita. Por otro lado, en un contexto civil-legal, la "culpa" puede referirse a un elemento esencial en la determinación de la responsabilidad civil, donde la negligencia o imprudencia de una parte puede dar lugar a una indemnización por daños y perjuicios.

El término "culpa" ejemplifica cómo la vaguedad (indeterminación del alcance) y la ambigüedad (indeterminación del significado) pueden variar significativamente, dependiendo de la rama del derecho en la que se apliquen, así como del contexto específico en el que se utilicen en un caso jurídico particular (Adeodato, 2023, p. 1249-1260). De ahí la importancia de la comprensión del marco histórico y de la aplicación específica de los términos jurídicos para una interpretación que se comprometa a "reducir" la vaguedad y la ambigüedad, aumentando las limitaciones de la dogmática jurídica sobre el intérprete, entendido como un modelo teórico de carácter tecnológico, centrado en la decidibilidad de los conflictos (Ferraz Júnior, 2007, p. 340).

La dogmática jurídica se concibe como un sistema de comunicación complejo, en el que la norma jurídica juega un papel central. En este contexto, el jurista interpreta normativamente las relaciones sociales, imputando normas a situaciones sociales, y las normas jurídicas son entendidas como "discursos normativos", mecanismos de control de conductas orientadas a decisiones jurídicas (Ferraz Júnior, 1980, p. 44). Este enfoque converge con el objeto de análisis del artículo - la construcción del concepto de intención en la

teoría del delito -, cuya importancia es fundamental para el principal efecto resultante de la criminalización: el proceso de imputación, en el que se observan los resultados de la constitución del tipo de injusto en relación con la atribución objetiva de un hecho al sujeto como propio (Tavares, 2019, p. 340).

Dentro del amplio espectro de la Teoría del Delito, el análisis del contexto en el que se producen e interpretan los delitos revela importantes matices. Al considerar los enfoques de la delincuencia internacional, como se discute en (Lobach, 2021), se da cuenta de la relevancia de la relación funcional con la política criminal, la violación de las normas internacionales imperativas y el impacto en la paz y la seguridad globales. Estos elementos ponen de relieve la complejidad de las acciones delictivas a nivel internacional, destacando la necesidad de una comprensión holística de estos fenómenos. Por otro lado, la investigación sobre los patrones comunicativos y los patrones retóricos de los nombres personales de Gbari, como se argumenta en (Adeyanju, 2024), ofrece información valiosa sobre la construcción semántica social de los nombres y su potencial de resurgimiento o declive. Esto sugiere que *los nombres* (las palabras) en cuestión tienen significados y connotaciones que van más allá del simple acto de denominación, funcionando como una forma de comunicación que puede incluir aspectos culturales, históricos y sociales. La retórica aquí se refiere al *uso estratégico del lenguaje para comunicar significados y persuadir o influir en las percepciones y acciones de las personas dentro de* la comunidad Gbari.

Al aplicar estas perspectivas al estudio de acción dolosa en las teorías de los delitos, es posible enriquecer el análisis y la comprensión de la relación entre lenguaje, discurso y verdad, tal como lo proponen Maurício Adeodato, Gadamer y Fairclough. Esta intersección teórica y práctica arroja luz sobre la naturaleza multifacética de la intención y su distinción de la culpabilidad consciente en escenarios judiciales concretos, reforzando la importancia del análisis retórico en la comprensión del fenómeno criminal.

Así, se busca indagar en la relación entre la percepción de la realidad y los relatos basados en datos empíricos, enfatizando la importancia del método científico en la formulación de narrativas dominantes sobre el concepto de intención en la Teoría del Delito. Sin embargo, se hace hincapié en que incluso los informes basados en evidencia empírica pueden ser impugnados o ignorados en ciertos contextos, y se preocupa más por plantear el problema que por superarlo.

Así, emerge un enfoque crítico en relación con la aceptación indiscriminada de informes basados en datos empíricos, reconociendo la influencia de factores como las creencias personales, el desconocimiento y los intereses políticos o ideológicos en la formación de narrativas sobre la realidad (Adeodato, 2011, p. 130).

## 2 ¿EXISTE UNA EVOLUCIÓN DEL CONCEPTO DE INTENCIÓN EN LA TEORÍA DE LA RESPONSABILIDAD EXTRACONTRACTUAL?

El Derecho Penal, al igual que varias áreas jurídicas, organiza sus desarrollos teóricos en "escuelas", cada una de las cuales representa corrientes de pensamiento que comparten principios, teorías y metodologías específicas en el análisis del fenómeno penal, ofreciendo diferentes perspectivas sobre la naturaleza, función y aplicación del derecho penal. Estas escuelas no sólo se suceden cronológicamente, sino que también distinguen y progresan a través de conceptos y enfoques ideológicos cuyas referencias exógenas son atravesadas por intereses económicos, políticos y axiológicos, a veces resemánticas operativas de semánticas anteriores o creando neologismos que corresponden a una nueva sintaxis, es decir, otra operación lógica entre signos en la estructura discursiva del Derecho Penal, como consecuencialismo, retribución, utilitarismo (Fedosiuk, 2014).

A diferencia de otras áreas del Derecho, donde una nueva escuela puede extinguir a la anterior, en el Derecho Penal suelen coexistir las diferentes corrientes de pensamiento. Esto permite una continuidad entre escuelas, no rechazando por completo las ideas anteriores, sino incorporando sus elementos y evolucionando a partir de ellas. En resumen, si bien las escuelas de pensamiento penal proporcionan marcos teóricos fundamentales para comprender el Derecho Penal, también reconocen la necesidad de flexibilidad y adaptación a los cambios sociales y culturales. La interacción entre las teorías formal y realista, así como la influencia de diferentes tradiciones jurídicas, pone de manifiesto la complejidad y dinámica del derecho penal en un contexto globalizado (Peristeridou, 2017; Randelovic *et al*., 2023).

Un claro ejemplo de esta continuidad es la construcción del concepto de intención en la Teoría del Delito. Varias escuelas penales han desarrollado diferentes enfoques para entender el engaño, desde la Teoría de la Voluntad hasta la Teoría de la Representación, entre otras. En lugar de rechazar por completo las concepciones anteriores, hay una evolución que asimila elementos anteriores, reflejando una adaptación a las dificultades prácticas encontradas por las teorías anteriores (Tavares, 2019, p. 340).

Los desacuerdos históricos sobre la definición de intención han dado lugar a varias teorías, que a menudo exacerban el significado pretendido por sus autores. Estas teorías pretenden distinguir entre la acción dolosa directa, la acción dolosa eventual y la culpa consciente, centrando el debate en el elemento predominante: el cognitivo o el volitivo (Bitencourt, 2020, p. 795). En el Derecho Romano, el "dolus malus" se refería a la voluntad de causar un daño injusto, incluida la conciencia de la ilegalidad del acto, sin una distinción clara entre intención y la culpa (Von Liszt, 2003, p. 252-253).

Los defensores de las teorías cognitivas simplifican la decisión sobre la intención y la culpa en el caso concreto, apuntando a la generalización y la previsibilidad, como en la vida cotidiana (Puppe, 2018, p. 72). Para ilustrar esto, Ingeborg Puppe utiliza el ejemplo de un estudiante perezoso que, a pesar de las advertencias de su padre sobre el fracaso inminente, no se dedica a sus estudios y luego se lamenta de su fracaso. Desde este punto de vista, la responsabilidad surge no sólo de la determinación explícita de cometer un acto, sino también de la indiferencia ante el riesgo reconocido.

La Teoría de la Voluntad, tradicionalmente considerada clásica, define la acción dolosa como la intención de causar un resultado. Para Carrara, la acción dolosa consiste en la voluntad de realizar un acto contrario a la ley, poniendo de relieve la interdependencia entre la voluntad y la conciencia, sin negar la necesidad de representar el hecho (Carrara, 1971, p. 71). Sin embargo, la representación del hecho y la voluntad de provocar el resultado son cruciales para diferenciar dolo eventual de la culpa consciente (Bitencourt, 2020, p. 797).

Por otro lado, la Teoría de la Representación, defendida por Von Liszt (2003, p. 270), incluye la representación de la causalidad como un elemento esencial del engaño, distinguiéndola del simple deseo o esperanza. Esta teoría, sin embargo, resultó insuficiente, lo que llevó a la necesidad de reconocer la interdependencia entre representación y voluntad (Fernandes; Falco, 2021, p. 391-412).

En el Código Penal brasileño, el artículo 18 define el delito doloso como aquel en el que el agente quiso el resultado o asumió el riesgo de producirlo (Brasil, 1940). Bitencourt argumenta que esta definición solo es válida cuando la voluntad se combina con el conocimiento de los elementos objetivos del tipo penal (2020, p. 798). Por esta razón, el análisis conjunto de testamento y representación es esencial en la práctica legal.

La Teoría Social del Discurso de Norman Fairclough sugiere que la práctica discursiva en el Derecho no es sólo un vehículo para la comunicación de significados, sino un medio por el cual se negocian y mantienen las relaciones de poder (Fairclough, 1992). Por lo tanto, las interpretaciones jurídicas

pueden ser vistas como productos de construcciones sociales influenciadas por las ideologías dominantes. Adeodato también enfatiza la influencia de las creencias personales y los intereses políticos en la construcción de narrativas jurídicas, afirmando que estas narrativas están moldeadas por constantes disputas ideológicas (2011).

En el contexto de las decisiones judiciales, consideremos un caso ejemplificado por Juárez Tavares (2019, p. 358):

> Ejemplo 1: Dos ladrones deciden inmovilizar a un comerciante con un cinturón de cuero, sabiendo que su uso podría ser fatal. A pesar de su preocupación por no matar a la víctima, su elección final por el cinturón de cuero en un momento de prisa sugiere una aceptación implícita del riesgo.
> Ejemplo 2: Un conductor, conociendo los peligros de adelantar en una curva, decide arriesgarse y provoca un accidente mortal. En este caso, la imputación de culpa consciente es evidente, ya que el conductor reconoció el peligro, pero confió en sus habilidades para evitar el accidente.

Estos ejemplos subrayan la coexistencia de la intención y la culpa consciente, cuyos límites son difusos y dependen del análisis de las intenciones y la previsibilidad del agente. Gadamer sostiene que la verdad se revela en el diálogo y en la interpretación histórica, enfatizando que la jurisprudencia es un campo donde emergen verdades múltiples y dependientes del contexto (1960/2013). Por lo tanto, la comprensión de la intención evoluciona a medida que los juristas dialogan con las tradiciones anteriores y se enfrentan a nuevos desafíos prácticos, lo que refleja tanto una continuidad como una innovación en las teorías criminales.

## 3 APREHENSIÓN ESCÉPTICA DE LOS CONCEPTOS JURÍDICOS

En el debate entre intención y culpa, es esencial distinguir entre los conceptos de ley y moral/religión. Un criterio importante es la exterioridad, enfatizada primero por Aristóteles y luego sistematizada por Tomás en el contexto del naturalismo racionalista.

En "Ética a Nicómaco", Aristóteles (1990) trata la justicia como una virtud intersubjetiva, pero no distingue claramente la justicia del derecho, allanando el camino para futuras distinciones en los órdenes éticos. Los filósofos posteriores, buscando mejorar el criterio de exterioridad, introdujeron conceptos como intersubjetividad, exigibilidad y bilateralidad.

Pufendorf (2014, p. 82) estableció explícitamente la externalidad de la conducta humana como criterio distintivo. Argumenta que la conducta que no es empíricamente observable está regulada por la moral y la religión, mientras que la ley se ocupa de las acciones externas. Esto plantea un problema central en la teoría jurídica: si las intenciones y los pensamientos deben ser considerados en los conflictos legales o si sólo la conducta externa es relevante.

Aristóteles (1990, p. 618) sugirió que la intención del agente también se considera en el Derecho, pero no explicó cómo esta intención puede ser evidenciada por otros. En la práctica jurídica, la externalidad es esencial, ya que los profesionales solo pueden juzgar en base a actos observables, infi-

riendo intenciones a partir de estas acciones. La visión realista que defiende el texto sostiene que la ley sólo puede ocuparse de actos externalizados, y no de intenciones internas.

La visión idealista, por otro lado, asume que es posible conocer las intenciones detrás de los actos humanos y que estos actos son producto de intenciones definidas. Esta tensión entre manifestación externa e intención interna influye en la interpretación de los conceptos de buena y mala fe, con diferentes consecuencias jurídicas.

La Teoría Social del Discurso de Norman Fairclough (1992) sugiere que la práctica discursiva, incluida la que se encuentra en el Derecho, es una forma de actividad social que está intrínsecamente ligada a las estructuras de poder y a las relaciones sociales. Fairclough propone que el análisis del discurso debe considerar la interrelación entre el texto, la práctica discursiva y la práctica sociocultural, lo que implica que el discurso jurídico no solo refleja, sino que también da forma y es moldeado por contextos sociales y culturales más amplios (Ajmal; Zainab, 2024; Blommaert; Bulcaen, 2000; Rumintang, 2018).

Curiosamente, si bien la teoría de Fairclough enfatiza la importancia de las prácticas discursivas en la reproducción y contestación del poder y la ideología, también reconoce que el discurso puede ser un lugar de resistencia y cambio social, al testificar que

> La interpretación es un proceso activo en el que los significados a los que se llega dependen de los recursos desplegados y de la posición social del intérprete, y sólo se puede interpretar que los textos producen meros efectos ideoló-

> gicos sobre el receptor si se ignora este proceso dinámico (Fairclough, 1992, p. 29).

Esto es relevante para el Derecho, ya que, al igual que la educación, la familia y el Derecho, son dimensiones sociales del aparato ideológico del Estado (Fairclough, 1992, p. 30), ya que las prácticas discursivas jurídicas pueden perpetuar y desafiar las desigualdades y hegemonías existentes (Blommaert; Bulcaen, 2000; Irawan; Adnan, 2018; Rumintang, 2018). En resumen, la teoría de Fairclough sugiere que la práctica discursiva en el Derecho es multifacética y desempeña un papel central en el mantenimiento y la transformación de las relaciones de poder y las estructuras sociales. Por lo tanto, el análisis crítico del discurso jurídico puede revelar cómo las leyes y los procesos jurídicos se ven influenciados por las dinámicas de poder y las ideologías sociales (Ajmal; Zainab, 2024; Blommaert; Bulcaen, 2000; Irawan; Adnan, 2018; Rumintang, 2018).

En este contexto, la Teoría Social del Discurso de Fairclough (1992) sugiere que la práctica discursiva en el derecho es un medio de negociación y mantenimiento de relaciones de poder, fuertemente influenciado por las ideologías dominantes (Magfira; Suyitno; Suhita, 2022). Adeodato (2014, p. 158) señala que las creencias personales y los intereses políticos dan forma a las narrativas jurídicas, configurando así la comprensión misma de conceptos como el de acción dolosa.

Un poderoso ejemplo de ello lo encontramos en los juicios por dolo en casos de accidentes mortales de tráfico. En estos casos, la interpretación de las intenciones del agente

es crucial, y las decisiones están moldeadas por los discursos de poder que emergen en el campo jurídico.

Gadamer (1999), en su obra "Verdad y Método", sostiene que la verdad se revela en el diálogo y la interpretación histórica, enfatizando que la jurisprudencia es un campo donde emergen verdades múltiples y contextuales. La verdad en Gadamer es precaria e histórica, siendo producto del diálogo y de la fusión de horizontes.

Por otro lado, Nietzsche (2007, p. 79-99) sostiene que la "cosa en sí", o la verdad pura, es inalcanzable. Para él, los conceptos que usamos son metáforas de nuestra propia creación, y la verdad, tal como la entendemos, es una larga serie de generalizaciones y abstracciones. Esta idea habla de Gadamer al sugerir que nuestra comprensión de la verdad siempre está mediada por el lenguaje y el contexto histórico.

La concepción de Nietzsche de la verdad como metáfora ve el lenguaje como un sistema que generaliza y abstrae la individualidad de las cosas. De esta manera, el concepto emerge de la renuncia al individuo y de la creación de una cualidad abstracta, una "*qualitas occulta*" (Nietzsche, 2007, p. 83-84). Lo compara con un hombre totalmente sordo tratando de comprender la música, sugiriendo que nuestras verdades son, en el mejor de los casos, aproximaciones crudas.

A partir de las ideas de Nietzsche y Gadamer, entendemos que los conceptos jurídicos se construyen a través de metáforas y a través del diálogo y la interpretación histórica, enfatizando la necesidad de un enfoque crítico y escéptico en relación con la búsqueda de una verdad absoluta e inmutable en el campo jurídico. Así, Nietzsche (2007, p. 85-89) nos

recuerda que, mientras que las metáforas son individuales y escapan a la categorización, los conceptos ofrecen una rígida regularidad.

Para ilustrar esta idea, podemos recurrir a la jurisprudencia brasileña en los casos en que se discute la intención eventual. A modo de ejemplo, el Caso del Niño João Hélio (Tribunal del Jurado de Río de Janeiro - Caso Nº 0016668-74.2007.8.19.0209). En 2007, en Río de Janeiro, el brutal asesinato del niño João Hélio, arrastrado por varios kilómetros después de un robo, conmocionó al país. Los delincuentes fueron acusados de homicidio doloso, y se discutió intensamente la modalidad de intención eventual. El tribunal concluyó que los acusados actuaron con posible malicia, ya que, al arrastrar al niño, asumieron el riesgo de causarle la muerte. Este caso se cita a menudo como un claro ejemplo de eventual acción dolosa, donde los agresores no tenían la intención directa de matar, sino que aceptaron la posibilidad de la muerte al continuar huyendo con la víctima atada al automóvil.

Otro ejemplo de cómo las reconstrucciones de sentido sirven a intereses subyacentes, aunque estén desligadas de la percepción unívoca de la justicia, sería el caso emblemático de Elize Matsunaga (Tribunal del Jurado de São Paulo - Caso nº 0022211-85.2012.8.26.0100). En 2012, Elize Matsunaga fue acusada de matar y desmembrar a su esposo, Marcos Matsunaga. El juicio atrajo una gran atención de los medios de comunicación y generó intensos debates sobre el calificativo de la intención final. Aunque el enfoque principal se centró en el calificativo del crimen atroz y la premeditación, el caso es re-

levante porque la defensa trató de descalificar el delito como homicidio involuntario, mientras que la fiscalía sostuvo que ella era plenamente consciente de las consecuencias de sus acciones. La defensa negó que el crimen fuera premeditado, argumentando que Elize no había planeado el asesinato de antemano y que la compra de una motosierra, por ejemplo, estaría justificada por ser para abrir cajas de vino, y no para desmembrar el cuerpo. Elize afirmó que había actuado en defensa propia, afirmando que había tenido miedo de ser agredida por Marcos durante una acalorada discusión. Por su parte, la fiscalía sostuvo que Elize utilizó un recurso que imposibilitó la defensa de Marcos, disparándole por sorpresa. El tribunal, presidido por el juez Adilson Paukoski Simoni, aceptó parcialmente los argumentos de la fiscalía. Elize fue condenada por homicidio agravado, específicamente por la calificación de "apelación que imposibilitó la defensa de la víctima", y por los delitos de destrucción y ocultamiento de cadáver. Los otros calificativos (motivo torpe y algo cruel) no fueron aceptados por los jueces. Elize Matsunaga fue condenada a 19 años, 11 meses y un día de prisión, además del pago de una multa de 11 días en el valor unitario mínimo legal, con ejecución inicial en régimen cerrado (García, 2022).

No cabe duda de que el análisis de la intención del agente siempre está mediado por el contexto social, histórico e ideológico en el que se inserta la sentencia, reflejando la visión gadamariana de que la verdad jurídica es una construcción continua y contextual y, en este sesgo teórico y pragmático, el voto del juez Teori Zavaski emitido en 2016 en

densa argumentación en los registros de HC 126.292/SP (STF, HC 126.292/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, 2016).

La HC referida anteriormente puede considerarse un ejemplo de la construcción continua del sentido del Derecho y de la precariedad de la verdad como construcción histórica debido a la necesidad de que los intérpretes del Derecho actualicen el sentido de las normas constitucionales de acuerdo con la realidad social y los valores de justicia y dignidad humana, promoviendo el mejor resultado posible para la sociedad. La comprensión de que la norma jurídica es producto de la fusión entre el programa normativo y el ámbito normativo, ajustado a las situaciones de hecho y a los más altos valores éticos de la sociedad, refuerza también esta construcción continua.

Por esta razón, Gadamer (1999) sostiene que el Derecho no existe abstractamente, fuera de la realidad sobre la que implica. Las teorías concretistas de la interpretación constitucional consideran el condicionamiento recíproco entre norma y realidad, dando lugar a la comprensión de que la norma jurídica es la integración de significado entre el texto y la realidad, incluyendo los altos valores éticos de la sociedad. Friedrich Muller (2005) complementa esta visión argumentando que la norma jurídica debe ser percibida como la fusión entre el programa normativo (es decir, extraído del texto constitucional a través de cuidadosos métodos de interpretación) y el ámbito normativo.

En conclusión, tanto Nietzsche como Gadamer nos muestran que la comprensión del Derecho, especialmente en lo que respecta a la acción dolosa, debe considerar la fluidez

y el contexto de las interpretaciones, evitando definiciones rígidas y aceptando el carácter dinámico y discursivo de los conceptos jurídicos.

La interpretación de la ley, incluyendo aspectos como la mala conducta intencional, que se refiere a la intención deliberada de engañar o causar daño, es compleja y multifacética. Nietzsche y Gadamer ofrecen perspectivas que enfatizan la importancia de considerar la fluidez y la dinámica interpretativa en la comprensión del Derecho. Gadamer, con su hermenéutica filosófica, sugiere que la comprensión es un proceso dialógico que implica la "fusión de horizontes" entre el intérprete y el texto (Walsh, 1996), mientras que Nietzsche enfatiza la perspectiva y la interpretación como elementos centrales de cualquier pretensión de conocimiento o verdad (Andersen, 1985). Aunque no hay contradicciones explícitas entre los dos pensadores en este punto, es interesante notar que a menudo se acusa a Gadamer de convencionalismo, lo que podría sugerir una cierta fijeza en contraste con la fluidez de Nietzsche (Mootz, 2010). Sin embargo, la crítica de Gadamer a esta acusación y la incorporación de la crítica nietzscheana en su hermenéutica indican que reconoce la necesidad de una hermenéutica crítica que pueda acomodar la fluidez y la dinámica interpretativas (Mootz, 2010). En resumen, tanto Nietzsche como Gadamer enfatizan la importancia de la interpretación dinámica en la comprensión del Derecho, y la consideración de la fluidez es esencial para abordar conceptos como el de la acción dolosa. Gadamer ofrece un marco hermenéutico que puede integrar la crítica nietzscheana, mientras que Nietzsche proporciona un en-

foque perspectivista que desafía las concepciones fijas de la verdad y el conocimiento (Andersen, 1985; Mootz, 2010).

## 4 LAS RESTRICCIONES DOGMÁTICAS EN LA TEORÍA DEL DELITO: una aproximación retórica al concepto de intención

Schlieffen (2022, p. 45-47) subraya la estrategia de sustituir intencionadamente los conceptos por metáforas ambiguas como medio eficaz para mantener el escepticismo hacia ellos. La metáfora de la "red" ejemplifica este enfoque al contrastar con la aparente claridad del término "sistema". Mientras que esta última sugiere un orden preciso y científico, la metáfora de la web evoca una complejidad en la que los conceptos son fluidos y no proporcionan una guía definitiva a los científicos en busca de la verdad. Esta concepción, enraizada en una tradición filosófica e ilustrada por la analogía de Nietzsche entre el mundo de los conceptos y una "construcción de telarañas", pone de relieve que toda "verdad", incluidas las categorías más básicas de orientación, se produce tanto interna como externamente, asemejándose a telarañas. Schlieffen, al retomar a Nietzsche, subraya que no somos meros observadores externos, sino que estamos inmersos en nuestra propia red de significados, actuando como si fuéramos la medida de todas las cosas. Esta reflexión sugiere una comprensión de la realidad como más imponderable y paradójica de lo que podría sugerir el optimismo científico.

Aplicando estas consideraciones al concepto de dolo, surge una solución basada en las limitaciones esbozadas por Schlieffen (2022, p. 48-58). La vergüenza de la decisión, por ejemplo, pone de relieve no sólo la urgencia de resolver los debates jurídicos, sino también la relevancia de los procedimientos jurídicos y del lenguaje en la resolución de conflictos, lo que sugiere que no siempre es posible una respuesta definitiva, sino que la necesidad de poner fin al debate es imperativa.

La restricción del acoplamiento subraya la interacción esencial entre el Derecho y las prácticas sociales, lo que demuestra que el sistema jurídico depende de la energía social para seguir siendo relevante y eficaz. En este sentido, es crucial que la ley mantenga coherencia y apertura en su estructura para mantenerse al día con las transformaciones de la sociedad. Por otro lado, la vergüenza de la invención pone de manifiesto la constante evolución de los conceptos jurídicos a través del lenguaje, reconociendo el papel fundamental de esta herramienta en la construcción de la realidad jurídica. Por su parte, la restricción de la autorreferencia enfatiza que las representaciones legales no son meramente descriptivas, sino que también tienen un carácter prescriptivo, influyendo directamente en la acción de los agentes involucrados en el sistema legal. Estas limitaciones combinadas ofrecen una visión completa de la complejidad y el dinamismo del derecho como un sistema vivo y en constante evolución

La restricción de la reflexividad pone de relieve la interacción dinámica entre acción y representación en el ámbito jurídico, enfatizando la importancia de la reflexión ética en

la construcción e interpretación del Derecho. Reconoce la complejidad moral involucrada en la aplicación de la ley y enfatiza la necesidad de considerar las implicaciones éticas de las decisiones legales.

Estas limitaciones, consideradas en su conjunto, sugieren una concepción de la acción dolosa anclada en el bien jurídico, en los derechos fundamentales y en la democracia plural, sustentada en un proceso jurídico que busca lograr un equilibrio interno dentro de una cultura percibida como justa. Esta idea de justicia no está rígidamente ligada a la opinión media de todos los implicados, sino que refleja una diversidad jurídica derivada del conformismo social. Contrariamente al sentido común, existe la posibilidad de que el sentido de justicia imperante esté influenciado por el refinamiento de una teoría jurídica especializada, lo que resulta en un proceso capaz de establecer un marco normativo duradero frente al flujo constante de la vida humana, una especie de segundo mundo normativo, lo suficientemente maleable como para adaptarse a las circunstancias, pero lo suficientemente firme como para resistir los elementos (Schlieffen, 2022, p. 57-58).

En la dogmática penal moderna, hay un creciente malestar con la ontología, que busca alejarse del fundamento y la definición de la acción dolosa como una voluntad de actuar sobre una base ontológica. Juárez Tavares (2019, p. 346), citando a Hassemer, sostiene que la cuestión de la existencia o separación de los elementos subjetivos de la imputación no puede abordarse desde un punto de vista ontológico, sino desde uno deontológico. La postura escéptica, basada

en la filosofía retórica y en la aprehensión lingüística de los acontecimientos, ofrece una perspectiva crítica más radical en relación con la perspectiva deontológica, al rechazar la ontología y reducir los acontecimientos al mundo lingüístico, según los fundamentos escépticos extraídos de Nietzsche.

El escepticismo retórico arroja una luz crítica sobre la comprensión de conceptos y acontecimientos, destacando la imprevisibilidad y la ingravidez de la vida humana. Frente a diversas formas de desigualdad, ya sean genéticas, ambientales o ligadas a la fortuna, el escepticismo emerge como un enfoque sensato, que propone la suspensión de juicios definitivos y la evaluación constante de las propias preferencias en relación con las de los demás (Adeodato, 2014, p. 79). Esta postura es especialmente relevante cuando se analiza el elemento subjetivo del tipo penal, como la intención y la culpa, y sus zonas limítrofes, ya que reconoce la complejidad del lenguaje y la subjetividad en la interpretación de los hechos.

Los conceptos de intención y culpa, discutidos por Tavares y Bitencourt, se abordan dentro y fuera de este contexto de incertidumbre y complejidad. Tavares (2019, p. 344) señala que la intención "solo adquiere sentido si se entiende en el contexto de un proceso de imputación al sujeto frente al riesgo que su conducta, así dirigida volitivamente, representa para el bien jurídico". Por otro lado, Bitencourt (2020, p. 793-794) señala que la acción dolosa es "la voluntad de llevar a cabo el tipo objetivo, guiada por el conocimiento de sus elementos en el caso concreto". Estas visiones aparentemente divergentes sobre la intención ilustran la necesidad

de un enfoque tolerante y crítico de la interpretación de los elementos subjetivos del tipo penal.

Frente a las diversas formas de desigualdad que atraviesan la vida humana, la tolerancia emerge como una actitud esencial para combatir las intolerancias resultantes de estas disparidades. El Derecho, como herramienta coercitiva, juega un papel importante en la constitución de la historia ganadora, pero no es simplemente una lucha entre el bien y el mal. Por el contrario, el Derecho refleja una compleja interacción de intereses y opiniones contrapuestas, para los cuales la tolerancia y el análisis crítico son fundamentales para encontrar un equilibrio justo y sostenible (Adeodato, 2014, p. 347).

En este contexto, la aprehensión retórica de los conceptos de intención y culpabilidad en el Derecho Penal adquiere una dimensión humanista, escéptica y democrática, exigiendo un abordaje que tenga en cuenta no solo la letra del Derecho, sino también la diversidad de perspectivas y experiencias humanas, como una forma de enfrentar el estado actual del arte del derecho penal brasileño (segregador, selectiva y racista).

## 5 CONCLUSIÓN

La tolerancia, entendida a través de la retórica realista, desempeña un papel crucial en la imputación subjetiva de la acción intencional en el Derecho Penal brasileño. Teniendo en cuenta lo dispuesto en el Código Penal, que establece que

el delito es doloso cuando el agente quiso el resultado o asumió el riesgo de producirlo, y teniendo en cuenta la libertad de interpretación que tiene el intérprete durante el proceso de evaluación de la intención, es fundamental adoptar una postura escéptica en relación con el conocimiento.

La retórica realista es esencial en la interpretación y aplicación del concepto de intención en el Derecho Penal brasileño. Según el Código Penal, la acción dolosa se configura cuando el agente desea o acepta el riesgo del resultado. Sin embargo, la libertad de interpretación otorgada a los magistrados en la apreciación de la intención requiere una postura escéptica en relación con el conocimiento. Este enfoque crítico propone un análisis más reflexivo y contextualizado de las acciones humanas y sus implicaciones jurídicas, reduciendo la posibilidad de errores judiciales.

Como se discutió, se propone la adopción de una postura escéptica por parte del Poder Judicial brasileño capaz de reducir los malentendidos en la aplicación de la Teoría del Delito. Esto implica suspender los juicios definitivos (epoché), cuestionar constantemente las propias preferencias en relación con las de los demás (isostenia) y buscar la tranquilidad (ataraxia) para evitar sufrimientos innecesarios. De este modo, no solo promueve un sistema de justicia más equilibrado y atento a los matices de cada caso, sino que también contribuye a un sistema jurídico más justo y eficaz.

Este enfoque escéptico, junto con la tolerancia, sugiere que cualquier argumento puede ser plausible, dependiendo del contexto. Por lo tanto, es imperativo que los jueces consideren la diversidad de perspectivas y experiencias humanas

al interpretar los conceptos de intención y culpa. De este modo, se promueve una visión humanista y democrática del Derecho Penal, adecuada para abordar las complejidades de la condición humana y los desafíos específicos del estado actual del Derecho Penal brasileño, que aún enfrenta problemas de selectividad, segregación y discriminación racial.

Al abogar por este enfoque, avanzamos hacia un sistema legal que no solo responde con mayor precisión a las complejidades de los casos concretos, sino que también se adhiere a los principios superiores de justicia y equidad. Esta metodología crítica y reflexiva proporciona una base sólida para la mejora continua del derecho penal, haciéndolo más eficiente para todos los involucrados.

Para concluir, consideramos que los principales hallazgos de esta investigación refuerzan la importancia del análisis retórico del concepto de intención en las teorías de los delitos. La teoría del lenguaje y el análisis del discurso, combinados con los supuestos teóricos de Maurício Adeodato, permiten una comprensión más profunda de la construcción social del engaño. Al relacionar a Gadamer y Fairclough con la retórica de Adeodato, mostramos cómo la verdad y la interpretación influyen en la definición y aplicación de la acción dolosa en contextos legales. Además, al analizar las decisiones judiciales sobre la intención y su distinción de la culpa consciente, nos damos cuenta de la complejidad y la necesidad de un enfoque interdisciplinario en la comprensión del tema. Por lo tanto, el estudio de la acción dolosa desde la perspectiva de la Retórica y el Análisis del Discurso es fundamental para

una comprensión más comprensiva y crítica del Derecho Denal contemporáneo

## REFERÊNCIAS


ADEODATO, J. M. **Ética e retórica**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ADEODATO, J. M. Imprecisão da linguagem jurídica no exemplo do conceito de imperatividade (em homenagem a José de Oliveira Ascensão). **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**, v. 44, p. 1249-1260, 2023.

ADEODATO, J. M. **Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo**. São Paulo: Noeses, 2014.

ADEYANJU, A. Gbari personal names: a communicative act and rhetorical features analysis. **Onomástica desde América Latina**, v. 5, p. 1-28, jan./dez. 2024. ISSN 2675-2719.

AJMAL, N. M. U.; ZAINAB, N. T. Depiction of women as unfair creatures in John Donne's "Go and catch a falling star": utilizing Norman Fairclough's model as a research tool in the critical discourse analysis. **Journal of Applied Linguistics**, v. 3, n. 2, p. 18-27, 10 jan. 2024. DOI: 10.52622/joal.v3i2.177. Disponível em: https://doi.org/10.52622/joal.v3i2.177. Acesso em: 21 jun. 2024.

ANDERSEN, V. Habermas og Nietzsche. **Religionsvidenskabeligt Tidsskrift**, n. 6, 4 jun. 1985. DOI: 10.7146/rt.v0i6.5516. Disponível em: https://doi.org/10.7146/rt.v0i6.5516. Acesso em: 21 jun. 2024.

ARISTOTLE. Rhetoric (I, 13, 1374a, 10-15). In: THE WORKS OF ARISTOTLE. Traduzido por W. Rhys Roberts. Chicago:

Encyclopaedia Britannica, 1990. (Great Books of the Western World, vol. 8).

AZUELOS-ATIAS, S. **A pragmatic analysis of legal proofs of criminal intent**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. Disponível em: https://www.jbe-platform.com/content/books/9789027292155. Acesso em: 21 jun. 2024.

BELING, E. V. **Esquema de derecho penal**: la doctrina del delito-tipo. Traduzido por Sebastián Soler. 11. ed. Buenos Aires: Liberia El Foro, 2002.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal**. v. 1. 26. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BLOMMAERT, J.; BULCAEN, C. Critical discourse analysis. **Annual Review of Anthropology**, v. 29, n. 1, p. 447-466, 1 out. 2000. DOI: 10.1146/annurev.anthro.29.1.447. Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.29.1.447. Acesso em: 7 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 7 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 126.292/SP**. Relator: Ministro Teori Zavascki. Julgado em: 17 fev. 2016. Publicado em: 17 maio 2016. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=-TP&docID=10964246. Acesso em: 7 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 126.292**. São Paulo. Relator: Min. Teori Zavascki. Paciente: Marcio Rodrigues Dantas. Impetrante: Maria Claudia de Seixas. Coator: Relator do HC n. 313.021 do Superior Tri-

bunal de Justiça. Julgado em: 17 fev. 2016. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=-TP&docID=10964246. Acesso em: 7 jan. 2024.

BRASIL. Tribunal do Júri de São Paulo. **Processo n. 0022211-85.2012.8.26.0100**. Ré: Elize Araújo Kitano Matsunaga. Acusação de homicídio qualificado. São Paulo: TJSP, 2016.

BRASIL. Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. **Processo n. 0016668-74.2007.8.19.0209**. Réus: Carlos Eduardo Barbosa de Souza e outros. Acusação de homicídio doloso. Rio de Janeiro, 2007.
CARRARA, F. **Programa de derecho criminal**. Bogotá: Temis, 1971.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FEDOSIUK, O. Informal application of criminal law: demand, limits, doctrines. **Jurisprudencija**, v. 21, n. 4, p. 1079, 3 fev. 2014. DOI: 10.13165/jur-14-21-4-08. Disponível em: https://doi.org/10.13165/jur-14-21-4-08. Acesso em: 7 jan. 2024.

FERNANDES, F. A.; FALCO, G. C. O dolo como juízo de valor: sobre o fundamento axiológico dos elementos normativos do dolo. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 23, n. 130, p. 391-412, jun./set. 2021. DOI: 10.20499/2236-3645.RJP2021v23e130-2559. Disponível em: http://dx.doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2021v23e130-2559. Acesso em: 7 jan. 2024.

FERRAZ JR., T. S. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FERRAZ JR., T. S. **A ciência do direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARCIA, C. Elize Matsunaga: relembre caso de esquartejamento que chocou o Brasil há 10 anos. **O Povo**, 31 maio 2022. Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2022/05/31/elize-matsunaga-relembre-caso-de-esquartejamento-que-chocou-o-brasil-ha-10-anos.html. Acesso em: 7 jan. 2024.

GRECO, L. Dolo sem vontade. *In*: SILVA DIAS (coord.). L**iber Amicorum de José de Sousa e Brito**. Coimbra: Almedina, 2009.

IRAWAN, A. M.; ADNAN, Z. Locating critical discourse analysis (CDA) in discourse and social studies. **International Journal of Humanities and Innovation (IJHI),** v. 1, n. 2, p. 59-71, 25 jun. 2018. DOI: 10.33750/ijhi.v1i2.15. Disponível em: https://doi.org/10.33750/ijhi.v1i2.15. Acesso em: 7 jan. 2024.

LISZT, F. **Tratado de direito penal alemão**. Trad. José Higino Duarte Pereira. Campinas: Russel, 2003. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496219. Acesso em: 15 jan. 2024.

LOBACH, D. V. Theoretical and legal analysis of modern approaches to the concept of international crime. **Russian Journal of Legal Studies (Moscow),** v. 8, n. 2, p. 79-86, ago. 2021. ISSN 2410-7522 (impresso) e ISSN 2410-4965 (eletrônico). DOI: 10.17816/RJLS71110.

MAGFIRA, A.; SUYITNO, S.; SUHITA, R. Critical discourse analysis studies in customary law text of the Bima Land: Norman Fairclough model. **Journal of Social Science**, v. 3, n. 6, p. 2023-2032, 29 nov. 2022. DOI: 10.46799/jss.v3i6.473. Disponível em: https://doi.org/10.46799/jss.v3i6.473. Acesso em: 15 jan. 2024.

MOOTZ, F. J. Nietzschean critique and philosophical hermeneutics. S**ocial Science Research Network**, 1 jan. 2003. DOI: 10.2139/ssrn.395240. Disponível em: https://doi.org/10.2139/ssrn.395240. Acesso em: 15 jan. 2024.

NEVES, E. V. P. **O dolo como inferência**: uma contribuição para o dolo sem vontade. 2017. 420 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NIETZSCHE, F. **O livro do filósofo**. São Paulo: Editora Escala, 2007. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal; 76).

PERISTERIDOU, C. **Three models of criminal justice**. Intersentia eBooks. [S. l.: s. n.], 2017. p. 129-174. DOI: 10.1017/9781780685625.005. Disponível em: https://doi.org/10.1017/9781780685625.005. Acesso em: 15 jan. 2024.

POSCHER, R. Ambiguidade e vagueza na interpretação jurídica. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (Rechtd),** São Leopoldo, v. 8, n. 3, p. 272-285, 2016.

PUFENDORF, S. **De jure naturae et gentium**. Böhling, Frank (Hrsg.). Berlin/München/Boston: De Gruyter, 2014.

PUPPE, I. O dolo eventual e sua prova. **Revista Anatomia do Crime**, v. 8, 2018.

RANĐELOVIC, V.; SOKOVIC, S.; BANOVIC, B. International criminal law and international criminal justice: objectives and purpose of punishment in international criminal law theory and practice. **Revija Za Kriminologiju I Krivicno Pravo/Revija Za Kriminologiju I Krivicˇ No Pravo**, v. 61, n. 1, p. 67-91, 1 jun. 2023. DOI: 10.47152/rkkp.61.1.4. Disponível em: https://doi.org/10.47152/rkkp.61.1.4. Acesso em: 15 jan. 2024.

ROXIN, C. **Política criminal e sistema jurídico-penal**. Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

RUMINTANG, N. Critical comment on critical discourse analysis: conception of history. **Rumintang**, p. 1-11, 13 jan. 2018. DOI: 10.31227/osf.io/79wcq. Disponível em: https://doi.org/10.31227/osf.io/79wcq. Acesso em: 15 jan. 2024.

SANTOS, J. C. **Direito penal**: parte geral. 5. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.

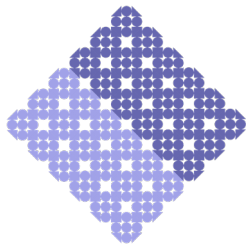
SCHLIEFFEN, K. G. V. **Iluminismo retórico**: contribuições para uma teoria retórica do direito. Trad. João Maurício Adeodato. Curitiba: Alteridade, 2022.

SEXTUS EMPIRICUS. **Selections from the major writings on scepticism, man & God**. Indianapolis-Cambridge: Hackett Publishing Co., 1985.

TAVARES, J. **Teoria do injusto penal**. 4. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019. (livro eletrônico).

WALSH, K. Philosophical hermeneutics and the project of Hans Georg Gadamer: implications for nursing research. **Nursing Inquiry**, v. 3, n. 4, p. 231-237, 1 dez. 1996. DOI: 10.1111/j.1440-1800.1996.tb00046.x. Disponível em: https://

doi.org/10.1111/j.1440-1800.1996.tb00046.x. Acesso em: 15 jan. 2024.



# LINHA 3 – LITERATURA

# **O EU E O OUTRO:** um estudo da escrita de si e da memória em O Filho Eterno, de Cristovão Tezza

**Jéssica Souza Pereira Marques**
Universidade Federal do Maranhão

**Rita de Cássia Oliveira**
Universidade Federal do Maranhão

**Resumo**: Este artigo foi estruturado a partir de inquietações em relação à escrita e as estratégias narrativas utilizadas por Cristóvão Tezza para composição do romance O filho eterno (2007). Obra aclamada do autor, está disposta na Literatura contemporânea que busca romper com tradicionalidade dos movimentos literários anteriores. Logo, esse trabalho propõe analisar a escrita de si em meio ao uso de memórias que circundam o discurso autobiográfico; investigar as nuances autoficcionais representadas na obra; e refletir sobre o uso da 3ª pessoa na obra narrada. Assim, nosso estudo foi realizado por meio da análise de conteúdo amparada a partir de uma pesquisa bibliográfica de autores, como: Lejeune (2014), Arfuch (2010), Doubrovsky (2014), Faedrich (2015), Porto (2011), entre outros, os quais buscamos para corroborar com o nosso texto que se centraliza na análise do romance, objeto de estudo, considerado um romance original em representatividade da escrita de si enquanto autoficção. Por fim, concluímos que o texto é um atestado de uma pluralidade de técnicas narrativas que ampliam o conhecimento da Literatura Contemporânea, como espaço de desdobramentos narrativos, revelando um ato confessional.

**Palavras-chave**: Escrita de si; Autobiografia; Autoficção; Memória.

**Abstract**: This article is based on concerns about the writing and narrative strategies used by Cristóvão Tezza in the novel The Eternal Son (2007). The author's acclaimed work is part of contemporary literature that seeks to break with the traditionality of previous literary movements. Therefore, this work proposes to analyze the writing of the self in the midst of the use of memories that surround autobiographical discourse; to investigate the autofictional nuances represented in the work; and to reflect on the use of the 3rd person in the narrated work. Thus, our study was carried out using content analysis supported by a bibliographical survey of authors such as: Lejeune (2014), Arfuch (2010), Doubrovsky (2014), Faedrich (2015), Porto (2011), among others, which we sought to corroborate our text that focuses on the analysis of the novel, the object of study, which we consider an original novel in terms of representing the writing of the self as autofiction. Finally, we conclude that the text is a testament to a plurality of narrative techniques that broaden our knowledge of contemporary literature as a space for narrative unfolding, revealing a confessional act.

**Keyword**: Self-writing; Autobiography; Autofiction; Memory.

## 1 A ESCRITA DE SI

Sobre *O filho eterno* (2007), Cristovão Tezza, em entrevista, descreveu seu livro como um romance autobiográfico. Afirmado pela capa do livro, assim como pelo seu subtítulo, neste romance se tem uma narrativa com uma dupla característica: a escrita de si que permeia a história, fazendo-nos conhecer alguns fatos da sua vida privada, e a (auto)ficção que ajuda o autor a tomar distanciamento da matéria narrada, utilizando de um narrador como máscara, em um discurso

em terceira pessoa. Percebemos, portanto, que esse romance de Cristovão Tezza tem características da escrita de si, porém, a sua proposta de colocar uma terceira pessoa narrando a história coloca em dúvida sobre se a narrativa é de fato "escrita de si". Acerca das teorias da autoficção e da autobiografia, sabemos que a terceira pessoa não é um dos aspectos que conceitualizam essas vertentes. Na literatura contemporânea, podemos encontrar essas narrativas "ambíguas" com mais frequência, o que nos leva a conjecturar que os discursos estão entrelaçados com as vozes narrativas, a linguagem e, até mesmo a forma do romance muda constantemente.

Assim, acreditamos ser importante trazer luz aos temas e situá-los em meio a essa obra estudada, logo pretendemos identificar e estudar essas instâncias e técnicas narrativas abordadas por Tezza neste romance contemporâneo. No caso da obra, temos um narrador devassado, confessando aquilo que ele mesmo revela não ser adequado de se falar em voz alta. Essa narrativa desvela uma afirmação pessoal, um "eu" que se esforça para ser honesto (ou parecer honesto), que tenta, pelo ensimesmamento, explicar sua subjetividade, sua identidade, tanto para si mesmo como para o outro.

> A narrativa de si é a narrativa da relação consigo mesmo, e nela é possível destacar claramente dois elementos, dois pontos estratégicos que vão se tornar mais tarde objetos privilegiados do que se poderia chamar a escrita da relação consigo: as interferências da alma e do corpo (as impressões mais do que as ações) e as atividades do lazer (mais do que os acontecimentos exteriores); o corpo e os dias (Foucault, 1992, p. 157).

Nessa citação, Foucault (1992) sinaliza sobre o uso da correspondência, um dos temas que o autor sinaliza como escrita de si, uma vez que essa se aproxima mais da autobiografia. Pois a carta era objeto de falar sobre sua vida, sobre como vinha acontecendo o cotidiano do remetente. Logo, esse tipo textual traz a reflexão do eu, uma forma de nos percebermos como pessoa. À vista disso, compreendemos que esses apontamentos são o ponto de partida das pesquisas sobre a escrita de si; portanto, sabemos que desde a antiguidade propôs-se uma forma de refletir sobre o eu, logo após, percebe-se que a afirmação em primeira pessoa foi surgindo a partir desses escritos. No século XVIII, finalmente, pode-se conhecer a escrita autobiográfica como conhecemos hoje. Foi Rousseau (2018), em "Confissões", que mostrou esse gênero, quando, a partir de sua infância, trouxe reflexões sobre si, que o ampara para reconhecer o homem que se tornara no momento da escrita. Nessa questão, analisa-se na obra de Tezza (2019, p. 38) algo semelhante:

> E ele escreve de outras coisas, não de seu filho ou de sua vida — em nenhum momento, ao longo de mais de vinte anos, a síndrome de Down entrará no seu texto. Esse é um problema seu, ele se repete, não dos outros, e você terá de resolvê-lo sozinho. [...] Escreva, ele se diz — você é um escritor. Cuide do mínimo — o resto virá sozinho.

Percebemos que o escritor olha a Literatura e o ato de escrever como um escape para seu "sofrimento". Entretanto, ele não acredita que escrever sobre seu filho ou sobre sua vida seja de interesse dele mesmo ou dos outros, mas entra em uma antítese, já que ele afirma que a escrita está relacio-

nada a sua identidade, e *O filho eterno* é uma obra com base em um momento de sua vida. Destarte, o sujeito passar a reconhecer a importância de refletir sobre sua existência, e os relatos em primeira pessoa surgem de modo com que essa verdade sobre si alcance uma reflexão mais profunda sobre suas características, personalidade. Esse conceito de verdade já está enraizado no indivíduo, criando aspectos autobiográficos e uma narrativa "mais confiável do que o enredo de romances e novelas" (Lima, 1986, p. 243).

Assim, Lima (1986) comenta também sobre a autobiografia ser como um espelho, refletindo a própria imagem. Contudo, sabe-se que uma autobiografia pode vir de uma memória falha, a verdade desnudada não é de fato esperada, pois ou ela pode estar mascarada ou esconder algo que o autor prefere não falar.

## 1.1 As marcas de um romance autobiográfico

A obra *O filho eterno* nos traz um romance com elementos autobiográficos do autor. Na obra de Tezza, temos a apresentação de uma narrativa em 3ª pessoa. Assim, se esfacela a probabilidade de uma autobiografia. Entretanto, o próprio Tezza comunica que esta obra se trata de um texto autobiográfico.

> *O filho eterno* é diretamente biográfico, um tema extremamente difícil, que coloca muitas armadilhas em torno de mim para que eu caia nelas. É um perigo. O discurso que envolve a questão da criança especial já é mediado pela sociedade e pela religião. Há uma série de cascas de bananas

> pelo caminho para você se arrebentar e destruir a literatura possível (Jornal Rascunho, 2007).

Ao estudo da autobiografia, o teórico Phillippe Lejeune, conceitua como: "narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade" (Lejeune, 2014a, p. 14). Nesse contexto, Lejeune (2014) compreende que é de suma importância que o autor, narrador e personagem tenham uma relação de identidade onomástica, ou seja, uma relação com seus nomes próprios. Entretanto, essa afirmação trouxe alguns problemas para nós, pesquisadores, os quais tentamos resolvê-los em várias outras pesquisas.

À vista disso, na obra de Tezza, temos um narrador em 3ª pessoa, um personagem principal sem nome, apenas chamado como "Ele" ou "Pai" e Felipe. Assim, já percebemos que, de acordo com Lejeune (2014), em "O pacto autobiográfico", a obra *O filho eterno* não caberia como uma autobiografia. Entretanto, ao longo de seus ensaios, Lejeune (2014) começa a trazer novos posicionamentos. É do nosso conhecimento que a autobiografia, em grande parte, começa em primeira em pessoa. Isso se torna um conceito básico para afirmarmos que o texto se trata de uma escrita de si. Porém, Lejeune (2014) afirma que é possível visualizar a identidade narrador, autor e personagem sem necessariamente ser em primeira pessoa. Logo, se estabelece "através da dupla equação: autor = narrador e autor = personagem, donde se deduz que narrador = personagem, mesmo se o narrador permanecer implícito" (Lejeune, 2014a, p. 19).

Desse modo, nessa obra de Tezza (2019), temos um narrador, inicialmente tratado como onisciente, perceptível, pois é visualizado por meio do discurso: "Acho que é hoje — ela disse. — Agora — completou, com a voz mais forte, tocando-lhe o braço, porque ele é um homem distraído." (Tezza, 2019, p. 9). Nessa conjuntura, seria possível narrar uma obra autobiográfica em terceira pessoa, como já visto em "Juventude" (2002) de J. M. Coetzee, e na própria obra aqui estudada, de Cristovão Tezza. Além disso, nessa escolha "O narrador assume, em relação ao personagem que foi, seja o distanciamento do olhar da história, seja o distanciamento do olhar de Deus, isto é, da eternidade, e introduz, em sua narrativa, uma transcendência com a qual, em última instância, se identifica." (Lejeune, 2014a, p. 19).

Portanto, entendemos que o autor escolhe se distanciar de sua narração para que este possa se aproximar mais do que ele pode se identificar, ou seja, um meio cômodo de ver aquele quem já não é mais. Essa escrita é feita a partir do nascimento de Felipe, filho primogênito de Cristovão Tezza, em 1980. A matéria ali narrada é com base em fatos da vida do escritor, povoado também de memórias de sua juventude, correlacionando-as a sua vida adulta. Além disso, é possível observar o narrador falando também de seu futuro, o que pode confirmar a identidade do autor.

> Filhote retardatário dos anos 70, impregnado da soberba da periferia, vai farejando pela intuição alguma saída. É difícil renascer, **ele dirá, alguns anos depois**, mais frio. Enquanto isso, dá aulas particulares de redação e revisa compenetrado teses e dissertações de mestrado sobre qualquer tema. A gramática é uma abstração que aceita tudo. **Desistiu de ser**

> **relojoeiro**, ou foi desistido pela profissão, um dinossauro medieval. Se ainda tivesse a dádiva do comércio, atrás de um balcão. Mas não: escolheu consertar relógios, o fascínio infantil dos mecanismos e a delicadeza inútil do trabalho manual (Tezza, 2019, p. 12-13, grifo nosso).

Posto isso, a identidade entre autor e narrador também é discutida; logo, pensamos: o que faz uma autobiografia ser uma autobiografia? Lejeune (2014) compreende que é a partir do nome do autor, seu nome próprio, é que confere essa legitimidade para obra autobiográfica "única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja, em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito" (Lejeune, 2014a, p. 27).

Compreendemos que é a partir de um pacto que um compromisso de responsabilidade com o leitor é posto, de maneira a não se duvidar daquilo que é escrito. Assim, o autor, como pessoa real, atribui seu discurso e confere-se a verdade aquilo que escreveu. Entretanto, autor e narrador na obra *O filho eterno* podem não ser a mesma pessoa, posto que é narrado em terceira pessoa. Ainda assim, a confiabilidade desse narrador é colocada à prova, uma vez que o discurso se materializa em um "ele" subjetivo, algo que veremos logo mais.

Assim sendo, em Lejeune (2014), ressalvamos a importância de identidade entre autor/narrador/personagem no qual se obtém esse pacto autobiográfico, mesmo reconhecendo que existam, como mencionado, as narrativas autobiográficas heterodiegéticas (distanciamento entre autor/narrador

e personagem), conferindo-se um caráter fidedigno do que é exposto. Assim:

> Os narradores, independente da categoria a que pertençam, isto é, homodiegéticos (e autodiegéticos), ou heterodiegéticos, sempre propõem uma ilusão de realidade [...]. O narrador autodiegético, que tem profundas semelhanças com o narrador autobiográfico, diz *eu*, e sua veemência, sua posição de avalista daquilo que o leitor lê implica uma relação implícita ao texto de que tudo aquilo que conta é pura verdade (Souza, 2002, p. 48).

Não obstante, Leonor Arfuch também traz um questionamento sobre essa identidade: "quão real será a pessoa do autobiógrafo em seu texto? [...] Qual seria o momento de captura da identidade?" (Arfuch, 2010, p. 53).

## 1.2 *O filho eterno*, uma obra de ficcionalização de si

A obra de Tezza é uma ficcionalização de si, as semelhanças com os fatos também tomam um distanciamento da autenticidade para os anos que se passaram. Pois, apesar dessa semelhança, como legitimar toda a sua memória? Será que toda a autobiografia trará o pacto de que cada linha ali escrita é de fato uma verdade?

Assim, Arfuch (2010, p. 55) diz:

> [...] tratar-se-á, simplesmente, de literatura: essa volta de si, esse estranhamento do autobiógrafo, não difere em grande medida da posição do narrador diante de qualquer matéria artística e, sobretudo, não difere radicalmente dessa outra figura, complementar, a do biógrafo – um outro ou - um

> outro eu, não há diferença substancial –, que, para contar a vida de seu herói, realiza um processo de identificação e, consequentemente, de valoração.

Desse modo, Tezza expôs em uma outra entrevista que "a intimidade sempre esteve no centro do meu universo literário, mas não a minha intimidade. Este livro quebra isso, é altamente autobiográfico, um quarto escuro que precisava abrir" (Dorigatti, 2007). Nessa ocasião, de acordo com Lejeune (2008), para a consolidação da autobiografia, caso haja uma quebra nos critérios propostos pelo seu estudo, tem-se aí o romance autobiográfico, que, segundo Lejeune (2008, p. 25) são "todos os textos de ficção em que o leitor pode ter razões para suspeitar, a partir das semelhanças que acredita ver, que haja identidade entre autor e personagem, mas que o autor escolheu negar essa identidade ou, pelo menos, não a afirmar".

Diante do romance autobiográfico, ressalva-se o pacto romanesco que, diferente do pacto autobiográfico, que estabelece uma identidade entre autor/narrador e personagem, utiliza a prática da não identidade (autor e personagem não possui o mesmo nome) e o atestado de ficcionalidade (em geral, o subtítulo "romance" na capa ou folha de rosto do livro, como acontece na obra de Tezza). Assim, colocamos o romance *O filho eterno* nessa dimensão, visto que se pode afirmar pelas postulações de Lejeune (2008) nesta obra. Contudo, cabe ressaltar que após suas postulações sobre o pacto autobiográfico e o pacto romanesco, em que Lejeune (2008) estabelece critérios possíveis para ambos os casos, em que sua principal tese é de que não há como separar autor/narrador/

personagem com nomes diferentes, este rompe com suas próprias pesquisas, quando Doubrovsky inicia seu conceito de autoficção.

Posto isso, após as premissas estabelecidas por Lejeune (2008), o próprio autor traz novas postulações que refuta o que trouxe incialmente. Logo:

> Lejeune admite ter supervalorizado o contrato e subestimado três aspectos importes: o próprio conteúdo do texto (uma narrativa biográfica que recapitula uma história de vida), as técnicas narrativas e o estilo. O autor pontua que o leitor não percebe da mesma forma um texto que inicia focalizando a experiência do personagem e outro em que desde o início se reconhece a voz do narrador. A primeira técnica é mais utilizada em romances e a segunda em autobiografias. (Duailibe, 2018, p.30).

Ressalta-se que, neste artigo, nosso objetivo não é classificar a obra *O filho eterno* como romance autobiográfico, mas elucidar e estudar as conjecturas que cercam essa narrativa, sabendo que para a escrita de si, o romance é autobiográfico, com marcas das rememorações e fatos da sua vida real. Essas instâncias narrativas, técnicas utilizadas pelo autor, conferem a liberdade em seu teor confessional, como já mencionado pelo próprio autor. Assim, temos uma confissão mais autêntica, com palavras que sensibilizam e impressionam o leitor. Tais como o excerto a seguir que o narrador utiliza para falar do nascimento do filho com Síndrome de Down:

> [...] recusava-se mesmo a olhar para a cama, onde todos se concentravam num silêncio bruto, o pasmo de uma **maldição inesperada. Isso é pior do que qualquer outra coisa**, ele concluiu — **nem a morte teria esse poder de**

> **me destruir**. A morte são sete dias de luto, e a vida continua. Agora, não. Isso não terá fim [...]. Não era um choro de comoção que se armava, mas alguma coisa misturada a uma espécie furiosa de ódio (Tezza, 2019, p. 31, grifo nosso).

Podemos, então, concluir que há um pacto romanesco, que abre o espaço da ficção e permite essa margem de ambiguidade na narrativa, trazendo assim *o romance* autobiográfico. O próprio Lejuene (2008) confere também um pacto fantasmático, no qual o leitor é apresentado para ler uma ficção diante de fatos reais da vida de seu escritor (ou não?).

A representação diante dessa suspeição nos permite pensar na Literatura Contemporânea mais uma vez. É fato que estamos absortos diante da espetacularização da intimidade, e a autobiografia nos dá essas porções de ilusão. E por que ilusão? O que é a verdade em um discurso autobiográfico: "*Queremos dizer a verdade e, no entanto, não dizemos a verdade. Descrevemos algo buscando fidelidade à verdade e, no entanto, o descrito é outra coisa que não a verdade.*" Dizia Thomas Bernhard.

Essa busca incessante de se saber a realidade da narratividade nos faz pensar no que é importante em uma obra como essa. Assim, de acordo com Duailibe (2018), o mais importante não é o gênero em si, mas as estratégias, incluídas as ficcionais, de autorrepresentação que interessam. Nos dá a chance de enxergar a construção narrativa, o relato, os fluxos de memória, aquilo que se esconde e então: "em uma última instância, que história (qual delas) alguém conta sobre si mesmo ou de um *outro eu*" (Arfuch, 2010, p. 72).

## 2 A MEMÓRIA COMO CONSTITUIÇÃO DO SI

A obra de Cristovão Tezza pode ser considerada um compilado de suas memórias. A autobiografia se testifica pelo uso delas, um retorno ao seu passado. Paul Ricoeur (2007) afirma que não se tem outro recurso como referência ao passado senão a própria memória. Assim, na leitura da obra aqui pesquisada, revela-se esse recurso já muito utilizado pela Literatura.

Partindo do ponto de vista do autor e da obra em si, ficamos a conhecer que ele escreve sobre a relação de um pai com seu filho que nasceu com síndrome de Down nos anos 80, e nessa situação, deduzimos que o próprio Tezza escreve sobre si mesmo, a partir do momento em que escreve, até 2007, ano de publicação da obra. Não obstante, com o recurso do narrador em 3ª pessoa, o personagem, o pai, relembra sua época de juventude. Contamos aí com um entrelaçamento e digressões que interrompem o discurso ao longo da narrativa, como uma reflexão do próprio autor/narrador/personagem. As memórias que circundam o texto não são apenas de sua relação com Felipe, mas também de si para consigo mesmo.

> É uma rua familiar, nesse centro de cidade — anos atrás, ele lembra, andava de madrugada, bebendo no gargalo, com dois ou três amigos. Um mundo tão inocente que, em plena rua de bancos e financeiras, desatarraxaram da parede uma imensa placa comercial de vidro e levaram-na como quem carrega mobília, quadras e quadras, até espatifá-la no meio do asfalto, arremessando-a para cima num grito primal de guerra [...] Curitiba era uma cidade fantasma, e

> ele, aos 15 anos, imaginava-se dono dos próprios passos.[...] Dessa eu escapei, ele relembra agora, mas não exatamente com alívio — ficou apenas esse chão, onde estou, esse exato tamanho, nenhuma aura a mais. [...] Talvez — ele pensa — agora mergulhado na sensação de não retorno, a memória inútil lhe devolvendo imagens de anos e anos atrás, como se elas dissessem algo, ou tivessem algo urgente a dizer, algum sentido secreto em busca de decifração, mas não têm, são só pequenos fantasmas do tempo, fragmentos de nada, e finalmente, parece, ele está no outro lado agora, como quem absorve o inevitável, sem resistência: não há retorno. Agora é com você. Sente aquele ridículo espasmo na garganta, o corpo exigindo o choro e ele se negando esse direito (Tezza, 2019, p. 76).

Nessa citação, pode-se perceber com mais clareza as memórias que aparecem interrompendo uma caminhada do pai, em uma autorreflexão. Posto isso, ressaltamos que nesta seção focaremos nessas memórias que atuam sobre a narrativa, estas que interrompem o momento presente para se voltar ao personagem antes de se tornar pai. Ademais, que essa evocação é tratada pelas memórias autobiográficas, que não é apenas o ato de se lembrar em si, mas de sentir as emoções e os desejos vivenciados. O autor Ruiz-Vargas utiliza do termo recordações autobiográficas, pois é o local que se apresenta a um passado particular e se associa com a sensação do *eu* (Ruiz-Vargas, 2001, p. 191), isto é, com sentimentos íntimos. Portanto, o leitor se depara com as memórias de Cristovão Tezza frente a escrita de sua obra, suas recordações autobiográficas, como também as memórias do personagem "o pai" que as utiliza como forma de autorreflexão e uma maneira de lançar um olhar sobre quem era ele épocas antes

do seu presente. Assim, identificamos nessa configuração narrativa, o relato também por meio de memórias. Portanto, observamos:

> O texto é escrito em terceira pessoa, com interrupções do pai em primeira pessoa, demonstrando uma linha tênue entre os dois discursos, estratégia utilizada pelo narrador, se está referindo ao narrador ou à personagem. O narrador dirige-se a si mesmo e a alguém, resultando em uma reflexão do próprio pai enquanto voz na narrativa (Araujo; Fernandes, 2020, p. 30).

Esse recurso alude à confissão. Essa exposição das lembranças do pai caracteriza-se pela sua crise, seus conflitos, essa dificuldade que ele apresenta nas suas relações com esposa e seu próprio filho. Em certo momento da narrativa, o pai e sua mulher viajam ao Rio de Janeiro para uma clínica que pode ajudar o pequeno Felipe a desenvolver suas funções motoras e neurológicas. A clínica promete que sessões criadas para pessoas com lesões cerebrais possam funcionar também em casos de Síndrome de Down. Assim, neste momento que estão sendo apresentados ao método, o pai divaga muito, e na própria diegese se afirma a dificuldade de concentração do pai de ouvir alguém mais demoradamente. Logo, o pai:

> [...] **ele sonha**. Apenas seis anos atrás estava na biblioteca da Universidade de Coimbra, em Portugal, lendo O homem revoltado, de Albert Camus, e A origem da tragédia, de Nietzsche. **Ele calcula o mês, olhando o teto, lâmpadas de luz fria**: sim, foi nessa mesma época (Tezza, 2019, p. 90, grifo nosso).

Essas digressões apontam os conflitos internos do homem, bem como sua dificuldade de aceitação do filho. Em

outro trecho, podemos observar novamente essas interrupções, mesmo sabendo que aquele momento é para que Felipe possa conseguir ajuda para se desenvolver melhor.

> Um ano na Europa, com pouquíssimo dinheiro e muita leitura. Lembra como entrava nos supermercados com o seu casacão imenso e voltava de lá com os bolsos cheios de latas de atum e sardinha, que estocava no armário da pensão. Bastaria comprar o pão e estava alimentado. Um marginal: uma legítima vocação de marginal, e ele deu uma gargalhada imaginária, como se relatasse a técnica dos furtos a uma roda de amigos, entre cervejas e gargalhadas. (Tezza, 2019, p. 90).

Essa frieza revela que o pai não consegue ter realmente uma relação de afeto com o seu filho, mesmo ainda bebê. As lembranças tornam-se um escape do momento, no qual não tem mais sua atenção. Em dado momento, o narrador interrompe essas memórias e diz: "Ao lado do pai do Felipe, **que sonha**, pais e mães ouvem, atentamente a preleção sobre o padrão cruzado e o amadurecimento neurológico" (Tezza, 2019, p. 91, grifo nosso).

## 2.1 A memória devassada numa narrativa ambígua

Essa voz do narrador faz com possamos perceber a narrativa ambígua, permitindo seu personagem entrar em um fluxo de consciência memorialístico. Logo, isso permite que o leitor enxergue esse personagem de forma mais devassada. A memória aqui se configura como parte das instâncias narrativas que se desvelam no romance.

Diante disso, ressalta-se que o recurso também será utilizado para o pai desenvolver sua relação com o filho, a caminho de um amadurecimento. Algumas situações cotidianas que o pai passa com o filho fazem com que o personagem principal relembre sua vida em outros locais, como na própria Curitiba (local que se passa a obra), Alemanha e em Portugal. Desse modo, podemos observar essas correlações quando o pai se lembra do tempo em que esteve em Portugal, durante a Revolução dos Cravos, o qual participou de uma passeata comunista e não ficou até o final. Roubou um livro de uma pequena livraria e sentiu-se como um revolucionário participando ativamente da história humana. Logo, quando se percebe divagando muito, volta-se a si e diz:

> Por que lembrava disso tão nitidamente, justo agora? A médica explicava as etapas da evolução neurológica, um quadro colorido e atraente lá adiante — fase do bulbo raquiano (reflexo de preensão, reflexo fotomotor...), ponte de Varólio (rastejar de bruços, choro vital, percepção de contorno...), mesencéfalo (preensão voluntária...), córtice inicial (oposição cortical em uma das mãos...) — e ele quase se entrega à autopiedade, desenhando um quadro em que ele, bom menino, ao finalmente normalizar sua vida (uma mulher, um salário, estudos regulares, um futuro, livros, enfim), [...] (Tezza, 2019, p. 93).

Em outro momento, o pai está com o filho realizando os exercícios propostos pela clínica do Rio de Janeiro. A mãe está presente e mais uma moça, empregada da casa, que com algumas sessões repetem os exercícios juntos, ao mesmo tempo em que ele, o pai, relembra sua chegada na Alemanha. Após isso, o pai tenta realizar os testes propostos no livro

de Piaget com Felipe. E deixando o menino sozinho para realizar a tarefa, está escrevendo seu livro em um escritório e novamente a narrativa é iniciada pelas memórias do pai, deste ainda jovem, trabalhando em uma lavanderia de um hospital da Alemanha.

> Apenas cinco anos atrás — é uma memória recente. No seu livro, há um personagem que levita. [...] O escritor levanta-se, eufórico — uma bela cena! Não é, na verdade — o livro que ele escreve ainda não tem um fio narrativo; ele não sabe, de fato, o que está escrevendo; mas não importa — acende outro cigarro e olha o teto. Súbito, escreve outra frase, a letra miúda sobre a folha amarela. Lembra-se do filho (Tezza, 2019, p. 101).

Nessa passagem, também podemos perceber as tentativas da escrita de seu livro sendo interrompidas pelas memórias que chegam, além do exercício deixado para Felipe.

> Ele pega carinhosamente o ratinho e coloca-o de novo no alto da rampa — e dá corda no relógio. Recomeça a luta para descer ao chão. Os olhos da criança procuram o som estridente do despertador que dispara em algum lugar do espaço — ele levanta a cabeça, e o braço esquerdo se move, o que o obriga a mover o direito. Avançou dois dedos.
>
> O trabalho da lavanderia vai só até as onze da manhã. Dali, ele é levado a outro setor, o de limpeza. Com outro uniforme agora, um macacão de serviço, sobe de elevador, com balde, vassourão e detergentes, até o alto do prédio e recebe uma explicação sumária: limpar o chão dos quartos, apartamentos e do longo corredor (Tezza, 2019, p. 102).

Novamente, a narrativa se alterna entre a atividade sendo executada por Felipe, a escrita do livro e as memórias do pai da sua estadia na Alemanha.

À vista disso, o romance se desdobra, intercalando discurso, memória e confissão. Segundo Patrícia Porto (2011, p. 432), o tempo da narrativa literária é permeada de "uma trama poética que faz da narrativa de vida pela via do texto memorialístico uma ou mais de uma possibilidade de existência e de resistência ao esquecimento". Logo, compreende-se que o pai (e também o autor) (re)descobrem um sentido maior que comporta o seu ser, especialmente por meio dessas memórias. É pôr em discussão um "eu antigo", aquele que passou e amadureceu no momento da escrita e do "presente" no romance. Porto (2011, p. 432) continua: "um tempo que guarda dentro dos ponteiros a não-linearidade e que, por isso, é o próprio movimento e a alquimia, numa mudança contínua de um estado para o outro.". Por fim, para assimilar essas memórias, a autora explica que o narrador/personagem questiona sua consciência, perguntando-se, por exemplo: "quem é esse ser que diz que eu sou e o que vivi...". Portanto, o narrador:

> Fazendo da escrita um fluxo imanente e analítico da própria constituição mnemônica daquilo que narra, o narrador memorialista cria uma espécie de metamemória literária, pensada sob a estrutura do rememorar e a partir do próprio discurso memorialístico num jogo espelhar, num jogo de linguagem onde as entrelinhas são as linhas e vice-versa, onde o profundo e a superfície interagem para compor o ato de criação (Porto, 2011, p. 433).

Essa questão nos propõe uma visão que a narrativa de *O filho eterno,* é tanto configurada pelas alternâncias entre o discurso no presente e as memórias do pai sobre seu passado, quanto do próprio autor que utiliza de suas memórias para escrever seu relato como um ato de reflexão, ver seu reflexo em um espelho e por meio da escrita revelar, exteriorizar o seu eu.

## 3 A AUTOFICCÇÃO EM O *FILHO ETERNO*

Se a autobiografia oferece "pequenas ilusões", em que podemos presumir, com certa desconfiança, a veracidade do que é apresentado, a autoficção permite que o autor do texto faça um relato sobre sua vida sem ter necessidade de ser fiel a verdade ou ao tempo do fato. A autoficção faz um movimento contrário da autobiografia, não parte da história de alguém, mas da própria ficcionalização do romance. Assim, temos "ficção de fatos e acontecimentos estritamente reais" (Doubrovsky, 2010, p.120).

Portanto, não podemos confundir autoficção com autobiografia, já que o "pacto autobiográfico" elaborado por Lejeune (2008) se segue em critérios de veracidade, e o leitor o interpreta como a "verdade do indivíduo", logo há o comprometimento do autor, trazendo consequências para este. Já de acordo com Jaccomard (1993), na autoficção o pacto é oximórico, que significa dizer que é

> [...] contraditório, pois rompe com o princípio de veracidade (pacto autobiográfico), sem aderir integralmente ao

> princípio de invenção (pacto romanesco/ficcional). Mesclam-se os dois, resultando no contrato de leitura, marcado pela ambiguidade, em uma narrativa intersticial (Faedrich, 2015, p. 46).

Nesse sentido, no campo da escrita de si, a autoficção é a versão moderna da autobiografia, de acordo com Doubrovsky (2010). Foi com este autor, na obra *Fils* (1997), que se iniciou a discussão acerca da autoficção. Partindo desse entendimento, inicialmente de Doubrovsky, refletiremos sobre a obra *O filho eterno.* Assim, de acordo com o autor:

> Autobiografia? Não, esse é um privilégio reservado aos importantes desse mundo, ao fim de suas vidas, e em belo estilo. Ficção, de acontecimentos e fatos estritamente reais; se se quiser, autoficção, por ter confiado a linguagem de uma aventura à aventura da linguagem, fora da sabedoria e fora da sintaxe do romance, tradicional ou novo. Encontro, fios de palavras, aliterações, assonâncias, dissonâncias, escrita de antes ou de depois da literatura, concreta, como se diz em música. Ou ainda: autoficção, pacientemente onanista, que espera agora compartilhar seu prazer (Doubrovsky, 1977).

Logo, de acordo com esse entendimento, a obra de Cristovão Tezza pode ser considerada uma autoficção, justamente por ser parte de uma história importante da vida dele, no qual compartilha numa circunstância de confissão e reflexão. Não obstante, menciona-se o fato de que o próprio Tezza cita nas primeiras páginas de seu livro, que é descrito como romance, um trecho de Thomas Bernhad, de que queremos dizer a verdade, mas não o fazemos.

Certamente, ao decorrer da leitura da obra *O filho eterno,* observa-se a heterogeneidade da escrita, as vozes do

discurso, a falta de travessão para os diálogos, assim como reticências e abruptas interrupções do presente para o passado. Esse recurso é visto em outras obras do autor, uma vez que o narrador dá o ponto de partida em um tom confesso aos personagens. O próprio narrador de *O filho eterno* compreende que "o único território livre é o da literatura" (Tezza, 2009, p. 29). Portanto, as nuances autoficcionais da obra são intrínsecas, visto que o autor ficcionaliza o seu eu. Mesmo que em algumas entrevistas ele diga que é "autobiográfico", como as vistas na seção anterior. Em outra entrevista, o autor também confirma estar surpreso em saber que sua obra é tão estudada por meio da teorização da autoficção:

> A palavra autoficção só entrou na minha vida recentemente, quando li alguns textos críticos sobre o meu livro. Ao escrevê-lo, não tinha nenhuma imagem prévia da autoficção como gênero. Eu esperava alguma repercussão, mas não necessariamente positiva - eu sabia que estava mexendo num vespeiro ao tratar literariamente de um fato da minha vida pessoal (Correio Brasiliense, 2014).

Em outro trecho da mesma entrevista, pode-se observar o autor novamente confirmando esse pacto oximórico:

> A perspectiva biográfica é substancialmente diferente da perspectiva ficcional. Já a ficção é livre - ela pode usar fatos reais (e a esmagadora maioria da prosa de ficção trabalha sobre a realidade;), mas não tem nenhum compromisso com eles. "O filho eterno" usou alguns fatos da minha vida, para estruturá-los numa perspectiva ficcional. O livro está cheio de mentiras. Não é relevante para o leitor saber se o que está ali é real; ou não (Correio Brasiliense, 2014).

Compreendemos a relevância dessa perspectiva do próprio autor quanto ao poder que existe nessa liberdade de se utilizar da ficção como um ato terapêutico para superar a própria crise ou que, de fato, a confissão espelha um *outro* que já não existe mais.

> Escrevendo, pode descobrir alguma coisa, mas sem confundir – isso o escritor percebeu logo – a vida e a escrita, entidades diferentes que devem manter uma relação respeitosa e não muito íntima. Só sou interessante se me transformo em escrita, o que me destrói sem deixar rastro, ele imagina, sorrindo, antevendo algum crime perfeito. Ninguém descobrirá nada, ele enfim sonha, oculto em algum refúgio da infância (Tezza, 2009, p. 194).

Historicamente, após muitos debates a respeito da autoficção e de quais romances podem ser considerados autoficção, a teoria sobre o que é esse conceito começou a desvanecer, uma vez que há muitas possibilidades nesse campo.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra estudada é de fato um desafio literário, sua composição, palavras e revelações são como flechas ao leitor. A obra é carregada de uma nudez de sentimentos, há uma devassidão na narrativa, que se desdobra até o caminho do final feliz.

Inicialmente, sendo uma obra tão estudada em vários estudos críticos, a perspectiva era de um estudo que conseguisse compreender a forma como foi concebida. Logo, baseadas nas teorias da autobiografia de Lejeune e de tantos

teóricos sobre autoficção, foi possível lançar um olhar sobre os aspectos narrativos que circundam a obra como a memória e a máscara da terceira pessoa do discurso.

Portanto, pode-se entender essa linha tênue entre a autobiografia e a ficção nesta obra, até finalmente perceber as características da autoficção, especialmente em um estudo contemporâneo.

Por fim, algo surpreendente e também peculiar foi ficcionalizar o "eu" por meio de uma terceira pessoa no discurso, uma forma de distanciamento da obra narrada, ainda que esse "ele" seja subjetivo, tornando-se na realidade um "eu" no discurso, trazendo uma liberdade para falar de um assunto delicado de sua vida. Assim, com essa máscara o autor pode revelar o limite da austeridade, dando às palavras uma confissão mais pura.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cecília Guedes Borges de; FERNANDES, Fabricio Flores. O Narrador Devassado: um olhar dobre *O Filho Eterno.* **Revista Trama,** v. 16, n. 38, p. 25-35, 2020.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

COETZEE, J. M. **Juventude:** cenas da vida na província. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CORREIO BRASILIENSE. Gênero da autoficção vira tendência na literatura contemporânea. **Jornal Correio Braziliense,** p. 1-3, jan. 2014. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2014/01/13/interna_diversao_arte,407518/genero-da-autoficcao-vira-tendencia-na-literatura-contemporanea.shtml. Acesso em 16 de ago. 2022.

DOUBROVSKY, Serge. **Fils**. Paris: Galilée, 1977.

DOUBROVSKY, Serge. O último eu. In.: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.). **Ensaios sobre a autoficção**. Tradução: Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DORIGATTI, Bruno. Literatura muito viva. **Portal Literal**, 21 set. 2007. Disponível em: http://www.cristovaotezza.com.br/p_entrevistajornaisrevistas.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

DUAILIBE, Ane Beatriz. **Autoficção e Performance na Escrita de Ricardo Lísias**: uma leitura de Divórcio. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

FAEDRICH, Ana. O conceito de autoficção: demarcações a partir da literatura brasileira contemporânea. **Itinerários**, Araraquara, n. 40, p. 45-60, jan./jun. 2015.

FOUCAULT, Michael. A escrita de si. *In*: FOUCAULT, Michael. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

JACCOMARD, H. **Lecteur et lecture dans l'autobiographie française contemporaine**: Violette Leduc, Françoise d'Eaubonne, Serge Doubrovsky, Marguerite Yourcenar. Genève: Droz, 1993.

JORNAL RASCUNHO. Cristovão Tezza no Paiol Literário. **Portal Cristovão Tezza**, Curitiba, p. 1-2, set. 2007. Disponível em: http://www.cristovaotezza.com.br/p_entrevistajornaisrevistas.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. *In*: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.). **O pacto autobiográfico:** de Rousseau à internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 13-47.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. In.: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (Org.) **O pacto autobiográfico**: De Rousseau à Internet. Tradução: Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014a.

LIMA, Luiz Costa. **Sociedade e discurso ficcional.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

PORTO, Patrícia de Cássia Pereira. Narrativas Memorialísticas: memória e literatura. **Revista Contemporânea de Educação**, n. 12, ago./dez. 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **As confissões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

RUIZ-VARGAS, José María. Claves de la memoria autobiográfica. *In*: FERNÁNDEZ, Celia; HERMOSILLA, Maria Ángeles (org.). **Autobiografía em España: um balance**. Madrid: Visor libros, 2001, p. 183-220.

TEZZA, Cristovão. **O filho eterno**. 23 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

## SOBRE AS ORGANIZADORAS

**Georgiana Márcia Oliveira Santos**

Licenciada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Federal do Maranhão. Mestra e Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Professora Adjunta III do Departamento de Letras e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Línguas, Memórias, Identidades e Culturas (GELMIC). Áreas de interesse de pesquisa: Terminologia, Geolinguística e Sociolinguística do português brasileiro amazônico, sobretudo, do português maranhense. Coordena atualmente os seguintes projetos de pesquisa: Variação Semântico-Lexical no Português Maranhense: análises sociodialetais e TERMA: ampliando os estudos sobre a terminologia no estado do Maranhão – Parte II.

**Luciana Pissolato**

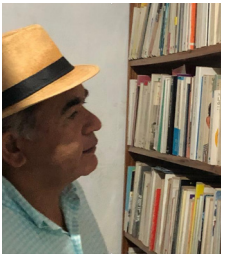
Licenciada en Letras, mención Español, en la Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Máster y Doctorado en Letras Clásicas y Vernáculas,

en la Universidade de São Paulo, Brasil. Investigadora y docente en el Programa de Traducción de la Facultad de Letras, Pontificia Universidad Católica de Chile. Áreas de especialidad y de interés de investigación: terminología, metáfora terminológica, traducción especializada, lingüística de corpus aplicada a la investigación en humanidades. Proyectos de investigación vigentes: investigadora principal en el proyecto ANID FONDEF IDeA I+D 2022 ID22I10052 "Plataforma para la identificación de las alteraciones a los bienes patrimoniales chilenos".

**Theciana Silva Silveira**

Doutora em Linguística, com ênfase em PLN, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Possui graduação em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas Respectivas Literaturas pela UFMA. Atualmente, é professora Adjunta do Departamento de Letras, Campus Dom Delgado, São Luís - MA, e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), da UFMA. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ciências do Léxico (GEPLEX/ CNPq), da UFMA. Desenvolve pesquisas em Língua Portuguesa e Linguística, atuando, principalmente, nas seguintes áreas: ciências do léxico e suas interfaces e linguística de corpus.

# SOBRE OS AUTORES



**Antonio Paulino Sousa**

Possui graduação em Filosofia - CEARP (1987), graduação em Ciências Sociais - Institut Catholique de Paris (1995), mestrado em Ciências Sociais - Institut Catholique de Paris (1996), doutorado em Ciências Sociais - Institut Catholique de Paris (2002) e doutorado em Sociologia - Université Paris Diderot (2002). Pós-doutorado na Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines(França) sob a supervisão de Frédéric Lebaron. Foi chefe do Departamento de Educação II. Entre os anos de 2019-2021 foi Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Fez um Pós-Doutorado na UFPI em 2023-2024. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia da Quantificação, Estado, sociologia do desenvolvimento e da educação.

**Cássius Guimarães Chai**

Professor Associado UFMA (PPGDIR e PPGAERO). Professor Permanente PPGD/FDV. Promotor de Justiça MPMA. Mestre e Doutor em Direito Constitucional UFMG/Cardozo School of Law (NY). Pós-doutor em Saúde Pública ISPUP.

Pós-doutor em Direito FDV. Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia e Curso Superior de Defesa - ESG. Áreas de atuação e pesquisa: Criminologia e Criminalidade Transnacional, Direito Público, Direitos Humanos e Agenda 2030, Cooperação Jurídica Internacional, Sistemas de Justiça e Desenvolvimento. Direito, Semiótica e Novas Tecnologias. orcid/cassiuschai. LinkedIn@cassiuschai.

**Clauberson Correa Carvalho**

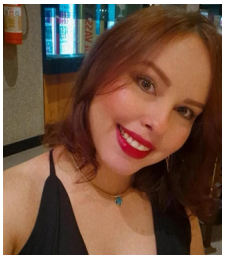
Licenciado em Letras (Inglês) pela Universidade Estadual do Maranhão, bacharel em Comunicação Social (Jornalismo), mestre em Letras e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em cuja Editora Universitária exerce o cargo efetivo de Revisor de Textos. Áreas de estudo e pesquisa: estudos discursivos, análise e descrição linguística, sociologia do jornalismo, jornalismo de revista e editoração.

**Gabriel Pereira Castro**

Licenciado em Letras-Espanhol pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), especialista em Literatura e Ensino pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Mestre em Letras pela UFMA. Atualmente é professor substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), campus São Luís - Monte Castelo. Áreas de interesse: Lexicologia, Dialetologia e Geossociolinguística. É pesquisador dos projetos Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA).

**Gisele Maciel Damasceno**

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. É licenciada em Letras Português e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Atuou como bolsista PIBIC (Programa Institucional de Bolsas Científica) no ciclo 2021/2022 e no Projeto Residência Pedagógica (2022 a 2023). Como pesquisadora, contribui com os estudos na área da Linguística, com ênfase no Léxico e Neologismo.



**Hanna Gabrielle do Vale Almeida**

Mestranda em Linguística na linha de pesquisa: Descrição e Análise Linguística do Português Brasileiro e de outras Línguas Naturais, pela UFMA, com bolsa de pesquisa pela FAPEMA. Possui graduação em Letras Português e Inglês, pela UFMA, pesquisadora ativa nos projetos de pesquisa PIBIC com pesquisa pelo CNPq na graduação. Participa do projeto Bibliography of Metaphor & Metonymy nos periódicos brasileiros desde 2018. Atua nas seguintes linhas de pesquisa: Linguística Cognitiva, Linguística Aplicada e Semântica. Foi bolsista da Coordenação de Mobilidade, Acolhimento e Proficiência (CMAP) na Diretoria de Internacionalização/AGEUFMA. E-mail: hanna.gva@discente.ufma.br Lattes: http://lattes.cnpq.br/3878365857910907.

**Jéssica Souza Pereira Marques**

Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e respectivas Literaturas pela Faculdade Pitágoras. Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF. Docente da Secretaria Municipal de São Luís – SEMED, com vínculo estatutário e docente contratada da Secretaria de Educação do Maranhão – SEDUC. Áreas de especialidade e de interesse de investigação: Literatura Brasileira Contemporânea, Literatura e Filosofia, Teoria Literária, Narrador contemporâneo, Vozes ficcionais, Literatura de Língua Inglesa. Faz parte dos grupos de estudo: Filosofia Hermenêutica de Paul Ricoeur – GEFHPR e de Paisagem em Literatura – GEPLIT.

**João Maurício Adeodato**

Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito de Vitória e da Universidade Nove de Julho. Ex-Professor Titular da Faculdade de Direito do Recife (1983-2016). Mestre, Doutor e Livre Docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor convidado do LLM da Universidade de Frankfurt, da Fundação Friedrich Naumann e da Fundação Alexander von Humboldt. Membro do Conselho Diretor da International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy (IVR) (2011-2019).

**Jorcemara Matos Cardoso**

Possui Graduação em Letras- Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas, mestrado e doutorado em Linguística, com ênfase em Linguagem e Discurso, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Realizou estágio doutoral na Sorbonne Université, sob a supervisão do prof. Dr. Dominique Maingueneau, com bolsa PDSE/CAPES (2018). Conferencista de Língua e Cultura brasileira na Friedrich-Schiller-Universität Jena e Coordenadora Adjunta da Aplicação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) na mesma universidade. Pesquisadora nos grupos de pesquisa GEPLEX (UFMA), ImaGine (UFS) e LEEDIM (UFSCar). Vice-coordenadora da Comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade da Abralin (2025-2027) – CDII/Abralin. Idealizadora do projeto de divulgação científica Empoderamento Linguístico no Instagram e no YouTube.

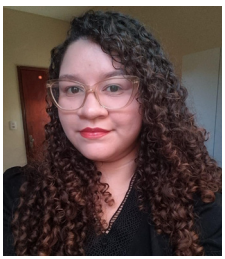
**Juão Vitor Santos Silva**

Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Pós-graduado em Direito Tributário pela FDV. Assessor Jurídico Sênior da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (2020-2023). Assessor Especial e Data Protection Officer (DPO) da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional do Governo do Estado do

Espírito Santo (2023 -). Membro do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia - CMCT, do Município de Vitória/ES (2023-2025), representando o Governo do Estado do Espírito Santo. Membro do Comitê Estadual de Fomento a Investimento e Negócios de Impacto Socioambiental (CENISA) do Governo do Espírito Santo e do Grupo de Trabalho para a construção de estratégias para a execução da Política Estadual de Fomento aos Investimentos e Negócios de Impacto Socioambiental (GT - NISA), da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (SEAMA - ES). Advogado.

**Laryssa Francisca Moraes Porto**

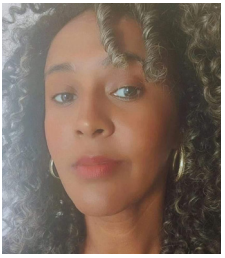
Graduada em Letras Português/Francês e mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Línguas, Memórias, Identidades e Culturas  GELMIC. Área de especialidade de investigação: léxico, terminologia, etnoterminologia, semiótica, identidade, questões étnico-raciais.



**Layane Kessia Sousa de Carvalho**

Mestre em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Licenciada em  Letras-Espanhol pela UFMA. Atua como professora substituta do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus Santa Inês e do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Maranhão

(IFMA), campus Zé Doca. Área de Interesses: Morfossintaxe, Geossociolinguística, Sociolinguística, Lexicologia. É pesquisadora do projetos de pesquisa Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA).



**Lucimara Alves da Conceição Costa**

Professora visitante da Universidade Federal do ABC. É doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista-UNESP e doutora em Traducción y Ciencias del lenguaje pela Universidad Pompeu Fabra -UPF, Barcelona (2015). Realizou um estágio de Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, Chile (2016 a 2018) e um segundo Pós-Doutorado no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade de São Paulo - USP (2019 a 2022). Como pesquisadora atua na área de Linguística, com ênfase em Lexicologia, Lexicografia, Terminologia Mono/Bilíngue e Linguística Textual. Atua, também, em pesquisas voltadas para o ensino de Português como língua estrangeira e língua de acolhimento.

**Maísa Ramos**

Doutora e mestra em Linguística, com ênfase em Análise materialista do Discurso, pela Universidade Federal de São Carlos. Realizou estágio de doutoramento na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris), de 2017 a 2018, com Bolsa CAPES (PDSE). Licenciada em Letras pela Universidade Federal do

Maranhão. Trabalhadora em Educação, exercendo o cargo de Secretária Executiva da Diretoria do Centro de Ciências Humanas, na UFMA. Autora de Silenciamento e Tomada de Palavra: discursos de Evo Morales e Lula da Silva (Editora Letramento, 2020). É integrante da Comissão de Diversidade, Inclusão e Igualdade da Associação Brasileira de Linguística (CDII-ABRALIN).

**Marize Barros Rocha Aranha**

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atualmente, é Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico em Letras (PGLetras) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB-Mestrado Profissional), da UFMA. É líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Ensino de Línguas e Discurso (GruPELD). Possui pesquisas na área de Letras e linguística, com ênfase em Ensino de Línguas, Análise do Discurso - de linha francesa, Linguística Cognitiva, Linguística Textual, Metáfora e Argumentação. E-mail: aranha.marize@ufma.br.

**Millaray Hurtado**

Licenciada en Lingüística y Literatura, con mención en Lingüística, de la Universidad de Chile y Magíster en Traducción de la Pontificia Universidad Católica

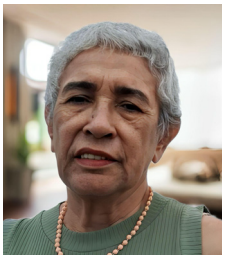
de Chile. Sus áreas de interés incluyen el estudio de la relación entre lenguaje, política e ideología, lingüística antropológica y análisis del discurso. En su tesis de magíster trabajó con lingüística de corpus y análisis crítico del discurso para abordar las representaciones sociales sobre violaciones a los derechos humanos ocurridas durante el estallido social chileno de 2019 en un corpus de noticias bilingüe.

**Mônica Fontenelle Carneiro**

Doutora em Linguística pela UFC, onde realizou Estágio Pós-Doutoral em Linguística Aplicada, Pós-Doutoranda em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino das Línguas Materna e Estrangeiras (UFMA), em Língua Inglesa (UFMA) e em Ensino a Distância em Países em Desenvolvimento (Universidade de Londres/International Extension College). Docente Permanente dos Programas: PPGL/UFMA (Letras-São Luís) e PGLB/UFMA (Letras-Bacabal). Docente Colaboradora do PPGDIR/UFMA. Membro/Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade (GPCDS-DGP/CNPq/UFMA), Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Aplicada (GEPLA-DGP/ CNPq/UFC). Coordenadora da unidade GELP-COLIN UFMA, Membro do GEPELA-DGP/CNPq/UFMA. Membro da ABRALIN e Coordenadora de sua Comissão de Linguística e Cognição. Membro da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB). Desenvolve pesquisas na área da Linguística Cognitiva, Linguística Aplicada, Semântica Cognitiva, Psicolinguística e Direito. E-mail: mf.carneiro@ufma.br; Lattes: http://lattes.cnpq.br/6170689209803775.

**Suzana Maria Petrus Fonseca de Almeida**

Suzana Petrus. Pós-graduanda do mestrado acadêmico em Letras da Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Graduada em Letras/Inglês pela Universidade Federal do Maranhão. Área de atuação e pesquisa: Estudos da linguagem e práticas discursivas. Atualmente é professora da educação básica e desenvolve pesquisas com produção acadêmica na área de Linguística Textual, com interesse nos seguintes temas: argumentação, processos referenciais, estereótipos e humor.



**Rita de Cássia Oliveira**

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras) - Mestrado Acadêmico e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia- PPGFIL, Mestrado Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão. Possui vários artigos publicados em revistas acadêmicas nacionais e estrangeiras. Participou da Organização de Coletâneas nas áreas de Letras e Filosofia. Tem crônicas publicadas em jornais diários e antologias. Já publicou dois livros de poesia: Renascer Mulher e Poiesis. E dois livros de Filosofia: Introdução à Filosofia, com Marcos Sinésio e A via longa da existência errante: uma interpretação d'O Guesa, de Sousândrade à luz da hermenêutica de Paul Ricoeur.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO: Lingua(gens), léxico e ensino: diálogo e interfaces : volume 1

ORGANIZADORES: Georgiana Márcia Oliveira Santos, Luciana Pissolato, Theciana Silva Silveira.

PROJETO GRÁFICO: Maurício José Morais Costa

CAPA: Maurício José Morais Costa
FORMATO: 14 X 21 cm
PÁGINAS: 284 p.

TIPOGRAFIA Le Monde Livre Std, Le Monde Livre Std Regular, Le Monde Livre Std Bold, Le Monde Livre Std Italic.

EDIÇÃO 1ª edição - 2024

ISBN 978-65-5363-437-4

PUBLICAÇÃO Editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA)

Este livro contempla uma diversidade de estudos gerados pelo convênio firmado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMA) e pelo Programa de Pós-graduação em Tradução (PUC/Chile), abrangendo todas as linhas de pesquisas dos referidos programas, com maior ênfase, neste volume 1, para o léxico e suas interfaces, em diálogo com diversas áreas do saber.

Os textos que aqui se encontram se entrecruzam nos aspectos que envolvem a lingua(gem), apresentando orientações teórico-metodológicas sob diversos prismas e refletindo os estudos desenvolvidos pelos programas que têm contribuído de forma significativa com o fazer científico.

UFMA
Universidade Federal do Maranhão
Mestrado Acadêmico em Letras
UFMA
PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATOLICA DE CHILE
CAPES